

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTIANO CIT

CAMINHOS ANTIGOS DA SERRA DO MAR PARANAENSE: POTENCIAL
HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO E OS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO NO
CAMINHO DO ARRAIAL

Curitiba

2023

CRISTIANO CIT

CAMINHOS ANTIGOS DA SERRA DO MAR PARANAENSE: POTENCIAL
HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO E OS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO NO
CAMINHO DO ARRAIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Laércio Loiola Brochier

Curitiba

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Cit, Cristiano

Caminhos antigos da Serra do Mar paranaense : potencial histórico e arqueológico e os sentidos do patrimônio no caminho do Arraial. / Cristiano Cit. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Laércio Loiola Brochier.

1. Arqueologia da paisagem - Paraná. 2. Arqueologia e história. 3. Patrimônio cultural. 4. Caminho do Arraial (PR). I. Brochier, Laércio Loiola, 1969-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CRISTIANO CIT** intitulada: **Caminhos Antigos da Serra do Mar Paranaense: Potencial Histórico e Arqueológico e os Sentidos do Patrimônio no Caminho do Arraial**, sob orientação do Prof. Dr. LAERCIO LOIOLA BROCHIER, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 04 de Abril de 2023.

Assinatura Eletrônica

11/04/2023 23:01:01.0

LAERCIO LOIOLA BROCHIER

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

10/04/2023 21:11:09.0

WOLF DIETRICH GUSTAV JOHANNES SAHR

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

10/04/2023 17:27:10.0

CLAUDIA INÊS PARELLADA

Avaliador Interno (NÃO INFORMADO)

Dedico esse trabalho à Kelli Ribeiro, meu amor, por sua paciência, parceria e inspiração. Dedico também à minha mãe, Marlene do Couto Cit, falecida em 2019, que certamente estaria orgulhosa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor, Laércio Brochier, que me instigou a continuar a pesquisa em momento de incerteza e proveu de todos os subsídios para a transformar uma ideia em uma dissertação de mestrado.

Agradeço aos meus amigos e amigas, Anderson (Zuri), Andrew, Áquila (Kiki), Bruna, Fabrício, Leila, Nice, etc. que, para além das conversas de bar, são pessoas que de uma forma ou outra apoiaram essa etapa.

Agradeço aos meus colegas da Detzel, que torceram e torcem pelo meu desenvolvimento acadêmico e profissional, com especial atenção ao Valmir Detzel, que sempre reforçou a importância pela continuação dos estudos, disponibilizando o tempo de trabalho para a execução de atividades acadêmicas.

Agradeço à minha família, que certamente terão orgulho desse trabalho, em especial ao meu tio, Odacir, morador do Anhaia, em local de muitas memórias de infância. Agradeço também aos irmãos Edemilson e Eraldo, moradores de Morretes cujas conversas e apontamentos deram grande suporte.

Por fim, e mais importante, agradeço a minha esposa, Kelli Ribeiro, essa mulher incrível cuja presença e trajetória me deu estímulo para desenvolver e concluir esse projeto. Em momentos de estresse, sua compreensão foi fundamental.

RESUMO

Utilizando-se de preceitos da arqueologia histórica e da paisagem, o presente trabalho buscou identificar elementos materiais e imateriais relacionados ao Caminho do Arraial, trilha colonial que ligava o litoral ao primeiro planalto paranaense. O recorte analisado tratou da porção entre a foz do rio do Pinto, em confluência com o rio Nhundiaquara, em Morretes, percorrendo-se a estrada do Anhaia até o Parque Estadual do Pau Oco e, de lá, cruzando-se a Serra do Mar até o provável antigo Arraial Grande, localidade surgida durante o período aurífero (século XVI ao XVIII) e abandonada em meados do século XIX, em São José dos Pinhais. Por meio da caracterização geográfica, histórica e arqueológica, buscou-se realizar a contextualização da área de estudo, entendendo-se as relações da paisagem com os processos de ocupação. Também ocorreram atividades de campo em que foram realizadas prospecções arqueológicas não interventivas e diálogos com atores locais, no qual buscou-se mapear trechos de calçamento, bem como estruturas históricas associadas, além da verificação de relações de identidade e memória. Por fim, foram levantadas as possibilidades de proteção ou divulgação enquanto patrimônio, entendendo suas facetas enquanto sítio arqueológicos, bem tombado, parte de Unidade de Conservação e sua interação com identidades locais e transformações na paisagem cultural.

Palavras-Chave: arqueologia histórica; patrimônio cultural; Caminho do Arraial

ABSTRACT

Using precepts of historical and landscape archeology, this work sought to identify material and immaterial elements related to the Caminho do Arraial, a colonial trail that connected the coast to the first plateau of Paraná. The section analyzed dealt with the portion between the mouth of the Pinto River, at the confluence with the Nhundiaquara River, in Morretes, traveling along the Anhaia road to the Pau Oco State Park and, from there, crossing the Serra do Mar until the likely old Arraial Grande, a locality that emerged during the auriferous period (16th to 18th century) and was abandoned in the mid-19th century, in São José dos Pinhais. Through the geographic, historical, and archaeological characterization, an attempt was made to contextualize the study area, understanding the relationship between the landscape and the occupation processes. There were also field activities in which non-interventive archaeological surveys and dialogues with local actors were carried out, in which it was sought to map stretches of pavement, as well as associated historical structures, in addition to verifying identity and memory relations. Finally, the possibilities of protection or disclosure as heritage were also raised, understanding its facets as an archaeological site, well listed, part of a Conservation Unit and its interaction with local identities and transformations in the cultural landscape.

Keywords: historical archeology; cultural heritage; Caminho do Arraial

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 2.1	Enquadramento regional da área de estudo.....	37
Figura 2.2	Localização aproximada do Caminho do Arraial entre a foz do rio Nhundiaquara na planície costeira e o alto da Serra do Mar, até a margem esquerda do Rio do Arraial.	38
Figura 2.3	Representação do Caminho do Arraial, desde Morretes até a atual área centra de São José dos Pinhais.	39
Figura 2.4	Perfil topográfico do Caminho do Arraial.	40
Figura 2.5	Bloco diagrama do Caminho do Arraial, no contexto da Serra do Mar Paranaense.	41
Figura 2.6	Geologia da região do caminho estudado.	42
Figura 2.7	Hidrografia da região do caminho estudado.	44
Figura 2.8	Unidades de Conservação na região do caminho estudado.	45
Figura 2.9	Trechos do Caminho do Peabiru no antiga Provincia do Guairá, atual estado do Paraná.	47
Figura 2.10	Carta que mostra a costa entre o “Rio de S Francisco” e a “Ilha de Cananea”, de João Teyxeyra, elaborada em 1640.....	50
Figura 2.11	Demonstração do Pernagva e Cananeia, elaborado por João Teixeira Albbernas, em 1666.....	51
Figura 2.12	Planta da Baía de Paranaguá, de Pedro de Souza Pereira, 1653.....	53
Figura 2.13	Sítios arqueológicos cadastrados no entorno da área de estudo.	61
Figura 2.14	Conjunto de artefatos encontrados no sítio Barro Preto.	64
Figura 2.15	Fragmentos cerâmicos e de metal encontrados no sítio Papanduva. ...	65
Figura 2.16	Visualização geral dos fragmentos diagnósticos analisados - sítio Capão Grosso III.....	66
Figura 4.1	Localização de elementos históricos e arqueológicos verificados.....	79
Figura 4.2	Confluência do rio do Pinto com o Rio Nhundiaquara.	81
Figura 4.3	Monte de rejeitos retirados da dragagem, com ocorrência de objetos e materiais de interesse arqueológico.	82
Figura 4.4	Fragmentos de peças cerâmicas retiradas entre rejeitos da dragagem.	82
Figura 4.5	Acesso ao rio Nhundiaquara a jusante da foz do rio do Pinto.	83

Figura 4.6	Artefatos encontrados em sítio histórico na região que seria do Porto do Padre Veiga.	84
Figura 4.7	Paisagem em que foram localizados os artefatos históricos.	85
Figura 4.8	Artefato cerâmico encontrado próximo à região indicada como do Porto do Padre Veiga.	85
Figura 4.9	Material lítico encontrado próximo ao possível Porto do Padre Veiga. ...	86
Figura 4.10	Espacialização dos vestígios na região do possível Porto do Padre Veiga.	87
Figura 4.11	Espacialização dos artefatos históricos.	88
Figura 4.12	Registro de colunas e muretas recobertas pela vegetação.	89
Figura 4.13	Registro dos tijolos tanto nas estruturas quanto dispersos pelo chão. .	90
Figura 4.14	Registro de antigo moinho de cana.	91
Figura 4.15	Depressão identificada em meio a planície.	93
Figura 4.16	Valas próximas.	94
Figura 4.17	Buraco em meio a vegetação, em relevo suavemente ondulado.	94
Figura 4.18	Fragmento de recipiente de ferro encontrado.	94
Figura 4.19	Propriedade onde estariam localizadas as lavras da mina Penajóia. ...	95
Figura 4.20	Matacão que formaria o Pilão de Pedra.	96
Figura 4.21	Registro de vala que teria sido parte do caminho usado por tropas de mulas.	97
Figura 4.22	Registro do Pilão de Pedra, segundo Habitzreuter, também localizado no km 52.	98
Figura 4.23	Vista da frente da capela em 2012 (esquerda) e atualmente (direita). .	99
Figura 4.24	Registro de fragmentos de telhas no canto da capela, atualmente sem nenhuma cobertura.	100
Figura 4.25	Registro das paredes no interior na capela.	100
Figura 4.26	Registro do interior da capela, evidenciando cruz na parte superior e entrada em arco.	100
Figura 4.27	Fragmento de vidro manufaturado.	101
Figura 4.28	Registro da vala, possivelmente parte de uma estrutura para beneficiamento de erva mate.	101
Figura 4.29	Material usado para dar liga as rochas, sendo um tipo de argamassa com presença de fragmentos de conchas.	103

Figura 4.30 Sr. <i>Ed</i> apontando para início do trecho com calçamento exposto (1º trecho).	104
Figura 4.31 Destaque para porção exposta do calçamento.....	105
Figura 4.32 Segundo trecho calçado do Caminho do Arraial.....	106
Figura 4.33 Trechos de calçamento verificados no Parque Estadual do Pau Oco.	108
Figura 4.34 Local apontando como tendo abrigado a barreira de cobrança.....	109
Figura 4.35 Aspectos gerais do terreno e do relevo do local onde estaria a antiga barreira de cobrança.....	110
Figura 4.36 Representação do perfil de relevo do local.....	111
Figura 4.37 Localização das entrevistas.....	113
Figura 4.38 Exemplo de agrupamento de rochas similares ao calçamento exposto no alto da serra (coordenadas UTM 22S 716.590 e 7.174.375).....	118
Figura 4.39 Registro de cascalhos em metade da largura, em trecho próximo ao alto da estrada do Anhaia. À direita, entre as linhas tracejadas é apresentada suposto calçamento (coordenadas UTM 22S 713.763 e 7.171.054). ...	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Sítios arqueológicos cadastrados no SICG do IPHAN e localizados a até aproximadamente 20 km da área de estudo.	62
Quadro 2	Identificação das coordenadas dos locais verificados.	80

LISTA DE SIGLAS

AEIT	Área Especial de Interesse Turístico
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CPC	Coordenação do Patrimônio Cultural
GPS	<i>Global Positioning System</i>
IAT	Instituto Água e Terra
IPHAN	Instituto Histórico e Artístico Nacional
MDT	Modelo Digital do Terreno
OLAPA	Oleoduto Araucária-Paranaguá
PDF	<i>Portable Documento Format</i>
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PUC PR	Pontifícia Universidade Federal do Paraná
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
As inspirações para a pesquisa	16
Justificativa	18
Objetivo geral e objetivos específicos.....	21
Divisão de capítulos.....	21
1 REFERENCIAL TEÓRICO	24
1.1 O contexto da pesquisa em meio as correntes arqueológicas	25
1.2 A noção de Patrimônio	31
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	36
2.1 Aspectos geográficos	36
2.2 Contextualização histórica.....	46
2.3 Pesquisas arqueológicas na região.....	59
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS	68
3.1 Pesquisa de dados secundários.....	68
3.2 Sistematização de dados espaciais e preparo do trabalho de campo	69
3.3 Trabalho de Campo.....	71
3.4 Organização de banco de dados.....	75
3.5 Síntese analítica e escrita do relatório.....	75
4 ELEMENTOS VERIFICADOS NO CAMPO	77
4.1 Registros Histórico-Arqueológicos	77
4.2 Moradores locais, registros materiais e identidade	111
4.3 Análise paisagística, conservacionista e de potencial arqueológico	120
5 POTENCIAIS PARA PROTEÇÃO E DIVULGAÇÃO COMO PATRIMÔNIO .	123
5.1 Reconhecimento enquanto bem tombado.....	123
5.2 Reconhecimento enquanto sítio arqueológico.....	125
5.3 Reconhecimento enquanto parte de Unidade de Conservação	127
5.4 Paisagem, interação patrimônio cultural e ambiental e práticas de usufruto.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM UC.....	141

INTRODUÇÃO

Desde o início da colonização do atual território paranaense, o conjunto de montanhas da Serra do Mar representava uma barreira natural para o deslocamento entre a planície litorânea e o primeiro planalto paranaense. Segundo Reinhard Maack (1981), a Serra do Mar é uma feição de relevo que separa a baixada litorânea do planalto brasileiro, desde o Espírito Santo até Santa Catarina, apresentando mais de 1.500 km de extensão, 5 a 10 km de largura e desnível médio de 1.000 m, atingindo a altitude máxima no Pico Paraná, com 1.877 metros acima do nível do mar.

Nesse contexto, Habitzreuter (2000) aponta três principais caminhos usados para acesso ao primeiro planalto: Graciosa, Itupava e Arraial. Conhecidos como gargantas, o primeiro (mais ao Norte) percorria o vale da Graciosa, o segundo (central) chegava pelo Cubatão até o Porto de Cima; e o terceiro (mais ao Sul) transpunha o arraial das Filgueiras e a garganta do Pilão de Pedra, até alcançar os vales dos rios Fortuna e do Pinto (HABITZREUTER, 2000). Segundo Júlio Estrela Moreira (1975), esses caminhos, que serpenteavam a Serra do Mar, conhecidos como caminhos coloniais, foram possivelmente o aperfeiçoamento de trilhas indígenas pelas quais os nativos desciam ao litoral na época da mariscagem e da pesca. De forma geral, muitos dos caminhos usados para a entrada nos “sertões” foram caminhos indígenas, no qual muito além dos conhecimentos dos traçados, também as técnicas e a adaptação ao ambiente foram apropriadas dos povos originários (ALMEIDA, 2015).

Dentre essas três importantes vias de comunicação, o caminho do Arraial é considerado talvez o mais antigo, mas também o menos conhecido e pesquisado. Embora parte do seu traçado original tenha sido impactado por obras como a rodovia BR 277, oleoduto, estradas vicinais, infraestruturas rurais e urbanas, etc., um segmento deste encontra-se no entorno de uma Unidade de Conservação da Mata Atlântica, o Parque Estadual do Pau Oco, na Serra do Mar. Esta situação de aparente “abandono” ou “invisibilidade” em relação aos demais caminhos coloniais, e sua inserção no contexto de manejo de um Parque – talvez o único instrumento capaz de assegurar sua proteção ainda que parcial – suscitou a possibilidade de uma pesquisa direcionada à caracterização e problematização do Caminho do Arraial sob o aspecto da sua materialidade física e geográfica, bem como, de sua trajetória histórica e social.

Dessa forma, inserida no âmbito da cultura material, dinâmica cultural e paisagem, a temática para o presente trabalho refere-se à identificação dos elementos

históricos, culturais e arqueológicos que compõem o Caminho do Arraial, localizada entre os municípios de Morretes e São José dos Pinhais, no estado do Paraná.

Entendendo a trilha como um patrimônio cultural material e imaterial da região, buscou-se levantar a materialidade e a memória do traçado, bem como o entendimento de como os vestígios são notados pelos moradores do entorno, seja por relações de pertencimento, beleza cênica e importância ecológica ou histórica da trilha.

Além de verificar possíveis historicidades, identidades e memórias, a pesquisa aborda o porquê de seu abandono, em detrimento de outros caminhos surgidos contemporaneamente, de importância similar e que são atualmente referências para a compreensão da ocupação colonial no que viria a se tornar o território paranaense. Por fim, a pesquisa também buscou identificar potencialidades para uso público e consequente valorização cultural da mesma.

As inspirações para a pesquisa

Foram diversas as inspirações que culminaram no projeto de pesquisa e no desejo de ingressar ao curso de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (*stricto sensu*) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com o referido tema. Primeiramente veio minha atividade profissional, no qual trabalhando há anos em Planos de Manejo de Unidades de Conservação (UC), e considerando que em todos são necessários estudos a respeito dos patrimônios históricos e culturais dentro das UCs ou em seu entorno, tive certa aproximação com levantamentos e inventários de bens culturais, artigos acadêmicos, relatos orais de moradores, secretarias municipais de cultura, etc., e também ao processo que resulta dessas avaliações, suas interfaces com a gestão das UCs e as comunidades (internas e externas às unidades).

Outra inspiração veio enquanto praticante de *hiking*, uma atividade relacionada a caminhamentos em trilhas em áreas do entorno aos centros urbanos, no qual a Serra do Mar Paranaense me proporcionou muitas experiências, tanto relacionadas à atividade física, quanto (e que considero mais importante) ao aspecto contemplativo, em que a beleza cênica dessas paisagens oferece. Dentre as trilhas que tive a oportunidade de fazer, o chamado Caminho do Itupava foi que mais me despertou a curiosidade pelo seu contexto histórico, em razão deste ser um dos primeiros traçados coloniais a cruzar a Serra do Mar, ligando a região litorânea aos campos de Curitiba.

Assim, parte do interesse sobre essa trilha veio também por uma questão lúdica, ao imaginar os antigos caminhantes realizando a travessia da serra, sem o auxílio de automóveis e estradas atuais.

Pensando no campo dos patrimônios, essas duas inspirações citadas foram entrelaçadas quando cursei uma disciplina relativa a esse tema, na Pós Graduação em Antropologia Cultural (*lato sensu*), na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR), ao qual tive um primeiro contato sobre o processo de proteção legal de bens culturais, e a relação destes com a antropologia. Durante o trabalho final da disciplina, me veio a vontade de continuar os estudos, dessa vez em um programa de mestrado, voltando ao tema de patrimônios e caminhos históricos, em uma abordagem sobre o Caminho do Itupava.

Uma vez terminada aquela Pós-Graduação, comecei a ler artigos relacionados com minha área de interesse, ao qual dentre tantos, cheguei à publicação de Pontes Filho *et al.* (2006), denominada *Caminho do Itupava: Patrimônio Histórico Arqueológico da Serra do Mar*. Esse artigo foi um dos pontos de partida para chegar a um tema relacionado a arqueologia histórica e aos primeiros caminhos coloniais, porém, ao ler o livro de Rubens Habitzreuter denominado *A Conquista da Serra do Mar* (HABITZREUTER, 2000), acabei aprimorando meus objetivos. A informação de que existiam outros antigos caminhos e que também serviriam de ligação colonial entre a região litorânea e os campos de Curitiba me levou a indagar como se daria a gestão cultural desses trajetos históricos. Dentre os mais importantes, estavam o Caminho da Graciosa, o Caminho do Itupava, e o Caminho do Arraial. Pessoalmente, foi surpreendente verificar por meio do livro de Habitzreuter que, ao contrário dos dois primeiros caminhos, o do Arraial, estaria atualmente em completo abandono e degradação, além de ser o menos divulgado e conhecido. Partindo da inspiração de Pontes Filho *et al.* (2006), por meio da interação entre a arqueologia e a história, é possível pensar sobre os vestígios materiais dos caminhos e seus enlaces patrimoniais, mas também na abertura de novas frentes de pesquisa.

Neste sentido, algumas questões foram importantes para balizar o encaminhamento do trabalho. Questões como quais seriam os fatores históricos, econômicos ou mesmo culturais que teriam ocasionado esse abandono e que se prolonga até o presente momento? Seria possível identificar e mapear o trajeto deste caminho na atualidade, verificando seus contextos arqueológicos, socioculturais e paisagísticos? Qual o estado de conservação do caminho nos seus mais variados

trechos, ou ainda que tipo de elementos materiais podemos observar ao longo do seu trajeto? Dentro dos estudos de cultura material e patrimônio cultural seria possível interpelar os vários sentidos de patrimônio possíveis através do levantamento e estudo dos aspectos materiais e imateriais relacionados ao caminho? Como pensar a gestão cultural relacionada a caminhos históricos, em especial o Caminho do Arraial?

Uma vez tendo identificado algumas diretrizes para a pesquisa, e já com algum conhecimento do traçado original, uma última inspiração adveio do fato de que parte do Caminho do Arraial se constituir na atual Estrada do Anhaia, em Morretes, lugar este me remete a muitas memórias de infância, uma vez que frequentemente ia visitar minha avó materna, juntamente com meus pais. Somam-se as essas memórias, relatos posteriores de minha progenitora de que na região haveria ouro, cuja relação com meu projeto de pesquisa só pude fazer posteriormente ao seu falecimento, e que seu aprofundamento certamente teria contribuído para o desenvolvimento deste trabalho. Na Estrada do Anhaia, a antiga casa de minha avó não existe mais, porém a mesma foi desmontada para a construção de uma mais nova, também de madeira, ao qual reside um tio, e que também pôde compartilhar parte de seu conhecimento sobre a história da região.

Justificativa

A relevância em se estudar o Caminho do Arraial enquadra-se na possibilidade de compreensão das transformações que ocorreram em território paranaense, considerando o recorte de Morretes e São José dos Pinhais, desde a chegada dos europeus até o presente momento interpelando o papel das vias ou caminhos históricos nesse processo, provocando significativas mudanças no ambiente, nas relações dos povos originários, e na paisagem com as diferentes formas de uso, ao longo do tempo. Por outro lado, é possível abordar o caminho do Arraial a partir de um conjunto de relações, interesses e questionamentos normalmente associadas a noção de Patrimônio Histórico e Cultural. Referenciando Guilherme d'Oliveira Martins (2016, p. 20), estudar o “patrimônio cultural, num sentido amplo, poderá levar-nos a compreender a realidade humana, não como imagem idílica, mas como encruzilhada de vontades e de dúvidas, contra o fatalismo, os determinismos, a ignorância e o esquecimento”, pois, segundo Eric Hobsbawn (1998), passado, presente e futuro se configuram *num continuum*, onde todos estão enraizados no passado e todos definem

sua posição em relação a ele. Assim, ao abordar o patrimônio cultural remanescente sob a ótica do presente, é possível interpelar suas relações com os distintos segmentos da sociedade atual, os valores e interesses, as memórias e as contínuas ressignificações, incorporando ainda, o próprio meio ambiente, que também é socialmente construído.

Tendo em conta o exposto e as pesquisas que nortearam este projeto, tem-se que o objeto de estudo carece de levantamentos e do traçado do Caminho, das condições atuais de origem e destino do traçado, dos elementos e estruturas sobreviventes ao tempo e às modificações antrópicas, e as narrativas atuais a ele relacionados. Diferente do caminho “irmão” (tomando a liberdade de usar uma analogia), para o Caminho do Itupava encontram-se pesquisas mais detalhadas em campos como da arqueologia, patrimônio e turismo, como a de Pontes Filho *et al.* (2006), anteriormente mencionado; ou de Silva (2014), autora do artigo *Turismo e patrimônio em área natural: Caminho do Itupava* (PR), citados aqui como exemplos.

Somando-se a isso, conforme dito anteriormente, o Caminho dos Arraial encontra-se quase no esquecimento, onde em muitos locais ocorreu o abandono de seu traçado, pelo próprio desuso que passou com a abertura de novos caminhos, bem como pela destruição de um segmento deste em razão da construção da BR-277 e de um oleoduto. Estes aspectos trazem consigo questões que possibilitam pensar as diferentes trajetórias (históricas e atuais) e funções atreladas a “produção” de patrimônios e referências culturais, incluindo as diretivas conservacionistas.

Destaca-se ainda que, embora o traçado original correspondesse à ligação entre Morretes (na confluência entre os rios do Pinto e Nhundiaquara – inicialmente conhecido como Cubatão) e a porção atualmente urbanizada de São José dos Pinhais, optou-se por utilizar um recorte predominantemente morretense, cujo ponto final escolhido foi a antiga região do Arraial Grande (nesse caso em São José dos Pinhais, mas muito próximo à divisa com Morretes – Figura 2.1 e Figura 2.2). Essa escolha se deu tanto por se considerar que o tempo disponibilizado para a pesquisa de mestrado é relativamente curto, quanto porque a região escolhida marcava um trecho bastante importante do caminho, a saber, a travessia da Serra do Mar.

Possuindo um viés interdisciplinar, a pesquisa utiliza, principalmente, elementos da história e da arqueologia, assim como da antropologia e da geografia, entre outros. Relacionado especificamente à história e à arqueologia, conforme Lee I. Levine (1986, *apud* TRIGGER, 2004, p. 14), “suas descobertas têm implicações no

que concerne à natureza humana e à razão pela qual as sociedades modernas vieram a ser como são”. Além disso, como estes dois campos do conhecimento “produzem a evidência necessária para descrever o desenvolvimento cultural no passado, elas são essenciais para a compreensão do fundamento histórico dos dados” (TRIGGER, p. 334) oriundos de outras ciências.

Isto posto, no âmbito da presente pesquisa, considerando o Caminho do Arraial como um patrimônio histórico e cultural do Estado do Paraná, vale como questionamento saber qual a ressonância disso sobre a população local que habita seu entorno. Existe relação? Significado? Espera-se que tais questões possam ser respondidas ao longo do trabalho, culminando na identificação das representações que o caminho venha a ter, seja como ponte para o entendimento do passado, de interesse dos cientistas (principalmente históricos, geográficos e sociais), ou na prática cotidiana que os moradores detenham com o local.

Durante o planejamento do trabalho, foram pensadas as possibilidades de serem encontradas histórias, narrativas, memórias que, ao serem expostas por meio do diálogo no momento da pesquisa, colaborassem para o conhecimento histórico, ambiental e patrimonial da região. Dessa forma, seguindo Cunha (2005), seria possível utilizar determinados artefatos, transformados em documentos, como fonte, texto e pretextos para um encontro com os moradores do entorno? O que aconteceria com a disposição de informações coletadas de documentos com aquelas advindas das lembranças dos moradores locais? Identificar-se-ia um paralelo intrínseco ou teríamos disposições histórias sobrepostas? Embora complexas, espera-se que tais questionamentos possam prover perspectivas e recortes que contribuam descortinar alguns aspectos culturais imateriais, ou sentidos de representatividade que possam estar atrelados à presença do caminho histórico.

Portanto, os estudos do Caminho do Arraial, vinculados a uma proposta de uso e preservação, podem ser uma via tanto para o reconhecimento da trilha em seus aspectos históricos, geográficos, arqueológicos, ambientais e sociais, quanto para abrir espaços de debate sobre sua representatividade e a manutenção enquanto patrimônio cultural local e regional.

Objetivo geral e objetivos específicos

O presente projeto tem por objetivo relacionar e inventariar os principais elementos materiais e imateriais associados ao Caminho do Arraial, tanto por suas características históricas, arqueológicas, paisagísticas e culturais, propiciando interpelar sobre os variados sentidos de patrimônio a ele vinculado, bem como, suas potencialidades para o uso e extroversão pública.

Dentre os objetivos específicos, o projeto visa:

- Discutir sobre a abordagem histórica e da paisagem na arqueologia bem como sobre a noções de patrimônio cultural e arqueológico verificando suas correlações com o objeto da pesquisa;
- Delimitar o trecho serrano e costeiro do Caminho do Arraial, por meio da consulta a referências históricas e com caminhamentos e levantamentos georreferenciados dos aspectos materiais e imateriais;
- Prospectar e mapear pontos de interesse histórico, cultural e arqueológico do caminho e seu entorno (elementos que remetam a época da colonização ou anteriores, aspectos da construção, objetos e estruturas históricas associadas, feições relacionadas a ciclos econômicos, como a mineração, engenhos, entre outros);
- Identificar de possíveis vínculos com moradores do entorno ou de outras localidades;
- Identificar potencialidades para uso público do caminho, ressaltando suas possibilidades de apropriação patrimonial preservação, com vínculo à contemplação cênica e histórica.

Divisão de capítulos

O trabalho é dividido em cinco capítulos, onde se buscou estabelecer as etapas da pesquisa, considerando os elementos necessários para a compreensão histórica, cultural e arqueológica do Caminho do Arraial, principalmente em Morretes, por deter trechos preservados do traçado, mas também na porção do alto da serra em São José dos Pinhais.

Após a Introdução, o Capítulo 1 traz o referencial teórico, situando a arqueologia histórica e da paisagem como essenciais para o trabalho, bem como discussões sobre a temática dos Patrimônios, considerando suas origens e aplicações. Esse capítulo também discute algumas questões sobre a noção de patrimônio considerando sua relevância perante a aqueles ao qual deveria representar, seu estabelecimento por meio do Estado, e a importância dos vestígios materiais para os arqueólogos.

O Capítulo 2 traz a contextualização da área de estudo, tanto considerando os aspectos geográficos, históricos e arqueológicos. A importância da abordagem sob a ótica desses três aspectos refere-se, no primeiro caso, ao entendimento de como o ambiente é importante para o condicionamento tanto de seus fatores de surgimento, quanto uso e abandono, bem como o conhecimento das características geográficas da região foi também necessário para se interpretar relatos e estimar o traçado original. Em relação a contextualização histórica, essa é importante para compreensão de como se deu a paulatina ocupação do território pelos europeus, o embate com os povos originários e a presença dos africanos, trazidos à força e colocados à margem nos registros históricos. Também são contextualizadas como as incursões se deram em razão de diferentes ciclos de uso do espaço, inicialmente para a captura e escravização dos indígenas, passando pela procura e mineração do ouro e do comércio de produtos como a erva mate. Por fim, a contextualização arqueológica tem um caráter mais regional, no qual se procura mostrar o que existe mapeado tanto na região, quanto em seu entorno, desde relacionadas a pesquisas científicas, à trabalhos associados a prospecção preventiva sob demandas para o licenciamento ambiental de empreendimentos.

O Capítulo 3 é destinado a apresentar a metodologia. O trabalho foi feito por meio de pesquisa de dados secundários; sistematização de dados espaciais e preparo da visita *in loco*; trabalho de campo; criação de um banco de dados; e síntese analítica e escrita do relatório. Nesse capítulo, destaco as entrevistas com os moradores, bem como a realização de um Sistema Geográfico de Informações (SIG). Utilizando técnicas de geoprocessamento, foi possível transformar em mapas as descrições presentes em referências bibliográficas que não eram cartográficas e, quando possuíam mapas, não detinham detalhes passíveis de ampliação, sendo muito bons para a identificação do contexto, mas sem exatidão (ex. croquis e mapas históricos

apresentados no livro de Júlio Estrela Moreira, ano 1975, denominado *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá; até a emancipação da Província do Paraná*)

O Capítulo 4 apresenta os resultados materiais das campanhas de campo, registros fotográficos de objetos, vestígio e estruturas, acompanhadas de relatos de informantes que servem para balizar tanto os locais passíveis de estudos mais direcionados, bem como mostram a potencialidade para encontro de novos vestígios, em toda a região. Também no Capítulo 4 são apresentados alguns relatos de pessoas entrevistadas que moram no entorno do Caminho do Arraial. Esses relatos são frutos de conversas oportunistas¹ realizadas durante as campanhas de campo e servem para evidenciar um pouco da percepção que os locais detêm dos vestígios materiais do antigo traçado, bem como serve para abrir a possibilidade compreender as relações que os moradores locais tem com o objeto de estudo.

Por fim, o Capítulo 5 objetiva mostrar os meios pelo qual se pode viabilizar algum tipo de proteção institucional/legal para o caminho ou trechos do caminho, considerando sua importância história e arqueológica, ou ainda enquanto patrimônio cultural, com partes no entorno de uma Unidade de Conservação, o Parque Estadual do Pau Oco.

¹ O termo oportunístico refere-se a uma abordagem que se pauta pelo encontro ocasional, sem pretensões estatísticas ou de representatividade.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo visa mostrar ao leitor as linhas gerais que orientaram a pesquisa. Em primeiro lugar, é importante destacar que as análises abrangem aspectos que estão interligados: as materialidades, as sociabilidades e seus significados. Assim sendo, a pesquisa apresenta as seguintes dimensões:

- a) O aspecto físico do caminho como elemento que provoca mudanças no ambiente natural e também é influenciado por este ambiente, que pode ser chamado de caráter ecológico. Pensar neste aspecto é pensar também nas “superfícies” com elementos de intersecção, aonde as ações humanas e não humanas estão presentes de forma mais saliente.
- b) A estrutura própria do caminho, com materialidades que dependem de sua finalidade, como a conexão entre dois pontos, seus meios de transporte e tipos de vias, além de instalações que atendem diferentes necessidades dos usuários, como pousos, trocas de animais, abastecimento e comércio. Esse aspecto pode ser chamado de caráter socio-tecnológico e atinge inclusive a relação entre a estrutura do caminho, fisiologia e gestualidade dos corpos em movimento e as formas de deslocamento e aparatos técnicos utilizados.
- c) O sentido social do caminho, que pode ter diferentes conotações dependendo dos grupos sociais e como os usuários enxergam ou enxergaram o caminho. Isso inclui o caráter significativo (ou “dos significados”), que abrange o sentido e a função, bem como o impacto na vida das pessoas que vivem ou trabalham nas proximidades.
- d) O sentido histórico do caminho, considerando os elementos do passado, representados pelos relatos escritos, vestígios arquitetônicos e/ou arqueológicos, mas também na memória daqueles com vivências na área de estudo. Ao contextualizarmos historicamente, imprimimos um caráter temporal ao estudo, sendo simultaneamente importante considerarmos passado, presente e futuro para lidarmos com as paisagens culturais.

O estudo dessas dimensões pela arqueologia tem implicações significativas para o estudo da cultura material, temporalidade e paisagem. A forma como os vestígios de estruturas e objetos relacionados ao Caminho do Arraial foram encontradas na pesquisa baseiam-se em premissas construídas pelo conhecimento arqueológico, que também dão suporte para entender as mudanças no tempo e na paisagem.

Dessa forma, na sequência, são apresentadas correntes arqueológicas, de forma não exaustiva, cuja intensão é prover a compreensão do encaixe em que o trabalho foi realizado, considerando as diferentes apropriações da cultura material, principalmente relacionadas à Arqueologia Histórica e à Arqueologia da Paisagem.

Após, é feita também uma discussão sobre o conceito de Patrimônio e suas implicações para a área de estudo, em que diferentes perspectivas são importantes para sua compreensão.

1.1 O contexto da pesquisa em meio as correntes arqueológicas

Quando se fala sobre a arqueologia, deve-se ter em mente que seus preceitos não são estáticos, e que essa ciência tem passado por muitas mudanças ao longo dos séculos XX e XXI, muitas vezes em um processo dialético de crítica e reconstrução, ao qual correntes de pensamento são sobrepostas, sem, no entanto, conseguirem sobrepujar completamente a perspectiva anterior. Dessa forma, em um primeiro momento se deve situar as principais correntes arqueológicas, para então contextualizar em que vertente este trabalho pretende seguir.

A primeira a ser comentada refere-se a arqueologia histórico-cultural, desenvolvida na Europa e que por meio do estudo sistemático de artefatos, bem como em um estudo mais aprofundado da estratigrafia ao que se fizera até então, objetivava encontrar traços que evidenciassem identidades com base na cultura material. Foi muito utilizada na história da arqueologia com interesses nacionalistas, vinculado à tentativa de se criar heranças pré-históricas em sociedades do presente. Conforme Bruce Trigger (2004), seus “achados tornaram-se, assim, parte da luta pela autodeterminação nacional, pela afirmação e defesa da identidade nacional e pela promoção da unidade nacional, contraposta aos conflitos de classes” (TRIGGER, 2004, p. 201).

Cada objeto ou artefato seria, portanto, o resultado de uma maneira específica de se fazer algo, e que segue normas relativamente conservadoras e vinculadas a uma dada tradição cultural. Nesta corrente, as mudanças ocorrem principalmente devido a dois fatores: difusão ou migração. Esta abordagem foi e tem sido muito utilizada no campo dos estudos da pré-história regional e mundial, à exemplo das pesquisas sobre ocupação e dispersão humana nas Américas, onde artefatos ou conjuntos de artefatos se constituem em verdadeiros “fósseis guias” demarcadores de “áreas culturais”.

A crítica a essa perspectiva de pensamento refere-se, entre outras coisas, a falta de explicações sobre o passado, a ausência de método científico que desse conta da interpretação dos achados arqueológicos, bem como a ideia de que as sociedades de diferentes períodos compartilham tradições culturais de forma homogênea, como se todos os indivíduos tivessem as mesmas ideias e a mesma cultura material (JOHNSON, 2010).

Afastando-se da história e aproximando-se da antropologia norte americana da época, a corrente de pensamento arqueológico que vem a criticar a perspectiva histórico-cultural é denominada processualismo, para o qual um dos pressupostos seria o entendimento dos processos que respaldam o comportamento humano, entendidos como parte de um sistema. Conforme Astolfo Araújo (2019), tendo como expoente Lewis Binford, essa corrente de pensamento almejava promover um caráter científico à arqueologia.

Embora some esforços para o aprimoramento do arcabouço teórico e metodológico da arqueologia, críticas posteriores recaem no fato dela se valer de aspectos positivistas e neo-evolucionistas que concebiam grupos humanos como uniformes, sem que se considerasse a possibilidade de mudanças oriundas de indivíduos dentro desses grupos. Segundo Trigger (2004), uma deficiência do processualismo repousa na criação de generalizações, colocando os aspectos do comportamento humano como condicionados pelas características ecológicas do meio. Conforme Johnson (2010), a base funcionalista de muitos modelos destinava os artefatos e o simbolismo a um papel passivo.

O processualismo foi particularmente questionado por arqueólogos que trouxeram à disciplina uma forma nova de pensar e interpretar os dados arqueológicos, surgida na Europa, na década de 1980, denominada pós-processualismo. Representada por autores como Ian Hodder, essa corrente de

pensamento abordou algo que até então era pouco considerado nos estudos arqueológicos, o contexto social em que os artefatos eram encontrados. Para estes, passam a ser importantes os valores, os simbolismos e as representações, características subjetivas de sociedades pretéritas, além da própria experiência do arqueólogo enquanto criador de conhecimento. Segundo Trigger (2004), conforme os arqueólogos

[...] ficam mais conscientes da complexidade daquilo que eles têm de explicar, tornam-se, também, mais interessados em descobrir como, e até onde, sua experiência do presente influencia suas interpretações do passado. Muitos consideram que o meio no qual atuam afeta tanto os questionamentos quanto as respostas que estão predispostos a considerar razoáveis. (TRIGGER, 2004, p. 373)

Para tanto, muitos autores realizaram uma intensa aproximação com a história e a antropologia social e com os dilemas éticos que as pesquisas acadêmicas podiam ser submetidas, em uma autocrítica ao pensamento colonialista com o qual os estudos antropológicos e arqueológicos eram anteriormente conduzidos. Dessa forma, conforme Araújo (2019), o pós-processualismo acusou a corrente predecessora de ser uma “ciência desumanizadora” (p. 131). Essa postura de muitos pesquisadores colocou elementos de subjetividade nos trabalhos arqueológicos, conforme apontado por Trigger (2004).

No entanto, em que pese as críticas a essa corrente, ela possui valor quando se observa o ganho metodológico que trouxe à disciplina, absorvendo diferentes perspectivas, incluindo a crença na importância do pensamento e no simbolismo (JOHNSON, 2010), elementos estes que agregam valor quando se observa que o patrimônio detém uma dupla relação de importância, enquanto testemunho do passado e vinculado a um presente em que adquire novos significados, seja quanto à memória, à beleza cênica, à paisagem, entre outros.

Considerando essas as três correntes de pensamento mais importantes para atualidade em um contexto brasileiro e americano, tem-se uma subárea dos estudos arqueológicos que vem ganhando importância, cujo desenvolvimento passou pelas linhas gerais das outras correntes, a Arqueologia Histórica². Conforme Gheno & Machado (2013), existem alguns problemas quanto a conceituação da arqueologia

² A arqueologia histórica também recebeu influências de outras vertentes, como a arqueologia marxista, comportamental, neodarwiniana, etc.

histórica, ao qual no contexto das américas está associado ao período pós “descobrimento”, quando colonizadores europeus passam a deixar registros escritos do “Novo Mundo”. Dentre os problemas que os autores apontam, considerando a divisão entre história e pré-história no contexto americano, tem-se a dificuldade de se classificar registros de povos sem escrita³ que viveram no mesmo período com os colonizadores. No entanto, uma característica marcante da arqueologia histórica é a possibilidade de trabalhar com documentos escritos, pinturas, desenhos, transformações na paisagem, bem como de relatos orais. Segundo Symanski (2009), outra característica que merece ser citada refere-se ao impacto que a expansão das potências europeias causou sobre as populações nativas, além do deslocamento forçado de populações da África, com movimentos transoceânicos destes, bem como de europeus e asiáticos, “remodelando a configuração material, social e cultural das Américas” (p. 9). Com efeito, o autor descreve que a arqueologia histórica lidaria com quatro dimensões fundamentais: o colonialismo global, o eurocentrismo, o capitalismo e a modernidade.

Conforme Lima (2002), no Brasil, inicialmente a arqueologia histórica teve forte proximidade com a corrente histórico-cultural em uma versão empobrecida, para o qual detinha preferência “por monumentos remanescentes do poder religioso, militar e civil, em detrimento de análises mais abrangentes dos nosso passado histórico” (LIMA, 2002, p. 8). A autora comenta que os pesquisadores brasileiros que se valeram da corrente processualista, considerando sua negação da história, fizeram pouco uso para com a arqueologia histórica, preferindo analisar os vestígios predecessores da colonização.

Posteriormente, considerando que a arqueologia histórica detém uma aproximação natural com a História, Araújo (2019) aponta que o apelo pós-processualista foi evidente a partir dos anos 1990, para o qual “essa óbvia aproximação inicial em termos documentais e epistemológicos logo se voltou para a Antropologia em termos teóricos (...) e, posteriormente, para a Sociologia” (ARAÚJO, 2019, p. 106). Segundo Gheno & Machado (2013), a importância desse ramo reside

³ O Quipo ou Quipu seria um exemplo de escrita não alfabética. Trata-se de um sistema de registro utilizado pelos povos andinos pré-colombianos, que consistia em um conjunto de cordas com nós de diferentes cores e posições que representavam informações numéricas e textuais. Pesquisadores consideram que, embora não seja um sistema de escrita alfabético, o Quipo é uma forma de escrita baseada em símbolos e pode ser considerado como um sistema de registro ou de notação.

no estudo das práticas e grupos sociais postos à margem das narrativas históricas dominantes, pelo viés da cultura material. Para o presente estudo, podem ser levados em consideração tanto a presença dos povos indígenas, dos povos africanos, quanto dos colonos que passaram a ocupar a Serra do Mar e seu entorno, cujo registro na região é apresentado em fontes históricas dos períodos colonial e imperial.

A síntese desse processo de transformação da arqueologia histórica também é apresentada por Symanski (2009) para o contexto brasileiro, no qual detalha que entre 1960 e 1980 essa subdisciplina esteve marcada por pesquisadores treinados como pré-historiadores através do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) que, por meio da definição de sequências seriadas de cerâmica e outros materiais, realizaram estudos que partiam do pressuposto da “aculturação” e da miscigenação entre povos indígenas e os colonizadores portugueses e espanhóis, e que estaria refletida por exemplo, na chamada tradição Neobrasileira. Entre 1980 e 1990, continua Symanski (2009), surgiram novas perspectivas abrangendo o estudo de grupos étnicos e segmentos subalternos que não puderam escrever suas próprias histórias, introduzindo na subdisciplina um caráter social que, no entanto, ainda era essencialmente descritivo, a exemplo dos trabalhos das décadas anteriores. Deste período até o presente, ainda, muitos outros sítios históricos passaram a ser estudados, sejam eles relacionados a atividades de mineração, lixeiras coletivas urbanas, senzalas, cemitérios, estradas coloniais e etc., no entanto, observa o autor, ainda mantendo muito do caráter descritivo das décadas anteriores (SYMANSKI, 2009).

Além da Arqueologia Histórica, outro conhecimento que traz ganho à pesquisa é a noção de Paisagem e sua percepção. Nas últimas décadas, muitos foram os estudos onde o caráter simbólico é analisado, em paralelo com a arqueologia pós-processual, em que considera “a cultura material não como um reflexo passivo de estruturas sociais e econômicas, mas como um elemento ativo, utilizado para produzir relações sociais” (SYMANSKI, 2009, p. 8). Conforme Meneses (2009), ao comentarmos sobre bens ou itens culturais, não estamos falando de elementos com significados intrínsecos, próprios de coisas em si, mas elementos (ou práticas) cujas

propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. – e, em suma, seus valores. (MENESES, p. 32)

Nesse contexto, também a paisagem passa a ser incorporada como objeto de análise da arqueologia, para o qual também passa a ser compreendida como reflexo do coletivo nela instalada, não apenas transmitindo mensagens sociais, mas recebendo e processando, inserido num esquema de significados partilhado pelos indivíduos (SOUSA, 2005).

Considerando a necessidade de se localizar no espaço, os seres humanos precisam reconhecer as áreas onde vivem através de marcos como rios, montanhas, vales, etc. a partir de então, passam a orientar-se (tal vila fica a oeste de tal rio, a leste de tal cidade, etc.) e posteriormente, a nomear tais locais/ lugares. Este processo traz consigo a apropriação do espaço e à criação de um território.

Para tanto, quanto maior for o conhecimento de técnicas e tecnologias, maior será a capacidade dos grupos humanos de se adaptarem e modificarem a paisagem onde residem. O conhecimento de técnicas e tecnologias irá influenciar como os grupos humanos irão produzir os alimentos, como irão comê-los, além de encontrar meios para realizar o transporte e a conservação dos mesmos. Desse modo, a evolução da percepção da paisagem através do tempo, sabendo-se de suas necessidades, características físicas e bióticas procedeu a uma melhor compreensão do mesmo e das necessidades que possuem as sociedades (CLAVAL, 2001).

Segundo Almeida (2015), a paisagem é formada por espaços, sejam construídos ou não, modificados ou não pela ação humana, que detêm significação social compreendendo informações sobre a sociedade estudada.

Criado Boado (1993), por exemplo, ao analisar sítios arqueológicos no contexto da pré-história Galega (noroeste da Espanha), com base nas distribuições e características dos artefatos encontrados, propôs quatro maneiras de interpretar as atitudes dos seres humanos perante o meio ambiente, sendo elas: passiva, participativa, ativa e destrutiva. Em relação a atitude passiva, os agrupamentos humanos viviam da caça, do tipo aleatório, relativamente oportunista, em que os códigos culturais dessas sociedades e indivíduos são indistintos da natureza e que suas formas de subsistência não alteram o meio. Em relação a atitude participativa, correspondendo a grupos caçadores e coletores, a paisagem começa a ser modulada⁴, mas em compatibilidade com a ordem natural. O autor comenta que entre

⁴ Como incêndios provocados para eliminar o excesso de vegetação em meio a bosques e propiciar o ressurgimento de pradarias naturais, a utilização de estratégias de caça seletivas, realização

o primeiro e o segundo grupo, não existiria uma separação entre natureza e cultura, sendo ambos elementos intrínsecos. Quanto a atitude ativa, do tipo domesticadora, tem-se o surgimento paulatino de uma paisagem artificial, com a agricultura permanente e a delimitação do espaço. Por fim, a atitude destrutiva, seria marcada por uma paisagem delimitada, parcelada e hierarquizada (CRIADO BOADO, *op. cit.*, p. 33).

Trazendo para o contexto da pesquisa, pelos vestígios serem de uma época colonial, pode-se entender que as atitudes dos grupos que passaram pelo Caminho do Arraial são do tipo ativa ou destrutiva, muito embora o exemplo de Criado Boado sirva para ilustrar possibilidades interpretativas perante a categoria paisagem. Uma vez que essa perspectiva coloca o espaço em relação direta com a sociedade, significando que pelo estudo do primeiro, podemos chegar à compreensão do segundo, a identificação e registro do patrimônio arqueológico pré-colonial e histórico possibilita a recomposição dos principais traços da paisagem em ocupações pretéritas (MORAIS, 2000; ALMEIDA).

Isto posto, tanto sob a ótica da Arqueologia Histórica, quanto sob a perspectiva da Arqueologia da Paisagem, pode-se extrair informações importantes para o presente estudo. Ao analisar a cultura material com a ajuda de referências textuais, tem-se a possibilidade de conhecer temas que a história não consegue acessar. Em paralelo a isso, entender como a cultura material e a paisagem se refletem no imaginário das pessoas, possibilita que sejam verificados em que medida os registros do passado detêm importância em seu contexto social, algo que é fundamental para a caracterização como um Patrimônio.

1.2 A noção de Patrimônio

Pensar nos patrimônios culturais requer o entendimento das várias facetas que o termo carrega, do qual se pode extrair importantes discussões que envolvem desde a representatividade e o reconhecimento daqueles ao qual estão relacionados a um determinado patrimônio, seu caráter material ou imaterial, sua fluidez enquanto dotada de significados, até quais são os mecanismos que existem para prover sua proteção, preservação e divulgação, no âmbito das políticas públicas.

de sistemas de currais e armadilhas para o controle da caça, e o cuidado com o crescimento de plantas silvestres, por exemplo.

Segundo Funari (2007), etimologicamente, a noção de patrimônio advém da concepção de “herança paterna”. Segundo esse autor, o termo advém das línguas românicas, derivada do latim *patrimonium*, fazendo alusão à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados” ou “aos monumentos herdados das gerações anteriores”, expressões estas que fazem menção a *moneo*, que em latim significa “levar a pensar” (FUNARI, 2007, p. 61).

Conforme Maria Dulce Gaspar *et al.* (2017), a concepção da ideia de patrimônio surgiu paulatinamente após a Revolução Francesa, quando intelectuais se mobilizaram para a salvaguarda de obras passíveis de serem destruídas pelos revolucionários, firmando-se então como uma ideia oposta ao vandalismo. Segundo Pelegrini (2006), mostrando as noções de patrimônio cultural, estas estariam relacionadas às de lembrança e de memória, “uma categoria basal na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais” (p. 116). Conforme Vitor Oliveira Jorge (2007), ainda, patrimônio se relaciona com identidade, com valores não materiais, simbólicos, e com a memória dos indivíduos e dos grupos (JORGE, 2007, p. 20).

A noção de que algo deve ser preservado como símbolo de uma determinada realidade social, cujo valor deve ser resguardado para as gerações futuras, emerge como um elemento presente na estruturação dos estados nacionais, que desde então firma-se em lógicas que muitas vezes estão alheias ao modo de vida dos habitantes de uma dada territorialidade.

Conforme Jorge (2007), a aplicação do conceito está relacionada a um processo utópico pois se busca proteger algo que em si, nunca existiu, uma vez que os significados dados quando de seu uso por pessoas viventes de seu tempo, não é necessariamente o mesmo valor que se é dado no presente. O autor também aponta que o conceito de patrimônio passa a ter evidência no momento em que as sociedades começam a deter meios de modificar completamente a paisagem, no qual rios são transformados em pântanos, colinas em planícies, paisagens rurais em paisagens urbanas, e as mudanças passam a ser perceptíveis ao longo das décadas e gerações.

Segundo aponta José Reinaldo Santos Gonçalves (2015), trazendo um olhar crítico sobre a problemática, sejam materiais, espaços, práticas sociais, “qualquer tipo de conhecimento pode ser identificado, celebrado ou contestado como “patrimônio” por um ou mais grupos sociais” (p. 212), saturando o uso da memória. Dessa forma,

partindo do ponto de vista do Estado e suas políticas (referentes ao patrimônio), o autor destaca que

“identificar” um grupo e seu patrimônio equivale a exercer positivamente sua função enquanto agência do poder. Por esse ângulo, a noção traz em si uma certa ambiguidade: se, por um lado, é a forma pela qual um grupo se afirma publicamente, por outro, é o modo pelo qual o Estado exerce seu controle sobre a sociedade. (GONÇALVES, 2015, p. 213)

Assim, pensar sobre o patrimônio implica observar relações que podem se dar espontaneamente entre um determinado aspecto que conduza significância a um grupo, e relações impelidas pela ação estatal, enquanto agente que determina quais são os elementos que devem ser preservados, derivando questões como o porquê preservar e para quem preservar. Dessa forma, embora reconheça-se que existe importância na preservação, faz-se necessária a participação dos atores sociais envolvidos neste processo pois, deve-se questionar que se “o patrimônio pertence a sociedade, em que medida conceitos, legislação, políticas públicas, pesquisadores, instituições e outros instrumentos dão conta de salvaguardar o patrimônio de uma humanidade tão diversa?” (GASPAR, *et al.*, 2017, p. 9). Segundo Meneses (2009), o campo do Patrimônio Cultural é um campo eminentemente político, não no sentido partidário, mas daquilo que é gerido de forma compartilhada entre os cidadãos, de interesse público.

A observação, feita quando da não participação dos agentes cuja de sua memória advém a necessidade pela preservação, dá conta de diversas questões que envolvem a exclusão da população na tentativa de criar significados onde não necessariamente existem para os habitantes daquele local.

Nesse aspecto, levar em consideração a memória para a constituição patrimonial é fundamental, pois, “nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas” (PELEGRINI, 2006, p. 116).

No entanto, essa problemática recebe novos contornos quando se abre o leque de derivações que os patrimônios detêm. Sob o ponto de vista do arqueólogo, a vinculação de elementos do passado com as comunidades do presente não é uma regra, principalmente quando se tratam de referências de um passado pré-histórico,

sem registros, cujos entendimentos dos componentes materiais só são subentendidos a partir da interseção com estudos etnográficos.

Conforme Jorge (2007), a arqueologia lida com a totalidade do território, tanto com elementos ocultos quanto dispersos, ao qual para este trabalho, considerando o caráter linear do traçado, apresenta diversas possibilidades que, para além da materialidade, constituem valores, significações, documentos, testemunhos de populações ao longo do tempo. O autor ainda complementa que

[...] para além de ser uma ciência histórica, que visa contribuir para o conhecimento da humanidade numa perspectiva mais ampla do que aquela que a história tradicional permitia, tem também a seu cargo, portanto, a gestão de uma faceta importante da herança cultural, de um dos elementos constituintes da identidade, ou seja, do chamado “patrimônio”. Sua função é elaborar um arquivo, mas também torná-lo acessível e útil à fruição pública. (JORGE, 2007, p. 110)

A análise da cultura material, vinculada ao patrimônio cultural, possibilita investigar o papel da materialidade no estudo das relações sociais e dos variados grupos que compõe trajetórias históricas específicas. Neste sentido, podemos trazer a arqueologia como ciência fundamental capaz de apreender elementos do funcionamento de sistemas socioculturais pretéritos, a exemplo das “identidades” culturais e sociais, das relações da sociedade com o meio ambiente e seus recursos, ou ainda, dos variados significados que se interpõe entre as pessoas e coisas (incluindo construções, caminhos, suporte físico ambiental, etc.).

Além disso, também deve-se atentar à noção de paisagem e sua complexidade relacionada a temática do patrimônio natural, pois esta acrescenta as relações do homem com o meio, e destaca que os “modos” ou “gêneros” do viver humano produzem “paisagens culturais” (PELEGRINI, 2006). Sendo assim, referenciando Carlos Etchevarne *et al.* (2011), a contribuição dos arqueólogos fornece um entendimento próprio sobre o território natural que foi historicamente antropizado, entendendo-o como o espaço socialmente constituído, onde o foco das pesquisas conflui na averiguação da materialidade das ações humanas e os conteúdos significativos que essa materialidade carrega para os variados grupos sociais.

Somando-se a isto, o entendimento de como os deslocamentos ocorreram em um tempo pretérito é uma informação relevante para reconhecer as formas de ocupação do espaço. Tais informações também podem ser culturalmente sensíveis onde, em muitos casos, trilhas, caminhos e estradas permanecem em uso para

práticas rituais, como aspectos memoriais e símbolos de identidade (SNEAD *et al.*, 2009), elementos que evidenciam contínuo uso do espaço. Acrescenta-se ainda patrimônio não é apenas uma determinada construção ou monumento,

[...] é tudo que se escreveu sobre ele, todos os estudos que se fizeram no sentido da sua compreensão, da sua preservação, da sua utilização, é toda a simbólica que o envolve, todas as ações que nele ou sobre ele se façam e o tornem um espaço atual, o que implica desde logo uma visão não só retrospectiva, mas também prospectiva. Neste sentido, patrimônio é um projeto de futuro, e, portanto, uma ação cultural sobre um monumento é uma criação contemporânea, como o é um bailado. Não tem, pois, sentido dicotomizar entre cultura herdada, morta, e cultura criada agora, supostamente viva” (JORGE, 2007, p. 126)

O patrimônio não significa a mesma coisa para um habitante próximo, para um turista, historiador, esteta. É mais do que uma herança, é sobretudo um projeto que, no entanto, não deve ser imposto de cima, trata-se de um elemento chave para a vivência democrática.

Isto posto, no âmbito da presente pesquisa, considerando o Caminho do Arraial como um patrimônio arqueológico, vale como questionamento saber qual a ressonância sobre a população local que habita seu entorno. O Caminho do Arraial foi tanto fruto quanto vítima do progresso, no qual seu surgimento está vinculado a um processo de ocupação e exploração do território, como sua destruição se deu em razão da construção de novas estruturas como o Oleoduto Araucária-Paranaguá e a rodovia BR-277. Tendo isso em vista, existe relação com os moradores? Significado? Espera-se que tais questões possam ser respondidas ao longo do trabalho, culminando na identificação das representações que o caminho venha a ter, seja como ponte para o entendimento do passado, de interesse dos cientistas (principalmente sociais) interessados, ou na prática cotidiana que os moradores detenham com o local.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Na sequência, serão apresentadas informações a respeito da contextualização geográfica, histórica e arqueológica do caminho, considerando suas nuances tanto em relação ao ambiente físico ao qual está inserido, quanto aos enlaces sociais e históricos envolvidos com a construção e uso do caminho e suas descontinuidades cronológicas.

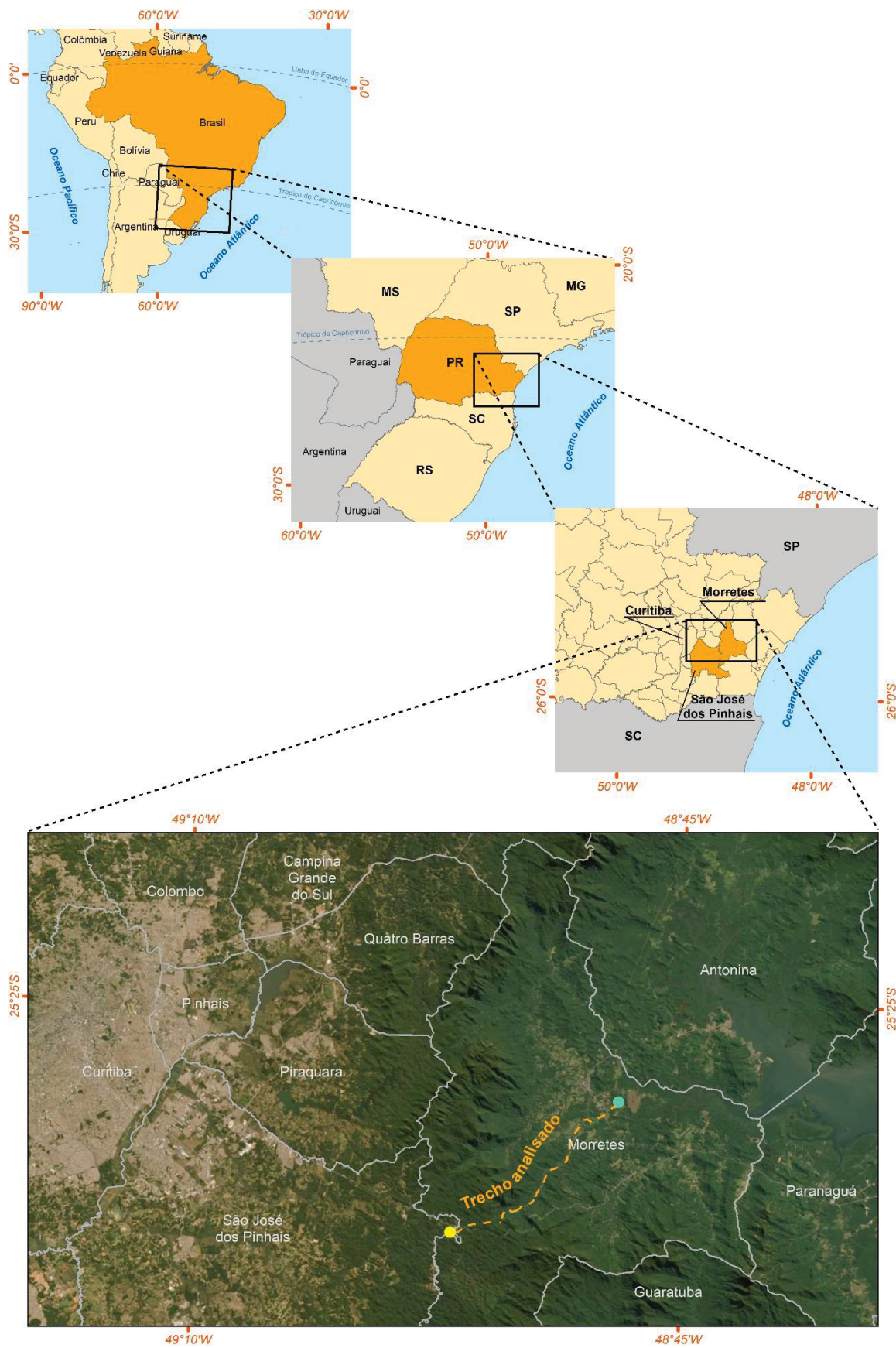
2.1 Aspectos geográficos

O trecho a ser estudado do Caminho do Arraial localiza-se entre os municípios de Morretes e São José dos Pinhais com uma extensão aproximada de 21,7 quilômetros (Figura 2.1 e Figura 2.2). Como comentado na introdução, este segmento foi escolhido por apresentar um trecho de calçamento relativamente preservado e por dar um panorama da ocupação de Morretes até a passagem da serra. O início do traçado, considerando o sentido litoral - primeiro planalto, é na foz do rio do Pinto em sua confluência com o rio Nhundiaquara (antigamente conhecido como rio Cubatão), e seu término é localizado onde estaria o antigo Arraial Grande, situado próximo ao rio do Arraial na região nordeste do atual território são-joseense, ao sul da rodovia BR-277. Em um contexto maior, de lá passava pelos campos de São José dos Pinhais (Figura 2.3) e servia de ligação para a região da Lapa.

O trajeto trata-se de um caminho de ligação entre a Planície Litorânea o Primeiro Planalto Paranaense, cruzando a Serra do Mar, uma cadeia montanhosa que se distribui em uma faixa de encostas com vertentes abruptas que margeiam o Planalto Atlântico, desde a divisa do Estado de Santa Catarina e o Estado do Paraná até a divisa com o Estado de São Paulo, na região do Vale do Ribeira de Iguape (OKA-FIORI & SANTOS, 2006). Ainda segundo esses autores, na Serra do Mar o relevo é muito dissecado, com formas denudacionais, apresentando escarpas e cristas com topos aguçados e topos convexos, com rochas principalmente dos tipos gnaisses, migmatitos, micaxistos, vulcânicas e granitos.

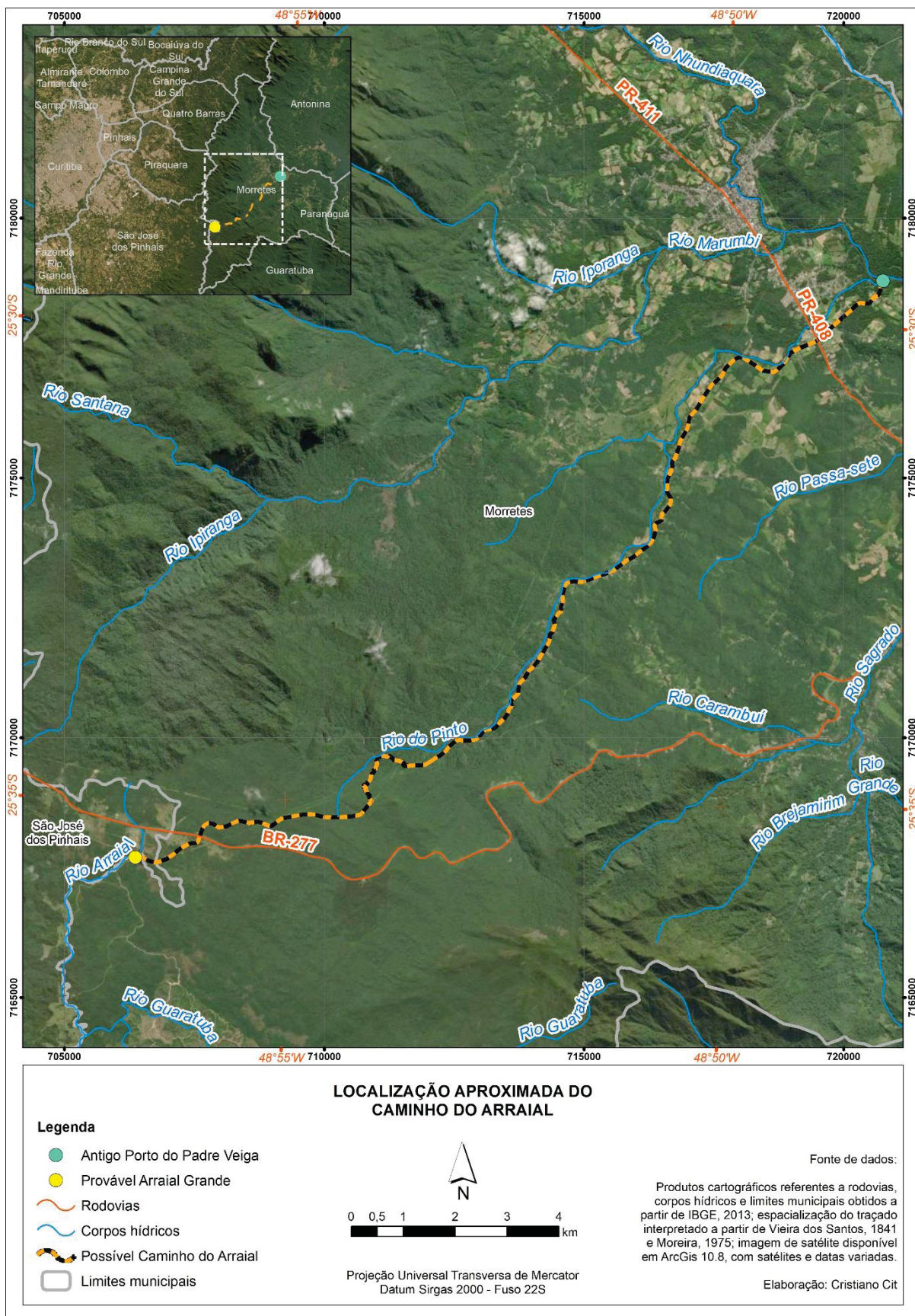
Em relação ao Primeiro Planalto Paranaense, trata-se de uma porção de relevo relativamente uniforme, constituída em rochas cristalinas, como xistos metamórficos e gnaisses, cortados por diques de pegmatitos e intrusões graníticas, e também por frequentes diques de diabásios (doleritos) de direção NW.

Figura 2.1 Enquadramento regional da área de estudo.



Fonte: Autor (2022).

Figura 2.2 Localização aproximada do Caminho do Arraial entre a foz do rio Nhundiaquara na planície costeira e o alto da Serra do Mar, até a margem esquerda do Rio do Arraial.



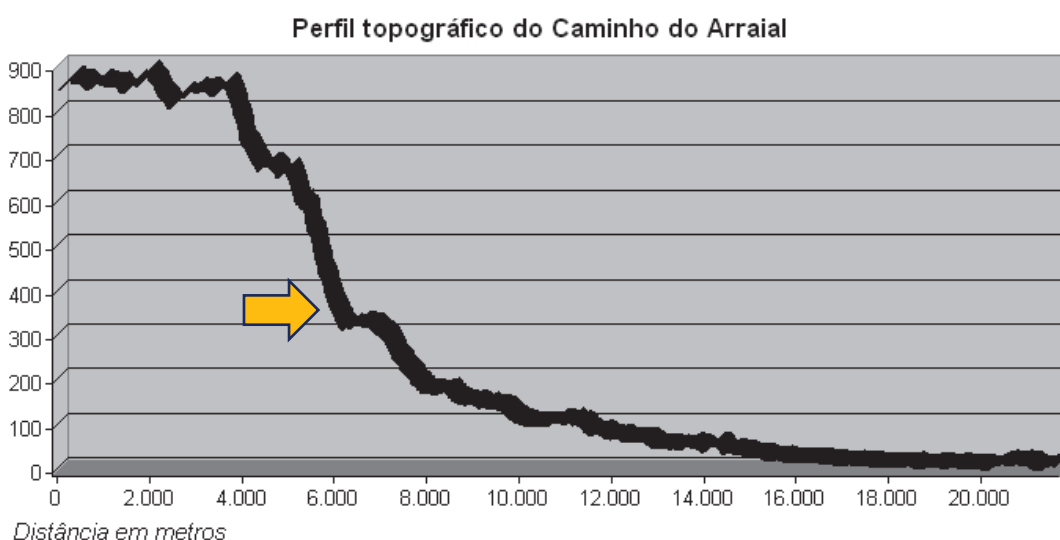
Fonte: Autor (2022).

Mais próximo a São José dos Pinhais e Curitiba, ocorrem ainda os sedimentos terciários/quaternários da Formação Guabirotuba, compostos predominantemente por argilas e areias arcóseas. A geomorfologia do Primeiro Planalto ao sul do rio Iguaçu se caracteriza por uma paisagem suavemente ondulada com planícies e várzeas intercaladas por sedimentos colúvio-aluvionares recentes e paludais ao longo dos principais cursos de água (OKA-FIORI & SANTOS, 2006).

Quanto a porção litorânea, que compreende a maior parte do trecho estudado, a região encontra-se na base da Serra do Mar, no qual os tipos principais de sedimentos que a constituem são areias arcóseas e lamas e, subsidiariamente, cascalhos, argilas. Apresenta como características relevo com baixa dissecação e pouca declividade dos terrenos (menos de 6%).

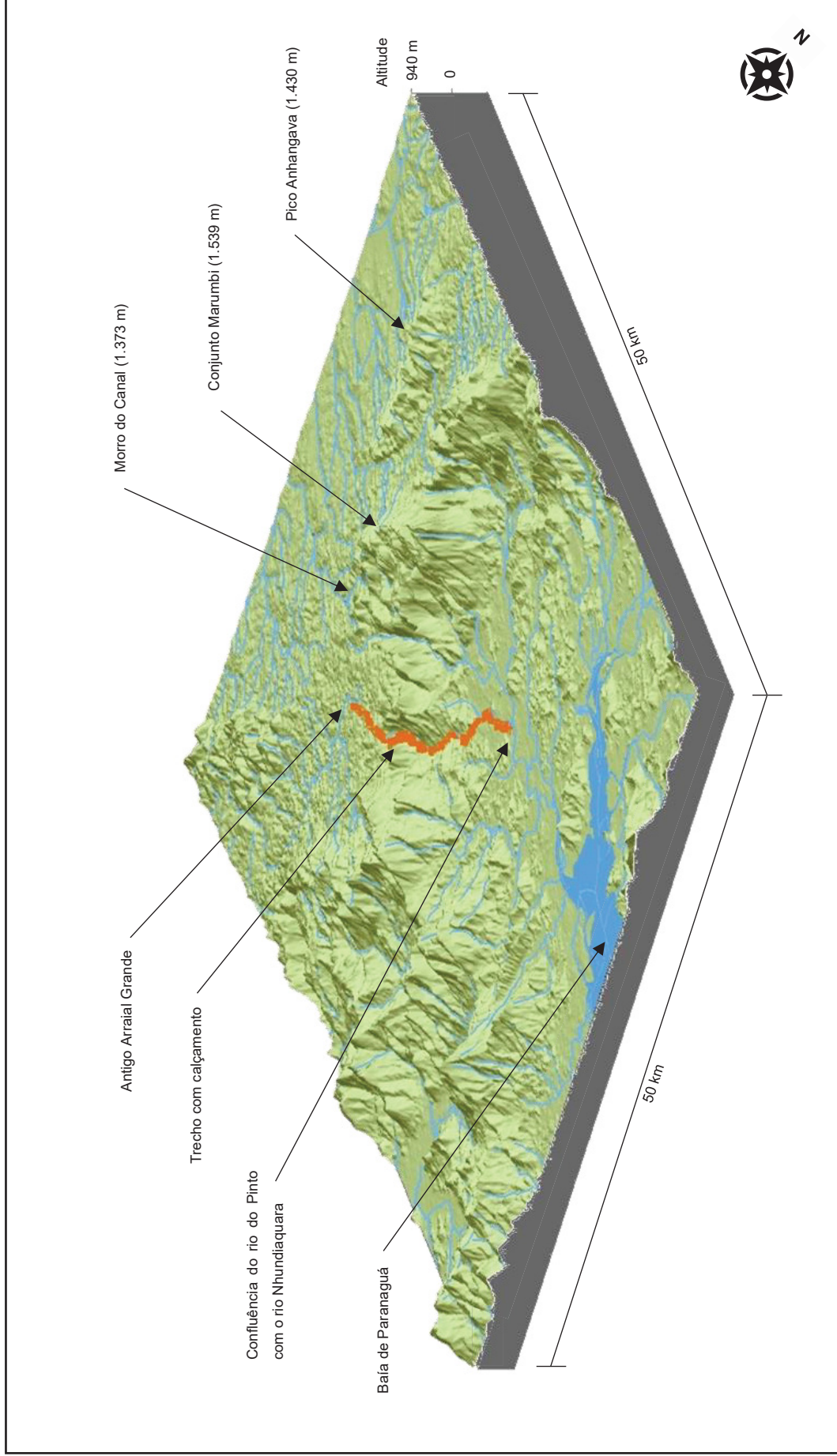
A partir da sobreposição do caminho com Modelo Digital do Terreno (MDT) em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), conforme pode ser observado na Figura 2.4 e Figura 2.5, o trajeto apresenta um gradiente de aproximadamente 850 metros, variando de 10 a 860 metros acima do nível do mar, em remanescentes preservados da Serra do Mar. Cabe destacar que a maior parte do calçamento se encontra preservado nas porções intermediárias da serra, a partir dos 200 metros acima do nível do mar, após o término da Estrada do Anhaia, locais de acesso mais reservado.

Figura 2.4 Perfil topográfico do Caminho do Arraial.



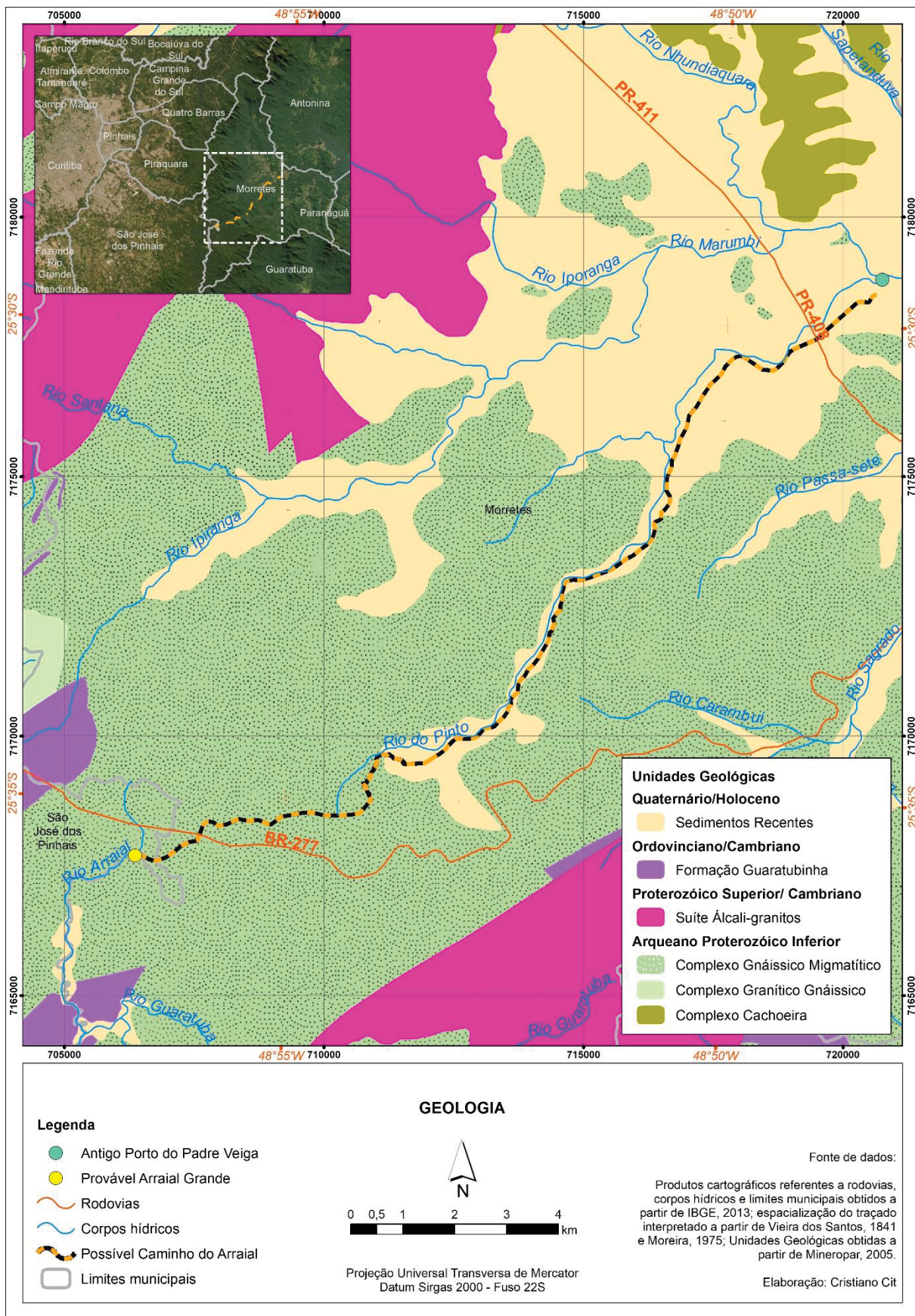
Nota: a seta amarela identifica trecho de calçamento histórico preservado. Fonte: Autor (2022).

Figura 2.5 Bloco diagrama do Caminho do Arraial, no contexto da Serra do Mar Paranaense.



Fonte: Autor (2022).

Figura 2.6 Geologia da região do caminho estudado.



Fonte: Autor (2022).

Ao se observar o caminho sobreposto ao mapeamento geológico (Figura 2.6), é perceptível que as áreas mais planas são representadas sedimentos recentes (holoceno), enquanto que as porções mais elevadas estão sobre rochas do Complexo Gnáissico Migmatítico (arqueano/paleoproterozóico), notadamente na travessia da Serra do Mar.

Conforme Oka-Fiori & Santos (2006) e observações da malha hídrica, a drenagem apresenta um padrão dendrítico, com grande influência da estrutura litológica, caracterizada pela presença de falhas e fraturas, que acabam por conferir à hidrografia traçados retilíneos e incisões em ângulos agudos.

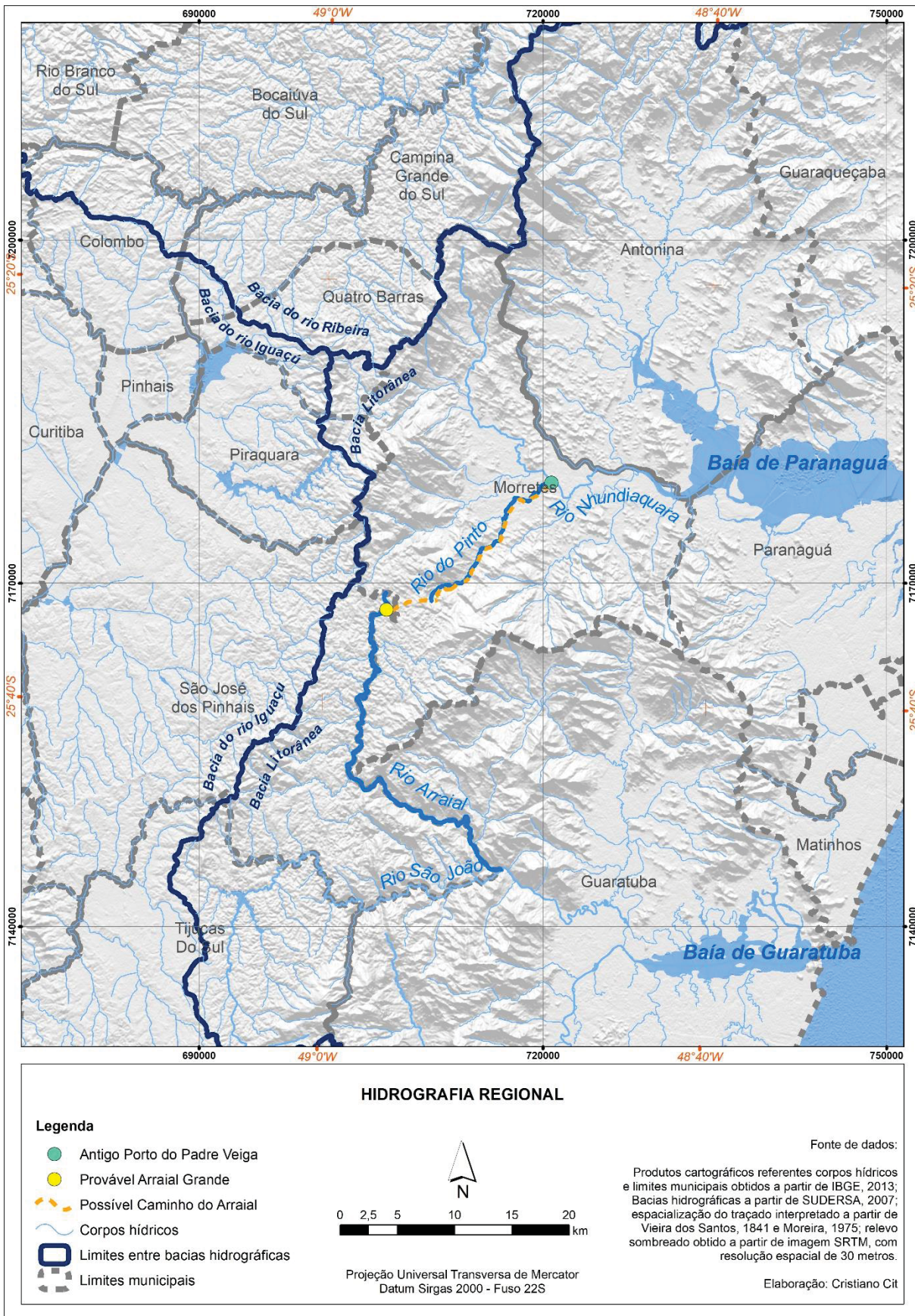
Conforme descrição histórica, o caminho estaria inteiramente relacionado ao contexto das bacias hidrográficas litorâneas, no qual o rio do Pinto é um corpo hídrico cuja nascente se dá no flanco oriental da Serra do Mar e que se liga à margem direita do rio Nhundiaquara e, a partir deste, deságua na baía de Paranaguá, enquanto que o rio do Arraial, cuja nascente se dá no flanco ocidental da Serra do Mar, deságua na margem esquerda do rio São João, no qual juntamente com este, possuem foz na baía de Guaratuba, mas ao sul do litoral paranaense. Na sequência, a Figura 2.7 apresenta a hidrografia da região, com destaque para os principais rios mencionados.

Considerando superfícies protegidas, o trecho estudado está dentro da Área de Especial Interesse Turístico (AEIT⁵) do Marumbi (Figura 2.8), que abrange os municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras. Enquadrado pelo Zoneamento Ecológico Econômico da AEIT como uma Zona Histórico Cultural, é considerada como área estratégica, onde predominam atividades de turismo, que devem ser reguladas para evitar práticas capazes de causar degradação do meio ambiente (SEMA, 1987).

Parte do caminho também se localiza no entorno do Parque Estadual do Pau Oco (Figura 2.8), Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, criada por meio do Decreto Estadual nº 4.266, de 21 de Novembro de 1994. Embora o Decreto de criação aponte a necessidade de elaboração de Plano de Manejo em até dois anos, após a criação da UC, a mesma ainda não apresenta documento que normatize as regras do parque, cujo importância do presente estudo pode propiciar ao futuro Plano de Manejo um direcionamento quanto aos aspectos históricos do Caminho do Arraial.

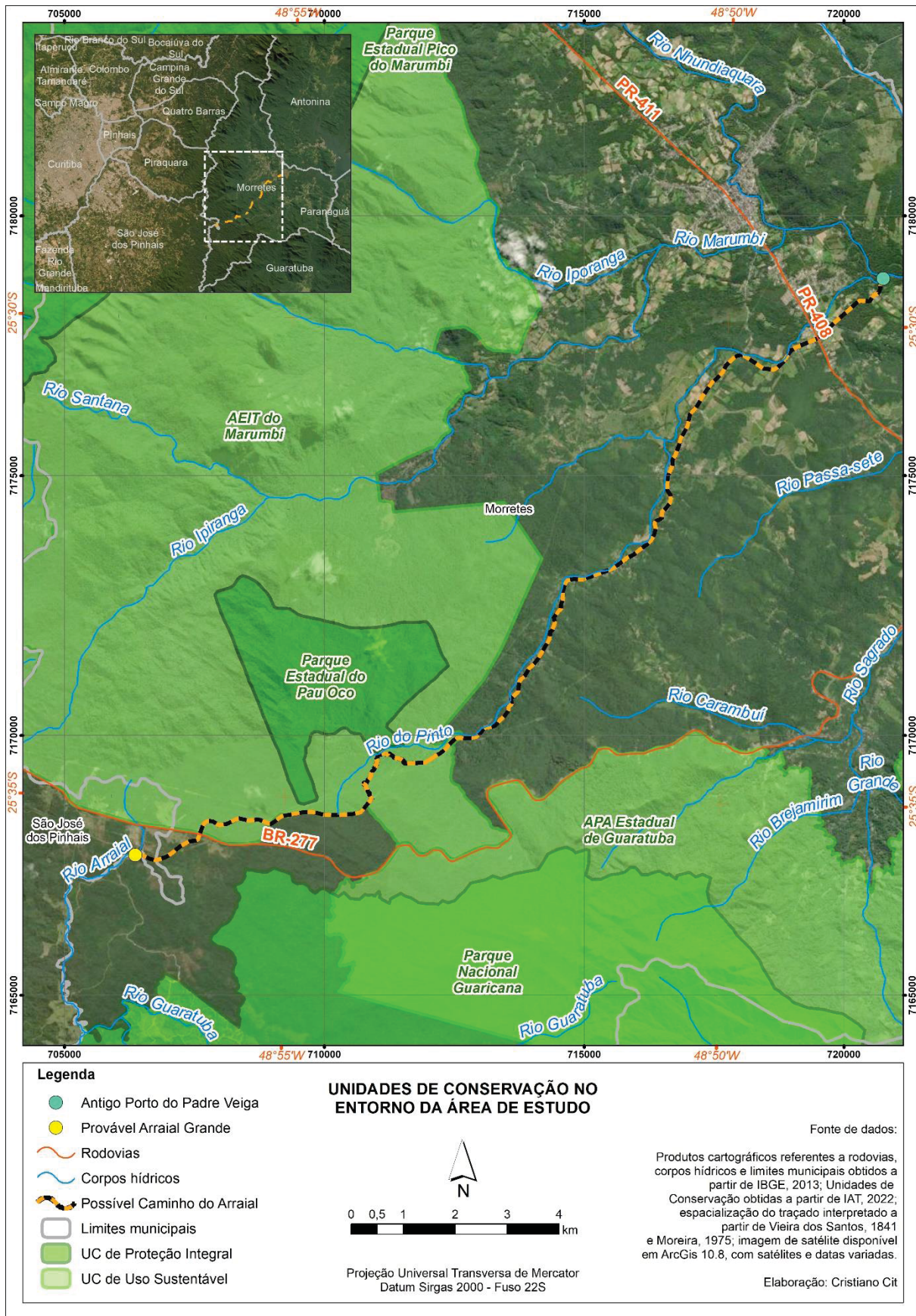
⁵ Conforme Artigo 4º da Lei Federal Nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, as AEITs são áreas a serem preservadas e valorizadas no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico (BRASIL, 1977).

Figura 2.7 Hidrografia da região do caminho estudado.



Fonte: Autor (2022).

Figura 2.8 Unidades de Conservação na região do caminho estudado.



Fonte: Autor (2022).

2.2 Contextualização histórica

Histórico geral de ocupação da região

Igor Chmyz (1986) aponta que os primeiros habitantes do atual estado do Paraná eram constituídos de pequenos grupos que dependiam da caça, pesca e coleta, não permanecendo muito tempo nos mesmos locais, vivendo com atitudes participativas perante a natureza, conforme definição de Criado Boado (1993) (item 1.1). Segundo Parellada (2013), é provável que a região que abrange o atual sul do Brasil e o nordeste da Argentina já tivesse povos caçadores e coletores entre 12.000 e 15.000 anos atrás. Representados pelos Paleoíndios, inicialmente no Paraná podem ser correlacionados com a tradição Bituruna, e há 10.000 anos, surgem populações Umbu e Humaitá. Destes, a tradição Umbu está relacionada à regional da área de estudo.

A Tradição Umbu se caracteriza pelo conhecimento de técnica de lascamento aprimorada para a confecção de seu instrumental lítico, entre os quais destacam-se pontas de projéteis pedunculadas (SGANZERLA *et al.*, 1996). Sítios desta tradição ocuparam preferencialmente áreas próximas a arroios, rios, banhados ou lagoas e, no Paraná, destacam-se nos vales dos altos rios Iguaçu, Tibagi, Ivaí, Ribeira e litoral (PARELLADA, 2013).

No litoral, destacam-se a presença de Sambaquis, representada por antigos grupos de pescadores/coletores do litoral Sul do Brasil, cujos principais vestígios são os inúmeros *mounds* (Sambaquis), construídos em variados segmentos geomorfológicos da planície costeira, em especial nas áreas estuarinas, onde podem ser encontrados restos de alimentos em meio a carapaças de moluscos (conchas), carvões de antigas fogueiras, ferramentas líticas, ósseas, adornos, etc., bem como sepultamentos humanos (MOTA, 2012).

Considerando os grupos indígenas ceramistas, por volta de 4.000 anos AP, agrupamentos passaram a ocupar a região do território paranaense. Segundo Sganzerla *et al.* (1996), na bibliografia etno-histórica existente, as informações sobre os grupos tribais referem-se às famílias linguísticas Tupi-Guarani e Jê.

Uma dessas frentes iniciou a ocupação pela bacia do rio Paraná e depois se espalhou pelos seus afluentes. Tratava-se de povos falantes da língua Guarani, que vinham ocupando o território do atual Mato Grosso do Sul e as bacias dos rios

Paraguai, Paraná e Rio da Prata. A outra frente de ocupação alcançou os territórios do segundo planalto paranaense cruzando os rios Paranapanema, Itararé e Ribeira, e normalmente associada aos planaltos acima de 700 metros, repletos de pinheirais. No caso dos Jê, essas populações teriam entrado para o sul do Brasil pelos campos e cerrados do interflúvio dos rios Paranapanema, Itararé e Ribeira (MOTA, 2012).

Conforme Sganzerla *et al.* (1996), os primeiros registros históricos dos colonizadores sobre a presença de grupos indígenas no território paranaense datam de 1531/2. Em 1541, saindo da ilha de Santa Catarina, a expedição de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca seguiu por terra até a região dos Campos Gerais, e dali para o oeste até o Paraguai. Em muitos pontos o grupo utilizou o caminho indígena do Peabiru e seus ramais. Cortando o território paranaense no sentido longitudinal, esse caminho era usado pelos indígenas em seus deslocamentos e tinha alguns de seus ramais no primeiro planalto (SGANZERLA *et al.*, 1996). Segundo Parellada (2021), atravessando o continente sul-americano, a via ligava o oceano Atlântico ao oceano Pacífico, desde São Vicente, passando pela Argentina, Bolívia e Peru. A partir do Paraná e Santa Catarina, seus ramais percorriam o primeiro planalto na direção de Curitiba, mudando depois para noroeste, conectando-se com o tronco do Peabiru, na altura de Castro (CHMYZ, 1986). A partir da Figura 2.9, pode-se observar a existência de alguns ramais ligando o interior ao litoral no atual estado do Paraná, condizentes com a posição geográfica do Caminho do Arraial.

Figura 2.9 Trechos do Caminho do Peabiru no antiga Provincia do Guairá, atual estado do Paraná.



Fonte: Parellada, 2021.

Com o início da colonização europeia, foram estabelecidos núcleos de povoamento em território paranaense. As primeiras entradas pelo litoral destinavam-se ao apresamento de indígenas e, com a descoberta de ouro, à mineração nas margens dos rios (MOREIRA, 1975). Desde 1554, a região do litoral passa a ser frequentada por “predadores” portugueses/paulistas vindos de São Vicente (litoral paulista) e, no ano de 1617, a bandeira de Antônio Pedroso descobre ouro nos ribeirões da região, tendo-se o início definitivo do povoamento com a fundação das primeiras vilas do litoral (MOTA, 2012). A paisagem passar a ser delimitada e cada vez mais modificada.

Na região do atual município de Paranaguá, os indígenas que ali vivam pertenciam aos então chamados Carijós (entendidos atualmente como povos Guarani). Segundo estimativa de Santos (1850), representavam uma população composta por seis a oito mil habitantes⁶, muito embora o mesmo autor afirme que uma investigação pormenorizada desses grupos seria impossível, pela ausência de registros escritos.

Cabe citar que a mineração colonial nesta parte do território brasileiro não estava desatrelada do processo de exploração da mão de obra indígena, bem como, das investidas ao interior com o objetivo de despovoá-las das populações autóctones ali viventes. Conforme Monteiro (2009), embora a captura do indígena pelos paulistas tenha fornecido escravos índios para os engenhos do nordeste açucareiro, também alimentava uma crescente força de trabalho indígena no planalto, possibilitando entre outros, a produção e o transporte de excedentes agrícolas, cujo processo articulava a região da chamada Serra Acima a outras partes da colônia e ainda o circuito mercantil do Atlântico meridional.

Todo esse processo marcou profundamente a paisagem. No Paraná, a notícia da descoberta de ouro em rios do planalto provocou o surgimento do Arraial Grande, um pequeno povoado situado junto ao Rio do Arraial, sendo este o primeiro povoado português no atual município de São José dos Pinhais. O crescimento do Arraial Grande aconteceu de forma rápida e desordenada, pois nele os portugueses pretendiam permanecer somente enquanto houvesse ouro para explorar (MARTINS, 1995). A área do atual município de Morretes, situado no flanco oriental da Serra do Mar, por sua vez, teve uma ocupação similar ao vizinho planaltino, apresentando

⁶ É provável que essa estimativa subestime o contingente populacional indígena existente à época.

grande crescimento comercial nas últimas décadas do século XVIII, tornando-se ponto de referência obrigatória aos viajantes de serra acima e rio abaixo (MARTINS, *op cit*).

As formas como se deram esses deslocamentos tem profundo impacto sobre a paisagem e podem ser resumidos sucessivamente da seguinte forma (informação verbal)⁷: (1) trilhas indígenas (como ramais do caminho do Peabiru); (2) caminhos de mulas (relacionados a ciclos econômicos como o da erva-mate); (3) uso de carroças (já sob influência de imigrantes europeus do final do século XIX, como russos e alemães); e (4) veículos motorizados (já no século XX, com destaque para a construção da BR-277, principal eixo de ligação em o litoral e o Primeiro Planalto). Com efeito, ao longo dos últimos cinco séculos, tem-se um processo de substituição de uma natureza pouco modificada, para um ambiente intrinsecamente antropizado, em que os remanescentes da Serra do Mar são protegidos por meio de Unidades de Conservação.

Histórico do Caminho do Arraial

Segundo Habitzreuter (2000), a tentativa de se encontrar com precisão a data e por onde se deram as primeiras tentativas de transpassar a Serra do Mar Paranaense pode ser bastante difícil, uma vez que relatos e crônicas da época apontam para diferentes conclusões. Conforme o autor aponta, existem estimativas de historiadores para o ano de 1531, relacionado a uma expedição saída de Cananéia rumo aos campos de Curitiba e às nascentes do rio Iguaçu, expedição essa em que nenhum dos integrantes teria sobrevivido. Sabia-se, no entanto, que existia uma ligação litorânea entre a região de Santos e Paranaguá.

Soares (2009) também segue na mesma linha, porém aponta que os primeiros aportes à baía de Paranaguá devem ter ocorrido na época das expedições de André Gonçalves e Gonçalo Coelho, que deixaram o rio Tejo, na Península Ibérica, entre 1502 e 1503, no qual 30 anos mais tarde Martins Afonso teria encontrados naufragos em Cananéia que relataram ter chegado à Superagui, utilizando canoas.

Segundo Martins (1995) a primeira notícia de que se tem registro do litoral paranaense é apresentada por Hans Staden, aventureiro alemão que estaria junto a

⁷ Síntese apresentada pelo Prof. Dr. Wolf Dietrich Gustav Johannes Sahr, durante exame de qualificação, em outubro de 2022.

uma tripulação espanhola rumo ao rio do Prata e que, em razão de um temporal, teria sido obrigada a aportar em Superagui, em 1549. Em seu relato, Staden afirma que as ondas quase lhes fizeram naufragar, porém o avistamento da baía de Superagui teria lhes salvado a vida. Ao descerem em terra firme, teriam tido contato em um primeiro momento com nativos e após, com dois portugueses que lhes teriam dito onde estavam, avisando sobre o caminho até Santa Catarina, sobre os nativos ao qual teriam contato, Tupiniquins, os nativos presentes mais ao sul, Carijós, levando à conclusão que a região de Paranaguá já era conhecida pelos colonizadores de São Vicente (MARTINS, 1995).

Na sequência, a Figura 2.10 e a Figura 2.11 mostram como em meados do século XVII, o litoral entre a ilha de Cananea (no atual estado de São Paulo) e o rio São Francisco (no atual estado de Santa Catarina) não somente já eram conhecidos, como também mapeados, sendo possível inclusive verificar a indicação de áreas de mineração. A indicação desses locais, ainda, pode melhor observada por meio da Figura 2.12.

Figura 2.10 Carta que mostra a costa entre o “Rio de S Francisco” e a “Ilha de Cananea”, de João Teyxeyra, elaborada em 1640.



Fonte: Soares (2009).

Figura 2.11 Demonstração do Pernagva e Cananeia, elaborado por João Teixeira Albernás, em 1666.



Fonte: Soares (2009).

Conforme apresentado por Moreira (1975), a entrada nos rios da região se deu a partir de exploradores vindos de Santos no século XVI. Citando Antônio Vieira dos Santos, tesoureiro e cronista do século XIX,

[...] a ambição de fortuna era o principal motivo da vinda para a baía de Paranaguá, onde diziam haver imensas minas de ouro; de grande quantidade de mineradores aventureiros que desordenadamente se embrenhavam pelo sertão, acompanhando de preferência, os rios. (MOREIRA, 1975, p. 363)

Com o acesso, os ocupantes do litoral paulista desceram para a região do atual litoral paranaense, no qual passaram a aprisionar indígenas da região. A iniciativa pela captura dos indígenas foi do Capitão-mor Jerônimo Leitão, que determinou guerra juntos aos carijós e tupinaés, partindo de Santos em 1585 rumo ao litoral paranaense (MOREIRA, 1975). Nesse contexto, a entrada pelo rio do Pinto se tornou atrativa pelas descobertas de ouro na região.

Conforme Martins (1995), embora a preação de índios Carijós tivesse levando um grande número de moradores de Santos e São Vicente, estes não passaram a

residir no local, muito embora esse movimento tenha certamente favorecido o conhecimento do litoral parnanguara. Ao transitarem pelas terras de Paranaguá, Iguaçú, Cinzas e Paranapanema, descobriram a existência de ouro de aluvião em alguns ribeirões.

Posteriormente, ainda conforme Moreira (1975), outros viajantes instalaram-se na Ilha da Cotinga, em Paranaguá, no qual estabeleceram relações com os carijós. Uma vez estabelecidos, passaram a ocupar as regiões de terra firme, onde descobriram minas de ouro, seja por escavações seja por informação transmitida pelos indígenas.

Essas informações são confirmadas por cartas como a enviada por Eleodoro Ébano Pereira em 12 de junho de 1651 dizendo que estivera na região de Curitiba, registrando amostras de ouro em 1639 ou 1640 (MOREIRA, 1975).

Esse processo resultou na divulgação de minas de ouro em Iguape, Cananéia, nos sertões do Ribeira e do Assungui (considerando o sertão de Furnas e os campos de Curitiba), cujas principais áreas de entrada eram o vale do Ribeira do Iguape e Assungui, bem como suas nascentes, e no rio Cubatão, nominado hoje de rio Nhundiaquara, com onze minas foram catalogadas em 1653 (MARTINS, 1995).

Nesse contexto é que as primeiras entradas objetivavam a captura dos indígenas e, após, a mineração propriamente dita das margens do rio do *Pinto*, do *Guarúmbi* e do *Cubatão*, rios estes indicados por Santos (2017 [1851], p. 43) como dos primeiros a serem explorados⁸. Em relação ao contexto mais específico desta pesquisa, conforme Picanço (2012), na Planta da Baía de Paranaguá desenhada pelo cartógrafo Pedro de Souza Pereira, em 1653, é apresentada a entrada no rio do Pinto, bem como a indicação de várias minas (Figura 2.12).

Segundo relato de Santos (1850), a picada do Arraial seria muito antiga, não se sabendo ao certo quando foi aberta, porém teria sido resultado das entradas dos primeiros mineradores que adentraram a serra pelos cursos de água e suas imediações, por volta de 1640.

⁸ De forma mais ampla, Antônio Vieira dos Santos (2017 [1851]) cita os seguintes rios com “ouro de faisqueiras” onde ocorriam minas no litoral: Rios Marumbi, do Pinto do Cubatão, no pau vermelho, no Pantanal as do Penajôia, Carêica, Limoeiro, as do Rio do Pinto do Ribeirão do Cangu e Uváporundúba...” (p. 44)

Em seu relato, o historiador também apresenta uma estimativa anterior de quando aquele caminho passou a ser usado no qual

Comprova-se as antiguidades dos piques que os primeiros colonos fizeram na abertura dessas Estradas, serem em muitos anos anteriores aos da fundação da Vila de Curitiba, que foi em 1654, ponto este por onde se deve medir o longo espaço de tempo de 60 a 70 anos, por onde foi o pique feito na Estrada de São José dos Pinhais, foi aberto em o ano de 1586 até 1590; dando o espaço de 8 a 12 anos depois da era de 1578, em que corria a fama, segundo as histórias, de se trabalhar muito em Paranaguá em minerações de ouro. (2017 [1851], p. 45)

Moreira (1975) também destaca que a trilha pode ter origem em um antigo caminho indígena, cujo acesso pode ter sido descoberto por exploradores ao se depararem com caminhos pelos quais os nativos utilizavam para a coleta do pinhão e as atividades no litoral.

Porém, é certo que a abertura desta via compõe parte importante do projeto colonialista de ocupação do território, aspecto este também descrito por Santos (2017 [1851]):

Não satisfeita sua avidez ambicionaria aquém das Serras forão penetrando o ingresso de suas mattas ao rumo de Sul na direção que hoje hé de Estrada do Arraial, investigando os morros da Serra velha o das Cruzes do Ribeirão dos Padre: do Palmital, e Santa Anna, e finalmente descobrirão outras grandes minas no lugar do Arraial de S. Jozé dos Pinhais, a primeira que estes Colonos puderão descobrir para o transito da comunicação geral dos Povos da marinha com as çentraes.” (SANTOS, 2017 [1851], p.44)

Dessa forma, tem-se que o primeiro uso conhecido do Caminho do Arraial servia para os exploradores e colonos que adentravam à região em busca de ouro, instalando-se ao longo de seu trajeto e, posteriormente, estabelecendo a ponte para o reconhecimento e exploração das “centraes”. O início teria sido na foz do Rio do Pinto, onde canoieiros utilizavam para embarque e desembarque, então conhecido sob diversos topônimos, Porto do Arraial, Porto de Curitiba, Porto do Padre Veiga (relativo ao terreno localizado no entorno, de propriedade do Padre João da Veiga Coutinho, vigário de Paranaguá). Ao redor do Porto do Padre Veiga

(...) teve início uma pequena povoação com uma porção de casas de madeira, acobertadas de palha, umas servindo de armazém e depósito dos gêneros que vinham da serra acima e serem embarcados a Paranaguá, bem como dos que se enviavam para cima, havendo ali até armazéns com molhados e vendas. Esta pequena povoação teria hoje grande aumento se não fosse abandonado

aquele porto, sendo transferido ao lugar de Morretes, onde ressurgiu repentinamente em breves anos, entre os de 1769 a 1777 outra povoação e decaindo, aquela primeira murchou definhando de uma maneira que no ano de 1780 já ali nada mais existia (...). (MOREIRA, 1975, p. 368)

Em 1721, Raphael Pires Pardini, conhecido como Ouvidor Pardini, determinou uma área de trezentas braças em quadra para a instalação em caráter urbano do Porto do Padre Veiga, efetivado somente doze anos depois, em 1733, juntamente com a construção do Caminho do Arraial (MOREIRA, 1975).

Considerando a passagem pela serra, o término do trecho seria no atual município de São José dos Pinhais, no qual ao final da serra estaria a localidade de Arraial (que posteriormente recebeu a denominação de Grande) (MOREIRA, 1975). Administrativamente, o caminho era dividido em dois trechos, sendo o primeiro desde a foz do rio do Pinto até o cume da serra, no Arraial Grande, sob responsabilidade da Câmara de Paranaguá, e o segundo, desde o Arraial Grande até a Freguesia de São José dos Pinhais, sob jurisdição da Câmara de Curitiba.

Já no século XVIII o caminho passa a ter importância comercial, ao ligar a então crescente São José dos Pinhais a Paranaguá, passando por minas reconhecidas. Conforme José Paulo Fagnani (2006), embora a mineração estivesse diminuindo, a localização do caminho e a continuidade da extração garantiram o crescimento do Arraial Grande. O autor aponta que pelo caminho passavam “toda a produção da região ao sul do Rio Iguaçu até os campos da Lapa” (FAGNANI, 2006, p. 82).

Em relação ao antigo Arraial Grande, sua localização original não é conhecida, mas segundo Moreira (1975), possivelmente depois do ano de 1640 os mineradores chegaram às nascentes do rio do Pinto, agrupando-se nas proximidades de um riacho confluyente da baía de Guaratuba, posteriormente conhecido como rio do Arraial, mais tarde chamado de Grande. Segundo Martins (1995), as minas desse local formaram um dos núcleos de origem do povoamento efetivo de Curitiba. A exploração contínua das lavras dessa região acabou por volta de 1754, cujos registros posteriores vão desaparecendo e o Arraial Grande deixa de ter a importância de outrora, restando apenas “pequenas lojas de secos e molhados, a fim de atenderem os viajantes que do planalto se encaminhavam para o litoral” (MOREIRA, 1975, p. 371), ponto este que no fim do século XIX e meados do século XX passou a ser conhecido como Pilão de Pedra.

Sobre o Pilão de Pedra, tem-se duas informações contrastantes quanto a seu estado. A primeira é apresentada por Moreira (1975), segundo o qual teria se informado diretamente com um dos responsáveis pelo traçado e construção da autoestrada Curitiba-Paranaguá (atual BR-277), dr. Lysimaco Franco Ferreira da Costa, que teria montado escritório no local e teria relatado a Júlio Estrela Moreira que esse nome se devia a uma rocha com superfície cavada em forma de pilão, rocha essa que teria sido destruída por pessoas que estariam procurando ouro supostamente escondido pelos padres jesuítas⁹, quando foram banidos de Portugal e do Brasil.

A segunda refere-se a visita de reconhecimento em que conversamos com um caseiro de uma propriedade localizada no alto da serra, próximo ao cruzamento do oleoduto com a BR-277. Nesse local (Capítulo 4), o caseiro nos relatou que o Pilão de Pedra seria uma rocha localizada no mesmo terreno de sua casa, e que ela teria esse nome por igualmente ter um formato de pilão (circular, com uma base mais estreita e um topo mais largo), e o local teria sido usado para a passagem de tropeiros, levando mercadores de litoral para o planalto.

Voltando aos registros históricos, com o decorrer do tempo, tem-se muitas reclamações quanto as condições do caminho, no qual foram empenhados muitos esforços para sua manutenção. Como exemplo, cita-se o mês de janeiro de 1746, no qual após vistoria no Caminho do Arraial, o almotacé capitão Gonçalo Soares Paes verificou que alguns trechos do caminho não tinham sido corrigidos, conforme ordenados aos proprietários que dele tinham testada. Assim que os oficiais da Câmara de Paranaguá tomaram conhecimento,

(...) noticiaram os interessados para que se refizessem seus quartéis em oito dias, sob pena de condenação. Os que não estavam prontos eram os de João Simões e o de Manoel Rodrigues que começavam da paragem chamada “Anhaia”. (MOREIRA, 1975, p. 376)

Destaca-se que o conserto da estrada caberia à Câmara de Curitiba entre os campos de São José dos Pinhais até o início da serra, no Arraial Grande, enquanto que desde até o final estaria sob responsabilidade da vila de Paranaguá.

Ainda no século XVIII, o caminho do Arraial foi utilizado para transporte de Pinheiros do planalto para a região do litoral. Conforme Moreira (1975), tendo o Vice-

⁹ Conforme pode ser observado na Figura 2.9 (PARELLADA, 2021), não existiram missões jesuíticas na porção leste do território paranaense.

Rei, Conde de Bobadela, sabido sobre a possibilidade de uso das madeiras dos pinheirais, buscou aproveitar o material para mastreação de embarcações. Essas madeiras teriam sido transportadas pelo caminho até algum porto, como o Porto do Padre Veiga ou de Barreiros, e de lá sendo enviadas por flutuação para o litoral.

Nesse contexto, o transporte que Pinheiros ocupou o tempo de moradores que se afastaram do trabalho na lavoura, muito embora, conforme informações da Câmara de Curitiba ao Governo, os moradores gastavam mais tempo na conservação do caminho do que no transporte da madeira. Nesse período do século XVIII, o caminho e o porto chegaram a ser conhecidos como Caminho dos Paus e Porto dos Paus (MOREIRA, 1975).

Sob ordem do Vice-Rei do Rio de Janeiro, Conde de Bobadela, o caminho foi consertado para o transporte da madeira entre 1765 e 1767, no entanto, após esse período foi novamente abandonado, inclusive preterido pela estrada do Itupava. Em 1783, foi determinado o conserto do caminho, desde o Curralinho até o povoado do Arraial e, em 4 de maio de 1823 foi apontado que todo o gado passasse pelo Caminho do Arraial, evitando danos no Caminho do Itupava, devendo ser pago duzentos réis por cabeça, na Freguesia de São José (MOREIRA, 1975).

Em 1829 com a abertura de um ramal que ligava o Anhaia (localidade presente no caminho) a Paranaguá, o caminho voltou a ter importância. Esse ramal, conhecido como Caminho do Gado, fez com que se evitasse Morretes como ponto de passagem das tropas e da erva-mate advinda da Lapa e dos Campos Gerais, evitando-se o pagamento da taxa estipulada (MOREIRA, 1975). Com isso, ainda conforme Moreira (1975), em 1833 a Caixa de Contribuição da estrada, o que hoje entendemos como pedágio, foi mudada para uma barreira em outro local no mesmo caminho, visando que se evitasse com que os boiadeiros deixassem de pagar o que lhes era solicitado.

Outro aspecto importante do caminho no contexto da economia paranaense é que em seu trajeto haviam locais para beneficiamento de erva mate (treze no total). Essas fábricas foram estabelecidas na região entre 1830 e 1850, no qual quase toda a erva mate era beneficiada no litoral, sendo algumas movidas a água e outras por animais (MOREIRA, 1975). Conforme será mostrado adiante, existem vestígios de uma dessas fábricas em porção alta da Serra do Mar, atualmente bastante recoberta pela vegetação (item 4.1).

Embora já nesse contexto o caminho estivesse em abandono, por ele o transporte era feito algumas vezes por carros (carroças), embora na grande maioria

das vezes fosse realizado por meio de tropas de mulas, no qual muitas vezes os boiadeiros se negassem a realizar o pagamento em função das más condições de conservação. Em 1840, nomeado Superintendente das Estradas, cuja responsabilidade envolvia os caminhos do Arraial e do Itupava, sendo responsável pelo círculo viário entre o Planalto de Curitiba e o Litoral, o Dr. José Matias Ferreira de Abreu escreveu relatório direcionado ao Presidente da Província. Deste, Moreira (1975) destaca o seguinte:

A Estrada do Arraial se acha sem benefício algum, tendo por isso bastante pântano, mas sua localização é excelente e se se procurasse com cuidado e afincos seu conserto, tornar-se-ia muito boa. O terreno é naturalmente seco, bastando qualquer pequeno calor para que desapareçam as umidades que, por ventura, tenham. (p. 401)

A fala do Superintendente também dá a entender que o caminho apresenta suavidade na maior parte de seu trajeto, quando comparado com a Estrada Grande (Itupava), não havendo riscos relacionados a pessoas e animais. Também registra que seria menor do que o do Itupava, e que seria útil sua manutenção. Além dessa fala, também é relevante destacar sua importância para os moradores da Lapa (então Vila Nova do Príncipe), pois teria uma ramificação para essa região, após São José dos Pinhais, cujo uso residia na exportação de erva-mate de lá para Morretes.

Embora em 1825 tenha-se iniciado um calçamento com pedras irregulares, o caminho cai em desuso e o Arraial Grande deixa de existir, restando no local o denominado “Pilão de Pedra”, onde existia uma rocha escavada em forma de gamela (MOREIRA, 1975).

Até o século XIX, o Caminho do Arraial era o preferido pelos moradores da região de São José dos Pinhais e da Lapa para descidas ao litoral paranaense, porém era transitável somente com tempo bom, pois possuía trechos alagadiços em meio a pequenos rios, no planalto, e a sua descida na região do Cabrestante tornava-se de alto risco em função da declividade acentuada. Como alternativa, os moradores da região utilizavam o Caminho do Itupava, surgido no mesmo período (HABITZREUTER, 2000).

No entanto, em que pese memorandos escritos tanto pelos responsáveis diretos por sua manutenção, como usuários de outras localidades, o conserto exigia grande esforço por parte das autoridades e moradores para sua utilização.

Já no século XX, conforme Habitzreuter (2000), parte do calçamento foi destruído durante a construção do Oleoduto Araucária-Paranaguá, cujo traçado confunde-se com o Caminho, em alguns trechos. Segundo Coelho (2009), a finalização da obra do oleoduto, conhecido como OLAPA, se deu no ano de 1976. Não há registros de estudos da época que considerem a existência do caminho durante a avaliação e execução da obra.

2.3 Pesquisas arqueológicas na região

A contextualização arqueológica apresentada refere-se aos elementos levantados e/ou estudados em diversas ocasiões por pesquisadores, e serve para mostrar o que já foi encontrado na região da área de estudo e em seu entorno, possibilitando realizar inferências sobre o contexto em que o Caminho do Arraial se encontra, e que, direta ou indiretamente, podem apresentar relações com o objeto em análise. Cabe citar, entretanto, que os registros encontrados compõem possivelmente, uma parcela muito pequena daqueles sítios e áreas de ocorrência arqueológica que devem existir, já que ainda não há estudos de maior detalhe envolvendo grandes áreas geográficas ou ainda abordagens de arqueologia histórica que possibilitem uma visão de conjunto e de problemáticas acadêmicas que atendam ao tema específico dos caminhos históricos no Paraná.

Dessa forma, em um primeiro, tem-se a apresentação dos sítios cadastrados no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para o qual foram consultados os elementos verificados nos municípios de Morretes e São José dos Pinhais. Uma vez selecionados os sítios arqueológicos no SICG, em ambiente SIG foram selecionados aqueles a uma distância (*buffer*) de aproximadamente 20 km da área de estudo, mostrados na Figura 2.13 e no Quadro 1, o qual pode-se observar três sítios em Morretes e 14 em São José dos Pinhais.

No Quadro 1, mostrado na sequência, são colocadas as descrições conforme presentes no SICG e, na sequência, estão apresentadas breves caracterizações dos vestígios mapeados.

Dentre os sítios arqueológicos mais próximos da área de estudo, constata-se dois na área urbana de Morretes, *Igreja São Benedito* e *Casa Rocha Pombo*, bem como outros dois, em São José dos Pinhais, com potencial de apresentar relação

direta com o objeto do presente trabalho, registrados como *Estrada de Pedra e Estrutura escavada Pinheiro seco*.

Segundo Mendes *et al.* (1993), a Igreja de São Benedito apresenta algumas contradições quanto a sua construção, no qual em uma das hipóteses, teria sido construída por escravizados em 1765; em outra, no ano de 1863 (nesse caso com sua torre erguida em 1916); ou ainda teria sido inaugurada em 1884. Os autores relatam que seu estilo é do tipo colonial e fora tombada pelo Patrimônio Histórico de Artístico do Paraná.

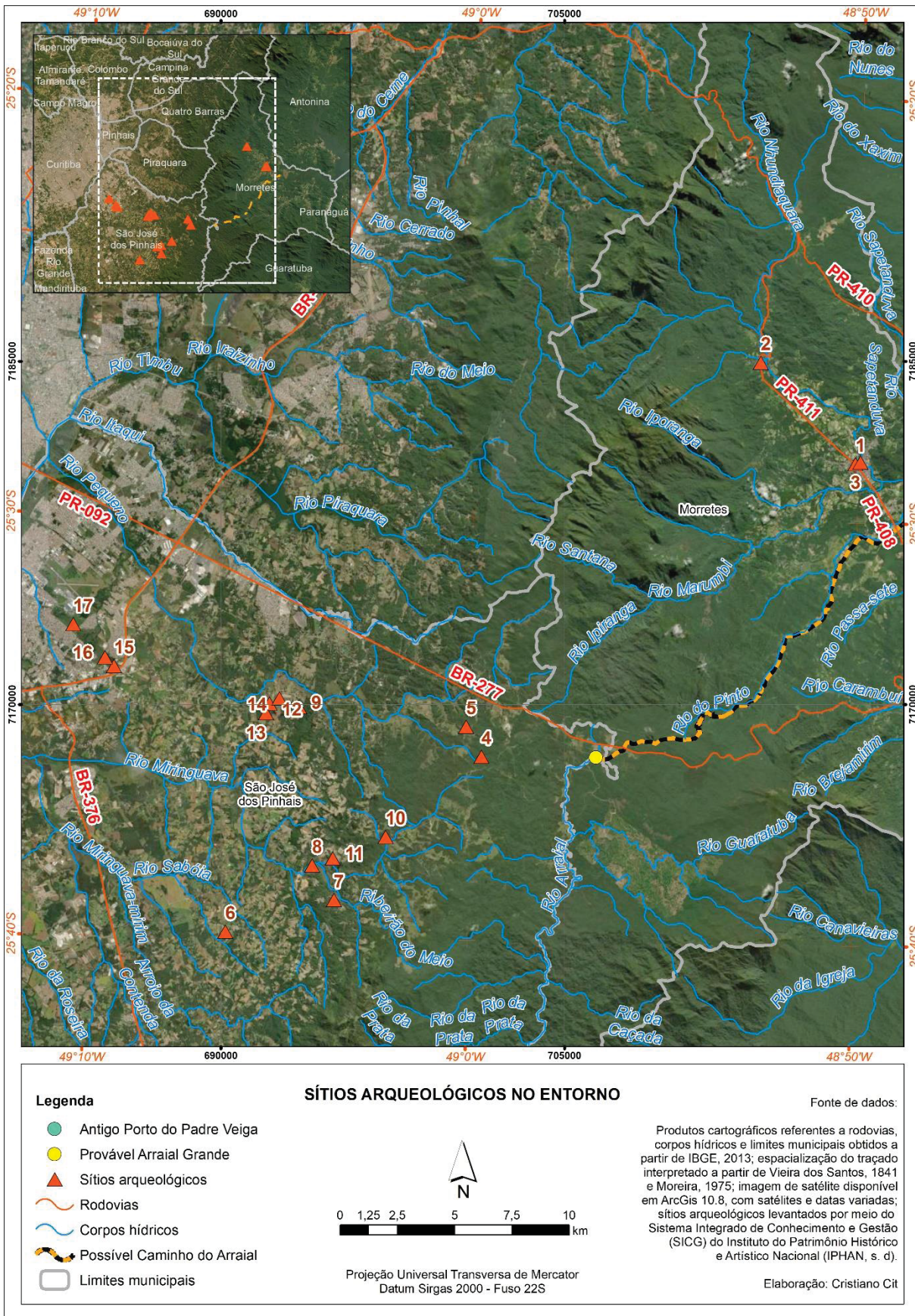
Ainda seguindo Mendes *et al.* (1993), a Casa Rocha Pombo foi tombada em homenagem ao historiador, poeta, escritor, professor e político Rocha Pombo, nascido em Morretes. As características são em estilo colonial e fora construída em dois lados, um de frente para a cidade e outro em frente ao rio Nhundiaquara, no qual atualmente funciona as Secretarias de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e Lazer (MENDES *et al.*, 1993).

Em relação aos sítios como *Estrada de Pedra e Estrutura escavada Pinheiro seco*, ao consultar o tanto o SICG quanto o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), do IPHAN, foi possível observar que ambos não apresentam descrições detalhadas de suas características, no qual apenas para o primeiro consta um complemento denominando também de Estrada dos Jesuítas.

Em relação aos demais sítios, são apresentadas na sequência algumas informações complementares às descrições do Quadro 1.

Conforme Mendes *et al.* (1993), a *Igreja de São Sebastião do Porto de Cima* foi construída na primeira metade do século XIX e inaugurada em 1850, apresenta arquitetura colonial de origem portuguesa, tombada e restaurada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, em 1963.

Figura 2.13 Sítios arqueológicos cadastrados no entorno da área de estudo.



Fonte: Autor (2022).

Quadro 1 Sítios arqueológicos cadastrados no SICG do IPHAN e localizados a até aproximadamente 20 km da área de estudo.

CÓDIGO	SÍTIO	DESCRIÇÃO PRESENTE NO SICG	MUNICÍPIO	COORD. UTM FUSO 22S (SIRGAS 2000)
1	Igreja São Benedito	Trata-se de um bem tombado pela Secretaria do Estado do Paraná. Construída no final do século XIX pela Irmandade de São Benedito, possui diversas estruturas e sepultamentos. Portaria Iphan N° 21/2011	Morretes	717.690 7.180.510
2	Igreja de São Sebastião do Porto de Cima	Trata-se de bem tombado pela Secretaria do Estado do Paraná. A Edificação possui dois momentos de construção, a primeira no século XVIII e outra no final do século XIX. Possui potencial de subsolo. Portaria Iphan N° 21/2011	Morretes	713.558 7.184.940
3	Casa Rocha Pombo	A casa é um bem tombado pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, desde 19 de julho de 1973.	Morretes	717.913 7.180.580
4	Estrada de Pedra	Estrada dos Jesuítas	São José dos Pinhais	701.371 7.167.730
5	Estrutura escavada Pinheiro seco	Não Informado	São José dos Pinhais	700.701 7.169.040
6	Colônia Malhada 1	Sítio cerâmico pré-colonial com fragmentos de cerâmica e pouco material lítico disperso sobre uma área de 1.186 m ² , implantado em topo de suave ondulação.	São José dos Pinhais	690.199 7.160.090
7	Miringuava	O sítio arqueológico Miringuava é um sítio histórico a céu aberto e segundo relatos de um morador local, a habitação que estava no local é da década de 1930.	São José dos Pinhais	694.941 7.161.470
8	Barro Preto	O sítio arqueológico Barro Preto, é um sítio pré-histórico, lítico, a céu aberto.	São José dos Pinhais	693.981 7.162.980
9	Gamelas 1	Sítio cerâmico pré-colonial com fragmentos de cerâmica e pouco material lítico disperso sobre uma área de 900 m ² , implantado em topo de suave ondulação.	São José dos Pinhais	693.419 7.169.900
10	Papanduva	O sítio arqueológico Papanduva é um sítio histórico, estando em uma média vertente, de inclinação moderada a levemente ondulada, com altitudes entre 890 e 940 metros, apresentando uma grande quantidade de várzeas em meio a áreas elevadas.	São José dos Pinhais	697.191 7.164.230

Continua

CÓDIGO	SÍTIO	DESCRIÇÃO PRESENTE NO SICG	MUNICÍPIO	COORD. UTM FUSO 22S (SIRGAS 2000)	
11	Murici	O sítio arqueológico Murici é um sítio multicomponencial, está localizado em uma média vertente, próximo a uma área de alagamento.	São José dos Pinhais	694.881	7.163.290
12	Capão Grosso-1	Sítio cerâmico Neobrasileiro localizado a 350 metros da margem esquerda do rio Pequeno e cerca de 20 metros da margem esquerda de um córrego afluente daquele. Evidências arqueológicas ocorriam na superfície do terreno e não eram muito numerosas.	São José dos Pinhais	692.123	7.170.060
13	Capão Grosso-2	Sítio arqueológico vinculado à Tradição Itararé localizado a 850 metros da margem esquerda do rio Pequeno e cerca de 25 metros da margem esquerda de um córrego afluente daquele. Distava 15 metros a sudoeste do PR CT 97.	São José dos Pinhais	691.975	7.169.630
14	Capão Grosso-3	Sítio histórico a céu aberto com fragmentos de telhas (francesas e goiva), de louças, de vidros e de utensílios cerâmicos.	São José dos Pinhais	692.556	7.170.280
15	Sítio Arqueológico Histórico Afonso Pena I	Cultura material encontrada apresenta evidências de ocupação do período histórico, sendo fragmentos de cerâmica, louça, material construtivo. Este local foi considerado por Chmyz et. al. (1999) como indício de tradição Neobrasileira. Portaria Iphan N° 08/2011	São José dos Pinhais	685.341	7.171.700
16	Sítio Arqueológico Histórico Afonso Pena II	Localizado por Chmyz et al. (1999), trata-se de um sítio arqueológico correspondente a ocupação histórica do Período Colonial. Foram identificados e coletados 122 fragmentos entre cerâmicos, louças, vidros e rochas, misturados a material recente. Portaria Iphan N° 08/2011	São José dos Pinhais	684.952	7.172.080
17	Sítio Arqueológico Histórico Afonso Pena III	Localizado por Chmyz et al. (1999), apresenta evidências de um sítio de atividade específica de lascamento. Foram coletadas 21 peças entre artefatos líticos, lascas e microlascas, indicando um sítio de grupos caçadores coletores da tradição Umbu. Portaria Iphan N° 08/2011	São José dos Pinhais	683.565	7.173.530

Nota: o código apresentado na primeira coluna do quadro refere-se a uma numeração sequencial relativa à figura de espacialização dos sítios arqueológicos (Figura 2.13). Fonte: IPHAN (s.d).

Sobre a *Colônia Malhada 1*, não foram encontradas informações adicionais às aquelas apresentadas no SICG, para o qual é mencionado tratar-se de um sítio cerâmico pré-colonial, com fragmentos cerâmicos e líticos. Localiza-se a aproximadamente 4,6km a leste da BR-376 e a 18km do local indicado como sendo possivelmente o Arraial Grande, a WSW deste. Igualmente quanto ao sítio denominado *Miringuava*, não foram encontradas informações adicionais à aquelas presentes no SICG, para o qual é mencionado ser um sítio histórico a céu aberto. Conforme coordenadas apresentadas no SICG, estaria disposto a cerca de 80 metros a oeste da Estrada do Roco, e a 13 km do Arraial Grande, a WSW deste.

Em relação ao sítio *Barro Preto*, além das informações apresentadas no SICG, informando tratar-se de um sítio pré-histórico, lítico e a céu aberto, Duarte (2017) apresenta alguns registros dos vestígios encontrados no local, ao qual tem-se os artefatos líticos apresentados na Figura 2.14. O sítio *Barro Preto* está a uma distância de aproximadamente 14 km do local onde seria o Arraial Grande, também a WSW como os anteriores.

Figura 2.14 Conjunto de artefatos encontrados no sítio Barro Preto.



Fonte: Duarte (2017).

Em relação ao sítio *Gamelas 1*, também não foram encontradas informações adicionais às presentes no SICG, para o qual é informado tratar-se de um sítio cerâmico pré-colonial com fragmentos de cerâmica e algum material lítico. Está localizado a aproximadamente 13km do Arraial Grande, a WNW deste, possivelmente no trajeto que ligava o Caminho do Arraial a atual porção urbana de São José dos Pinhais.

Quanto ao sítio *Papanduva*, sua localização dista cerca de 10km do Arraial Grande, estando a WSW deste, caracterizado por um sítio histórico, para o qual

Duarte (2017) encontrou diversos fragmentos cerâmicos e de metal, conforme apresentados na Figura 2.15.

Figura 2.15 Fragmentos cerâmicos e de metal encontrados no sítio Papanduva.



Fonte: Duarte (2017).

Em que pese a falta de informações disponíveis sobre o sítio arqueológico *Murici*, para o qual no SICG consta ser um sítio multicomponencial, sua localização dista aproximadamente 12km do Arraial Grande, a WSW deste. Quanto aos sítios *Capão Grosso*, não foram encontradas informações sobre os denominados *Capão Grosso 1* e *2*, cujas informações que se pode apresentar para este trabalho são as presentes no SICG, para o qual o primeiro seria um sítio cerâmico Neobrasileiro (termo que vem caindo em desuso) e o segundo vinculado à Tradição Itararé. Em relação as suas localizações para com o objeto em estudo, ambos estão a cerca de 15km, a WNW do Arraial Grande.

Quanto ao *Capão Grosso 3*, este foi objeto de estudo de Myashita (2016) (Figura 2.16), ao qual cita que em resgate arqueológico foi gerado uma coleção de 13.995 peças, sendo que destes, 10.880 foram fragmentos de materiais cerâmicos (2.884 peças), vidros (227 peças) e louças (1.124 peças) e 3.115 fragmentos de telhas francesas e de tijolos extrusados. Está a cerca de 14km a WNW do Arraial Grande.

Por fim, os sítios arqueológicos *Afonso Pena I, II e III*, foram objeto de estudo de Igor Chmyz ao qual os resultados do trabalho fizeram parte do “Relatório Técnico dos trabalhos realizados para a constatação de Patrimônio Arqueológico na área de ampliação do Aeroporto Internacional Afonso Pena”, no ano de 1999. Os três sítios estão a pouco mais de 20 km do objeto de estudo, a oeste do Arraial Grande. Conforme descrição presente no SICG, o primeiro apresentava evidências de

ocupação do período histórico, com fragmentos de cerâmica, louça, material construtivo, ao qual foi considerado como indício de tradição Neobrasileira.

Figura 2.16 Visualização geral dos fragmentos diagnósticos analisados - sítio Capão Grosso III



Fonte: Myashita (2016).

Quanto a sítio Afonso Pena II, também foi identificado por Chmyz como correspondente a ocupação histórica do Período Colonial, ao qual foram identificados e coletados 122 fragmentos entre cerâmicos, louças, vidros e rochas, misturados a material recente, conforme ficha do SICG. Sobre o sítio Afonso Pena III, é descrito que detém evidências de um sítio de atividade específica de lascamento, ao qual foram coletadas 21 peças entre artefatos líticos, lascas e microlascas, indicando um sítio de grupos caçadores coletores da tradição Umbu, conforme descrição presente no SICG (IPHAN, s.d.).

Considerando o exposto, a existência de sítios arqueológicos mapeados no entorno do Caminho do Arraial permite inferir a existência de outros, sejam eles históricos e coloniais (e também pré-coloniais), que denotam os processos de ocupação e os processos econômicos e sociais atrelados a fundação das vilas e

idades no leste paranaense. No entanto, deve-se destacar que são poucos os estudos arqueológicos realizados até o momento capazes de ressaltar os aspectos da vida social, cultural, econômica e políticas dos diferentes grupos nos variados períodos e ciclos históricos, a exceção do estudo de Myashita (2016) e, principalmente, Myashita (2013) que procura através da arqueologia histórica, desenvolver uma análise comparativa da cultura material abordando entre outros, a origem sociocultural dos ocupantes, as relações econômicas e de poder envolvidas com a tralha doméstica e com a configuração dos espaços privados em sítios históricos da na região de Curitiba.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi realizada por meio da análise e interpretação do arcabouço documental e da observação não interventiva de vestígios materiais em campo. Constou da pesquisa em documentos (textos, elementos cartográficos e iconografia), registro de contextos e evidências históricas e arqueológicas do Caminho do Arraial, fotointerpretação de imagens de satélite, e conversas com os moradores da região. O trabalho ainda buscou o desenvolvimento de uma base de dados cartográficos e estruturação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

A verificação material seu deu considerando as informações de localização do caminho e principais acessos, tendo em vista ainda a possibilidade de observações e registros nas circunvizinhanças da via histórica. No traçado do caminho e no entorno também se buscou registrar eventuais objetos, estruturas ou feições dispostas nas superfícies do terreno, barrancos, áreas aradas, calhas erosivas, depósitos de dragas, etc. A abordagem focalizou especialmente as evidências físicas do caminho (cortes, calçamentos, obras de arte, estruturas laterais, etc.), mas também quaisquer vestígios de processos anteriores e posteriores ao uso histórico do caminho, testemunhos de outras temporalidades, processos e sociabilidades. Cabe citar que o estudo esteve atendo as condições de visibilidade, acessibilidade e conservação, considerando o conhecimento prévio de que parte estaria parcialmente exposto e com calçamento, e parte coberto pela vegetação, além do trecho possivelmente destruído pela construção de oleoduto na Serra do Mar.

Dessa forma, pode-se sistematizar o andamento do trabalho em cinco etapas, ora sucessivas, ora simultâneas, sendo elas: (1) pesquisa de dados secundários; (2) sistematização de dados espaciais e preparo do trabalho de campo; (3) trabalho de campo; (4) criação de um banco de dados; e (5) síntese analítica e escrita do relatório.

3.1 Pesquisa de dados secundários

A pesquisa de dados secundários foi concentrada nos três aspectos fundamentais do trabalho: estudos relacionados a patrimônio e/ou aspectos arqueológicos; estudos sobre caminhos históricos ou do ser humano enquanto ente transformador ou transformado pelas rotas; e a utilização do patrimônio vinculadas a uso público, tornando-se uma mão dupla para a preservação do caminho histórico,

quanto possibilidade de produzir entendimentos sobre alguns aspectos históricos e culturais a ele relacionados.

Tendo em vista a interdisciplinaridade da pesquisa, com dados oriundos da arqueologia, história, antropologia e geografia, adotou-se um enfoque com base nas problemáticas da arqueologia histórica que envolve o “uso de diferentes fontes de pesquisa, integrando as fontes históricas e arquitetônicas à análise da cultura material” (HERBERTS, 2009, p. 40).

Com efeito, foram trabalhadas informações oriundas de livros, blogs, artigos científicos, artigos de jornais para se conseguir obter o maior número possível de referências relacionadas ao foco da pesquisa, diante do tempo disponível.

Embora infelizmente não existam fontes sincrônicas ao processo inicial de ocupação daquele local (considerando a presença de invasores portugueses e seus descendentes), existem documentos de séculos posteriores que devem balizar a presente pesquisa, a exemplo da obra de Antônio Vieira dos Santos, no século XIX, cujas memórias históricas

[...] a respeito de Morretes e Paranaguá têm sido situadas pelos historiadores como fontes básicas para o conhecimento sobre a vida econômica e política da região litorânea do atual estado do Paraná. (CAVAZZANI & GOMES, p. 15)

Dentre as fontes mais importante para o presente trabalho, é importante citar os livros de Antônio Vieira dos Santos, denominados *Memoria historica chronologica, topografia e decriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Município*, de 1850, e *Memória historica de Morretes*, de 1851; e de Júlio Estrela Moreira, denominado *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá; até a emancipação da Província do Paraná*, de 1975. Estes livros foram fundamentais para a base histórica da pesquisa.

3.2 Sistematização de dados espaciais e preparo do trabalho de campo

A fase de sistematização dos dados espaciais referiu-se à organização do traçado estimado da trilha em aparelho GPS ou em aplicativo de navegação em dispositivo *mobile*, visando a identificação em gabinete de elementos que possam ter maior relevância para o registro. Referiu-se principalmente a elaboração de mapeamento, servindo de guia para a execução dos caminhamentos, com a

cartografia histórica, hidrografia, acessos e a identificação da topografia para análise da ocupação da região. O preparo para o trabalho de campo envolveu a definição dos trechos para os caminhamentos atentando para as informações etnohistóricas, áreas com potencial arqueológico, condições de acesso e visibilidade, proximidade do traçado original do caminho do Arraial, etc. A fase de preparo também serviu para a definição da metodologia de entrevistas ou mesmo conversas informais a serem desenvolvidas com os moradores, gestores públicos e comunidades na área de pesquisa.

Assim, primeiramente por meio da consulta ao mapeamento apresentado por Moreira (1975) (Figura 2.3), assim como as descrições de Santos (1850 e 1851) e de Habitzreuter (2000), foi elaborado um mapa com um traçado estimado do antigo Caminho do Arraial, no qual planejou-se fazer levantamentos desde as partes mais baixas do trajeto, subindo até as porções mais elevadas, inclusive em trechos após a Serra do Mar, já no município de São José dos Pinhais.

A sistematização dos dados espaciais que serviu para a elaboração de um mapeamento prévio, assim como toda as operações de geoprocessamento, foram realizados por meio de software próprio para essa função, no caso o Arc Gis 10.5, da empresa ESRI, utilizado em sua versão para estudante. Esse software permite a criação de camadas de informações cartográficas, como o traçado estimado do caminho, e sua sobreposição com os demais elementos da paisagem (relevo, hidrografia, estradas, etc.).

Dessa forma, o traçado estimado para o caminho foi realizado considerando a descrição de que seu início seria no antigo Porto do Padre Veiga, sendo este localizado na confluência entre os rios do Pinto e Nhundiaquara (antigo rio Cubatão), e seu término após a travessia da serra seria na localidade do Arraial Grande¹⁰, identificado pela presença do que fora descrito como Pilão de Pedra, e pela proximidade com a nascente do rio do Arraial (rio este afluente da baía de Guaratuba).

Entre estes pontos inicial e final, a descrição presente tanto em Moreira (1975) quanto em Habitzreuter (2000), bem como publicações de *blogs* da internet de que o caminho teria sido recoberto pela estrada do Anhaia, serviram para identificar essa estrada como parte do antigo caminho, considerando seu trajeto pelas vias do entorno do antigo Porto do Padre Veiga. Outro elemento que serviu para estimar o traçado foi

¹⁰ Na presente pesquisa, buscou-se como foco esse trecho, porém o mesmo ia até a atual área urbana de São José dos Pinhais e, de lá, seguia para a Lapa.

a descrição de Habitzreuter (2000) de que a construção do gasoduto Araucária-Paranaguá teria se dado em parte sobre o caminho, destruindo trecho do calçamento.

3.3 Trabalho de Campo

Uma vez realizada a demarcação e o mapeamento preliminar do caminho, o trabalho de campo objetivou confirmar a localização do traçado e levantar novos dados e informações georreferenciadas para a pesquisa. Dentre as informações coletadas, tem-se o tempo aproximado de trajeto, as condições para a realização do caminhamento (exposição de pedras no percurso, diferença de nível, sinalização), dentre outras. Foram também levantados elementos que refletem direta ou indiretamente os usos pretéritos do caminho, registrados com maiores descrições, quando possível utilizando-se de escalas gráficas para identificação em registro fotográfico. Ao todo, foram quatro deslocamentos, cada qual buscando o explorar algum trecho ou elemento relacionado.

Descrição sucinta das atividades de campo

A primeira visita ocorreu no dia 5 de dezembro de 2020, visando o reconhecimento preliminar das condições de acesso, áreas com potencial prospectivo, bem como a busca por um primeiro diálogo com potenciais informantes a respeito de vestígios do objeto de pesquisa.

Para tanto, às 7h40 saímos do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) em quatro pessoas: eu (Cristiano), Professor Laércio e dois colegas de mestrado, rumo ao município de Morretes. Fizemos o trajeto pela Rodovia BR-277 até a PR-402, no qual seguimos para NW, em sentido à sede de Morretes. Após percorrermos 12,8km, viramos à direita na Estrada do Santa Fé (estrada de terra) rumo a foz do rio do Pinto, em sua confluência com o Nhundiaquara.

A partir desse momento, ainda dentro do carro, passamos a percorrer lentamente a estrada observando nas laterais, locais com potencial para prospecção, no qual quando encontrados (plantações de milho, por exemplo), anotamos em GPS para possível retorno. Na Estrada do Santa Fé, após passarmos por baixo de um trilho de trem, 1km depois viramos à esquerda e seguimos para NNE até a foz do rio do

Pinto, no qual encontramos equipamentos para dragagem e extração de areia, local em que conhecemos o sr. A¹¹, então com 52 anos de idade.

Nesse local, o sr. A nos relatou ser morador há 20 anos, cujo trabalho com a dragagem proporciona a deposição de pilhas de sedimentos e cascalhos no entorno da foz, fazendo com que esporadicamente apareçam peças cerâmicas. Também nos contou haver algumas ruínas em meio a mata, não muito distante de onde estávamos cujo então partimos sob sua orientação para averiguamos. Para tanto, voltamos à PR-408 e seguimos por 1,3km até virarmos à direita na rua Jorge Matheus de Almeida, no qual por mais 340 metros chegamos à entrada da mata. Nesse local encontramos pedras lavradas, muretas e algumas colunas, potencialmente coloniais, escondidas pela vegetação, no qual especulamos ser uma estrutura destinada a atividades comerciais.

Após deixamos o sr. A em sua casa, voltamos nosso trajeto para a Estrada do Anhaia (que é um prolongamento da Estrada do Santa Fé), registrando os locais em que pode ser interessante uma posterior averiguação.

No trajeto pela Estrada do Anhaia, ao passarmos por um engenho abandonado, tivemos uma breve conversa com seu proprietário, o sr. V. Após essa conversa, nos direcionamos para a parte alta do caminho, no final da Estrada do Anhaia, no qual no deparamos com o sítio Vanessa, propriedade localizada na divisa com o Parque Estadual do Pau Oco, sendo este nosso último local de visitaçao, no presente dia. No sítio Vanessa, conversamos com o caseiro, sr. Ed, antigo morador da região e profundo conhecer das histórias do local e que serão abordadas mais à frente, quando da apresentação dos resultados.

Na segunda ida de campo, no dia 6 de dezembro de 2020 optamos por realizar o campo de prospecção no município de São José dos Pinhais, no trecho do Caminho do Arraial no alto da Serra. Dessa forma, partimos com esse objetivo logo cedo, desta vez também com a companhia de mais uma colega de mestrado e do professor Laércio.

Partimos com objetivo de verificar a área da faixa de domínio do Oleoduto Araucária-Paranaguá, no km 49 da BR-277, sentido litoral, porém observando propriedades em imagem de satélite, decidimos parar um pouco antes, no km 52, para tentar conversar com algum morador sobre a pesquisa e coletar informações que nos

¹¹ Todos os interlocutores são representados na pesquisa por meio da inicial do primeiro nome, visando a garantia do anonimato.

auxiliassem na busca pelo traçado. Neste local, conhecemos o sr. *F*, também conhecido como Índio, caseiro na propriedade, e que nos deu muitas informações relevantes para a continuidade da pesquisa.

Conforme conversa com o sr. *F*, fomos informados da existência do Pilão de Pedra, referência a antiga localidade do Arraial Grande, bem como do possível local de parada dos tropeiros que transitavam pelo Caminho do Arraial.

Quando nos contou isso, perguntamos se podíamos ver o Pilão de Pedra, sendo nos respondido que sim. O sr. *F* nos levou até o local, que se trata de um afloramento composto por dois matacões graníticos, no qual será melhor abordado capítulo 4. O sr. *F* também nos relatou que nos fundos da propriedade existe um calçamento que era conhecido como estrada dos Jesuítas e que este é um ramal do Caminho do Arraial, ligado a partir da região do viaduto dos Padres. Devido às condições de chuvas e da impossibilidade nos acompanhar naquele momento, apenas foram observadas algumas feições próximas aos matacões e realizados reconhecimentos de acessos nas margens da BR-277.

Meses depois, foram realizados novos deslocamentos ao campo visando complementar lacunas e principalmente conseguir coletar mais informações. Dessa forma, a terceira ida de campo de seu no dia 2 de março de 2022, com foco em realizar caminhamentos na parte alta da Serra do Mar, no final da estrada do Anhaia, após o sítio Vanessa.

O deslocamento até essa propriedade também se deu em função da presença de sr. *Ed*, que se mostrou muito prestativo na primeira visita, e agora esperava-se que este guiasse o pesquisador até os vestígios materiais. Como este não detém telefone celular, fui diretamente ao sítio Vanessa para tentar um diálogo com meu interlocutor. Após uma breve conversa, este me levou até os locais de interesse como uma antiga capelinha, locais com a presença do calçamento¹², e locais com outros vestígios, conforme será apresentado adiante. Nesse dia o foco acabou sendo a parte alta da serra, após o gasoduto Araucária-Paranaguá, nas proximidades da cachoeira Salto da Fortuna.

No deslocamento seguinte, que ocorreu no dia 29 de março de 2022, minha intenção foi dupla: encontrar vestígios do caminho ao longo da estrada do Anhaia, bem como realizar conversas com moradores da estrada e funcionários da Prefeitura

¹² Como o acesso se deu pela entrada do Parque Estadual do Pau Oco, foi solicitada uma autorização ao Instituto Água e Terra (IAT), obtida e mostrada no Anexo A.

de Morretes, para tentar compreender os conhecimentos que os locais detêm do caminho, e suas percepções quanto a importância relativa à preservação e divulgação.

Para essas conversas, é relevante destacar que não se tratou de uma etnografia aos moldes convencionais, como o proposto Malinowski com sua observação participante, no qual Emerson Giumbelli (2002) aponta como “um” dos métodos possíveis (incluindo aqueles em que não há a necessidade de trabalho de campo e que a pesquisa documental pode servir de grande valia), tendo em vista que o direcionamento se deu por meio de uma abordagem específica ao tema em estudo. O objetivo nesse caso era questionar quais conhecimentos as pessoas detinham do caminho, bem como se era importante para essas pessoas de alguma forma.

Esperou-se que alguns dos meus interlocutores pudessem ser descendentes das primeiras levas de migrantes que ocuparam a região, podendo compartilhar memórias relacionadas a “tempos antigos”, talvez com alguma vinculação com a temática de estudo. Meu objetivo não era apresentar ideias pré-concebidas ou com base no que arqueologia define e classifica.

De forma geral, essa temática foi abordada com moradores no entorno do traçado do Caminho do Arraial, tanto em Morretes quanto em São José dos Pinhais, considerando tanto em locais próximos ao final do caminho (sentido litoral), quanto em porções intermediárias, porções altas e após a Serra do Mar. Seguindo Oscar Calavia Sáez (2013), uma vez explicado o tema do trabalho, por meio de entrevistas abertas (em contraposição a métodos estruturados e semiestruturados), busquei deixar o interlocutor falar, relatando o seu conhecimento sobre o objeto de estudo.

No mesmo dia, foram também visitados locais em que o sr. *Ed* havia dito existir outros vestígios, como a presença de uma antiga mina, de nome Pena Jóia, que estaria localizado na estrada do Anhaia, a meia distância entre a sede urbana de Morretes e o final da estrada do Anhaia. Essa busca por vestígios materiais resultou também na visita à Secretaria de Turismo e Cultura de Morretes, no qual buscando encontrar mapeamentos antigos, consegui um importante informante para a pesquisa.

Em todos esses momentos em que foram feitos deslocamentos de campo, foram realizados registros de dados espaciais, no qual durante as primeiras idas, foi utilizado um aparelho GPS (*Global Positioning System*) da marca Garmin, modelo 60csx, em foram registrados as rotas e os pontos de interesse. Nas idas de 2022, os dados espaciais foram registrados por meio de aparelho celular (dispositivo *mobile*),

com software próprio para a tarefa de coleta de pontos e rotas, de nome Avenza, que além de executar as tarefas de forma similar ao GPS, também permite o upload de mapas em formato PDF (*Portable Document Format*), georreferenciados, facilitando a leitura da paisagem, em campo.

3.4 Organização de banco de dados

A criação do banco de dados tratou-se de etapa relacionada a organizar todas as informações verificadas nas etapas anteriores, considerando seus diversos formatos e fontes. Inicialmente levantar e sistematizar dados secundários que pudessem balizar a pesquisa em suas etapas posteriores, nos quais foram consultados livros, artigos acadêmicos, artigos de jornais, páginas de blogs e sites da internet. Além da pesquisa de textos e fontes documentais escritas, foram incorporados dados cartográficos, utilizados para os mapeamentos, estudos e análises. Por sua vez, também foram incorporadas ao banco de dados às informações primárias obtidas em campo, em especial aquelas passíveis de georreferenciamento, incluindo registro de feições, estruturas e objetos, informações orais, área de potencial arqueológico ou para futuros levantamentos prospectivos, entre outros.

3.5 Síntese analítica e escrita do relatório

Por meio da análise, procurou-se evidenciar os aspectos históricos, culturais e arqueológicos do Caminho do Arraial, além da possibilidade de ocorrência de vínculos, conhecimentos, memórias e valores entre moradores do entorno ou de frequentadores.

Nessa etapa foi apresentada efetivamente a situação atual da área de estudo, bem como a localização da trilha histórica e das estruturas/feições associadas. Após finalizadas as análises, a abordagem se direcionou à proposição de instrumentos que possam dar maior visibilidade a esta categoria de patrimônio histórico-cultural, a promoção de uma em prol da valorização e preservação do Caminho do Arraial, mas buscando diálogos e mediações que possibilitem explorar os vários sentidos de patrimônio, identificação e pertencimento junto à comunidade local.

Considerando a temática do presente trabalho, a saber, foi nesse momento que se refletiu sobre as identidades, memórias e relações de pertencimento, bem como se

isso poderia se enquadrar em potencialidades para uso público e consequente valorização cultural.

Sob um ponto de vista antropológico, os estudos de artefatos do passado podem se enquadrar tanto numa reflexão sobre as coisas, entendida como a materialidade relacionada a populações, quanto sobre os documentos, entendidos tanto como registros escritos que relatam acontecimentos, quanto a observância de um determinado objeto relacionado a uma cultura que pode ou não ter continuidade com sociedades do presente.

Nesse sentido, a nomeação de elementos do passado como um dado patrimônio arqueológico, histórico e cultural procurou realizar a leitura desses elementos sob um viés de continuidade e apego com sociedades do presente, cuja determinação pode ser verificada tanto com a pesquisa etnográfica, quanto com a análise de documentos que registrem o caminho percorrido ao longo do tempo, admitindo nesse caso que a “passagem ocidental do tempo nada mais é do que uma forma particular de historicidade”, conforme descrito por Bruno Latour (1993) citado por Andressa Lewandowski (2014, p. 197).

4 ELEMENTOS VERIFICADOS NO CAMPO

Por meio de deslocamentos até a área de estudo e no contato com moradores e/ou gestores municipais, foi possível registrar diversos elementos histórico-arqueológicos tais como construções/estruturas, calçamentos, feições e objetos dispostos ao longo do traçado estimado do Caminho do Arraial e seu entorno. Também foi possível definir algumas áreas para futuros levantamentos que por razões de tempo e estratégia não puderam ser prospectadas. Nos trechos estudados foram realizadas atividades pontuais envolvendo prospecções não interventivas, procedendo-se a observação de materiais e vestígios dispostos nas superfícies ao longo de estradas, barrancos e terrenos expostos/retrabalhados, procedendo-se o georreferenciamento e registro das ocorrências presentes.

Por sua vez, na conversa com moradores e gestores, além dos relatos dos informantes locais sobre a presença de vestígios histórico-arqueológicos, foi possível verificar um conjunto de informações que possibilitaram maior aproximação e diálogo com as comunidades sobre o conhecimento a respeito do caminho e seus significados, sentidos e interesses.

Por fim, tem-se uma análise do contexto paisagístico do Caminho do Arraial, verificando sua inserção a partir de zonas homologas de interação natural e cultural propiciando verificar seus alcances para pensar a noção de patrimônio nesta escala. Neste estudo serão incorporados ainda elementos de análise conservacionista e de potencialidade arqueológica.

4.1 Registros Histórico-Arqueológicos

O levantamento e registro da cultura material ao longo do segmento definido para a pesquisa do caminho do Arraial no Município de Morretes e limite com São José dos Pinhais teve por objetivo verificar a presença de indícios da via histórica e seus elementos construtivos, bem como, verificar o estado atual de conservação e/ou modificações antrópicas e ambientais ocorridas ao longo do trajeto. Também focalizou na possibilidade de detecção de vestígios ou estruturas nas laterais imediatas ou circunvizinhanças ao traçado, de modo a caracterizar um contexto mais amplo de registros históricos e arqueológicos presentes na região, o potencial arqueológico do entorno e verificar suas relações com as comunidades ali presentes. Cabe citar, que

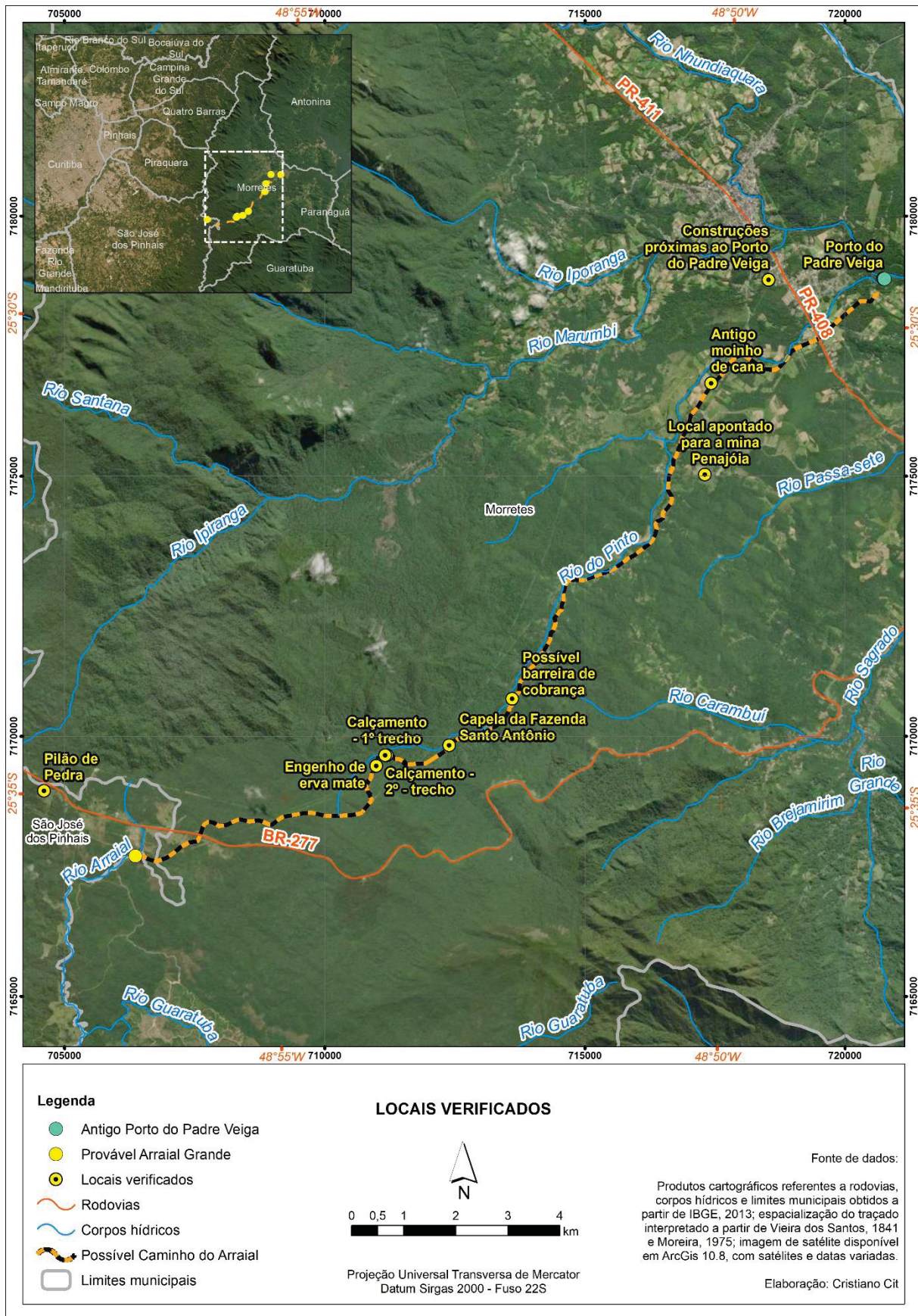
tais levantamentos tiveram um caráter não interventivo e não sistemático, sendo detectados apenas aqueles registros observados na superfície dos terrenos e sob condições de acessibilidade e visibilidade favoráveis. Também esteve fortemente atrelado a informações orais, se caracterizando, portanto, como uma abordagem oportunística (BROCHIER, 2004). Devido a essas condições alguns trechos não foram percorridos ou prospectados, resultando não na ausência de vestígios, mas apenas na ausência de levantamentos.

Dos registros aqui documentados, embora alguns possam se caracterizar futuramente como sítios arqueológicos, não houve condições para tal definição.

Outro aspecto a ser comentado compreende a limitação imposta pelo período da pandemia, que implicou entre outros na redução significativa do contato mais próximo com moradores, comunidades e também gestores municipais. Portanto, os registros aqui descritos visam fornecer elementos empíricos capazes de dialogar com os propósitos da pesquisa, que é compreender em sua essência, as relações entre a cultura material e a imaterial relacionada ao caminho do Arraial enquanto sentido de patrimônio cultural. A especialização dos locais onde foram realizados apontamentos pode ser observada na Figura 4.1, enquanto que as coordenadas de cada um desses locais são apresentadas no Quadro 2.

Na sequência, é apresentada a caracterização de cada um dos elementos verificados.

Figura 4.1 Localização de elementos históricos e arqueológicos verificados.



Fonte: Autor (2022).

Quadro 2 Identificação das coordenadas dos locais verificados.

LOCAL	COORD. UTM FUSO 22S (SIRGAS 2000)	
Foz do Rio do Pinto (indicação histórica da localidade do antigo Porto do Padre Veiga)	720.733	7.178.800
Estruturas em alvenaria de pedra e tijolos próximas ao Porto do Padre Veiga e a Estrada do Anhaia	718.532	7.178.780
Antigo moinho de cana	717.429	7.176.790
Propriedade em que se localizaria a Mina Penajóia	717.308	7.175.030
Provável local do Pilão de Pedra	704.611	7.168.950
Capela da Fazenda Santo Antônio	712.397	7.169.830
Engenho de erva mate	710.992	7.169.430
Calçamento - 1º trecho	711.198	7.169.640
Calçamento - 2º - trecho	711.165	7.169.640
Possível barreira de cobrança	713.606	7.170.720

Fonte: Autor (2022).

Foz do rio do Pinto, local referenciado como o Porto do Padre Veiga

O local exato de onde seria o antigo Porto do Padre Veiga ainda é desconhecido do ponto de vista da cultura material, porém pelas fontes históricas apresentadas em especial por Moreira (1975) e Santos (2017 [1851]) este porto de desembarque (também conhecido como Porto de Curitiba ou do Arraial) estaria disposto justamente na foz do rio do Pinto com o rio Cubatão (Nhundiaquara). Assim, a atual área junto da foz pode ser considerada de grande potencial para abrigar a antiga infraestrutura e demais vestígios associados (Figura 4.10). Neste sentido foi feita uma vistoria preliminar em um terreno plano junto a margem direita do rio do Pinto onde atualmente existe uma moradia e resíduos de atividades de dragagem de areia.

O local pôde ser acessado por meio da Estrada do Santa Fé (estrada de terra) rumo a foz do rio do Pinto, em sua confluência com o Nhundiaquara (Figura 4.2). Após trilho de trem, o local encontra-se 1km depois, virando à esquerda, e seguindo para NNE até a foz do rio do Pinto. O local também é referenciado por Habitzreuter (2000), descrevendo-o como bastante assoreado e, na ocasião de seu registro, com menos vegetação.

Figura 4.2 Confluência do rio do Pinto com o Rio Nhundiaquara.



Fonte: Autor (2022).

Durante a ocasião do campo, foram verificados equipamentos para dragagem e extração de areia, onde foi possível obter informações com o sr. A (ver também item 4.2 neste capítulo).

Nesse local, o sr. A relatou ser morador há 20 anos, cujo trabalho com a dragagem proporciona a deposição de pilhas de sedimentos e cascalhos no entorno da foz (Figura 4.3), fazendo com que esporadicamente apareçam objetos em geral representados por fragmentos de peças cerâmicas. Uma vez apresentando alguns materiais, foi possível observar um cachimbo de barro, com uma quebra separando o material em dois pedaços (Figura 4.4). Também ocorreram fragmentos de telhas tipo capa canal e mais recentes, com vestígios de abrasão e arredondamento das quebras por agentes fluviais. Ainda foram registrados junto ao depósito de areia, um dente de animal (roedor) e fragmentos de louças e lajotas.

Considerando que tais objetos foram encontrados entre rejeitos de dragagem, não é possível ter clareza quanto a sua origem, visto que o transporte dos materiais via fluvial certamente criaram condições para o deslocamento dos elementos encontrados naquele local. Em relação aos materiais observados, existe evidência em alguns fragmentos cerâmicos da presença de vasilhas manufaturadas, contendo núcleos com queima de baixa temperatura (núcleos escuros em alguns casos) com presença de antiplásticos minerais típicos de técnicas indígenas de fabricação (embora sejam objetos histórico-coloniais).

O local encontra-se em uma propriedade rural, às margens do rio Nhundiaquara, cuja superfície fora bastante alterada, no qual destaca-se a presença

de depósitos de cascalhos e areias, resíduos do processo de dragagem do leito do rio, o que confere ao local características pouco compatíveis com a possibilidade de se encontrar vestígios autóctones. Nas proximidades da margem esquerda do rio, a presença de vegetação é mais pronunciada, no entanto vê-se que esta detém um aspecto ralo, como que para marcar um local de trânsito dos próprios moradores para acessar o corpo hídrico, em que a vegetação serve mais para a manutenção, do que para servir de mata ciliar, em proteção da margem.

Figura 4.3 Monte de rejeitos retirados da dragagem, com ocorrência de objetos e materiais de interesse arqueológico.



Fonte: Autor (2022).

Figura 4.4 Fragmentos de peças cerâmicas retiradas entre rejeitos da dragagem.



Continua



Fonte: Autor (2022).

A jusante desse local, a cerca de 500 metros pelo rio Nhundiaquara, outra estrada chega até esse corpo de água, tendo também potencial para abrigar o Porto do Padre Veiga (Figura 4.5). Em um primeiro momento, a paisagem chama a atenção pela facilidade de acesso, pela presença de um terraço e área descampada, com potencial de suporte para estruturas de comércio e navegação. Nesse local foi verificada a presença de rebaixamento da margem para que carros possam manobrar e deixar barcos do rio (inclusive, haviam barcos na ocasião do campo). Foi realizado uma prospecção arqueológica de superfície e, a 250 metros do rio e 35 metros da estrada, foi encontrado um sítio histórico com diversos fragmentos.

Figura 4.5 Acesso ao rio Nhundiaquara a jusante da foz do rio do Pinto.



Fonte: Autor (2022).

No caso, foram encontrados 48 fragmentos (Figura 4.6 e Figura 4.10) de materiais como cerâmica manufaturada, vidro, grés, de diferentes períodos e processos de ocupação. A superfície tratava-se de área agrícola temporária, com solo revolvido pelo arado e, por isso, com boa visibilidade (Figura 4.7).

Figura 4.6 Artefatos encontrados em sítio histórico na região que seria do Porto do Padre Veiga.



Continua



Fonte: Autor (2022).

Figura 4.7 Paisagem em que foram localizados os artefatos históricos.



Fonte: Autor (2022).

O potencial da região foi ainda confirmado pela presença de outro fragmento, também em cerâmica manufaturada (Figura 4.8), presumivelmente com mais de cem anos, localizado 200 metros a sudoeste do sítio histórico.

Figura 4.8 Artefato cerâmico encontrado próximo à região indicada como do Porto do Padre Veiga.



Continua



Fonte: Autor (2022).

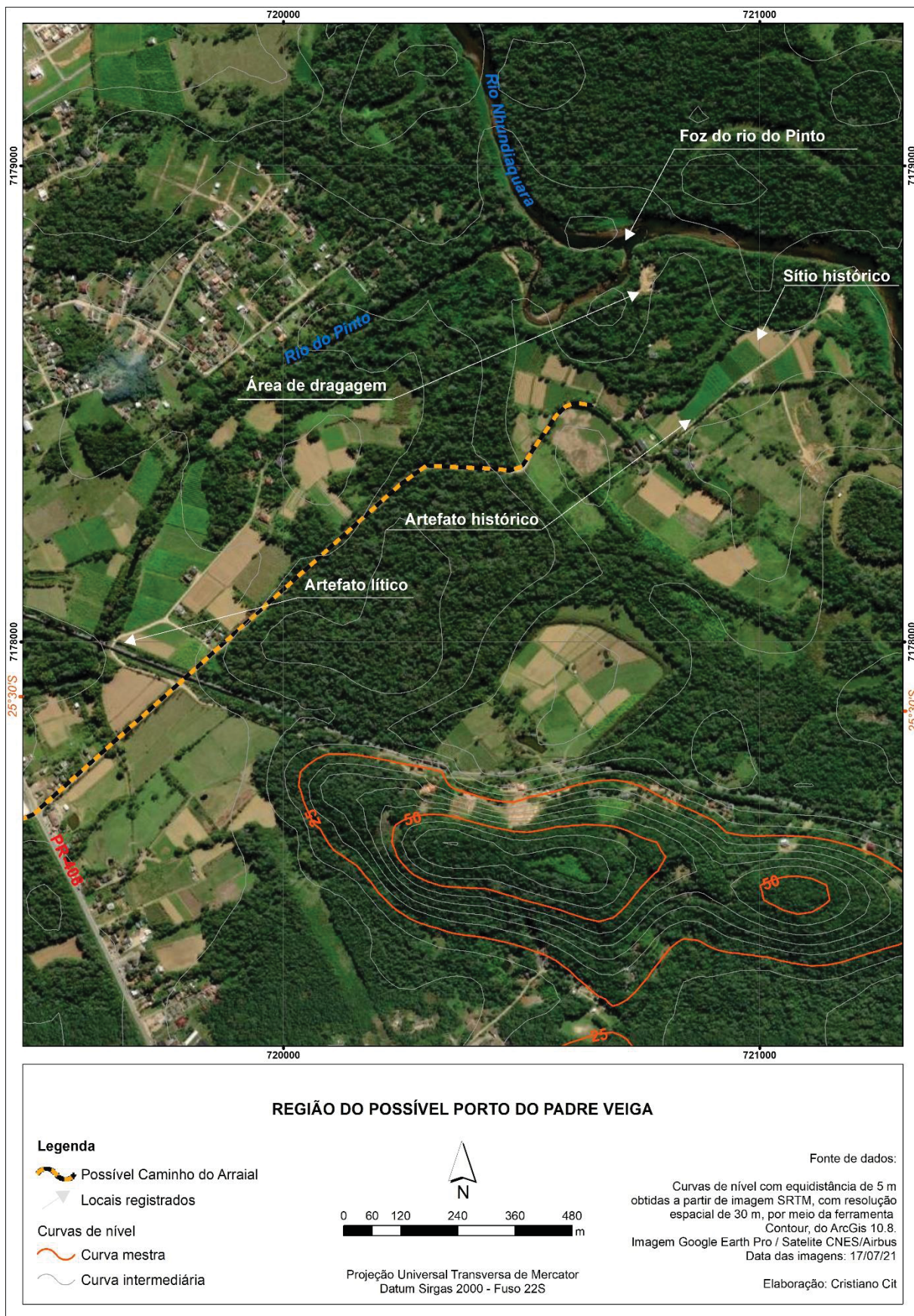
Por fim, ainda sobre essa região, também foi encontrado material potencialmente lítico que pode ser anterior aos artefatos históricos e que, por sua vez, denotariam a presença dos povos originários na região de estudo (Figura 4.9). Sua observação foi feita em terraço fluvial do rio do Pinto, ocupado por parreirais, boa visibilidade, junto às coordenadas UTM 22 sul 719.673 e 7.178.011.

Figura 4.9 Material lítico encontrado próximo ao possível Porto do Padre Veiga.



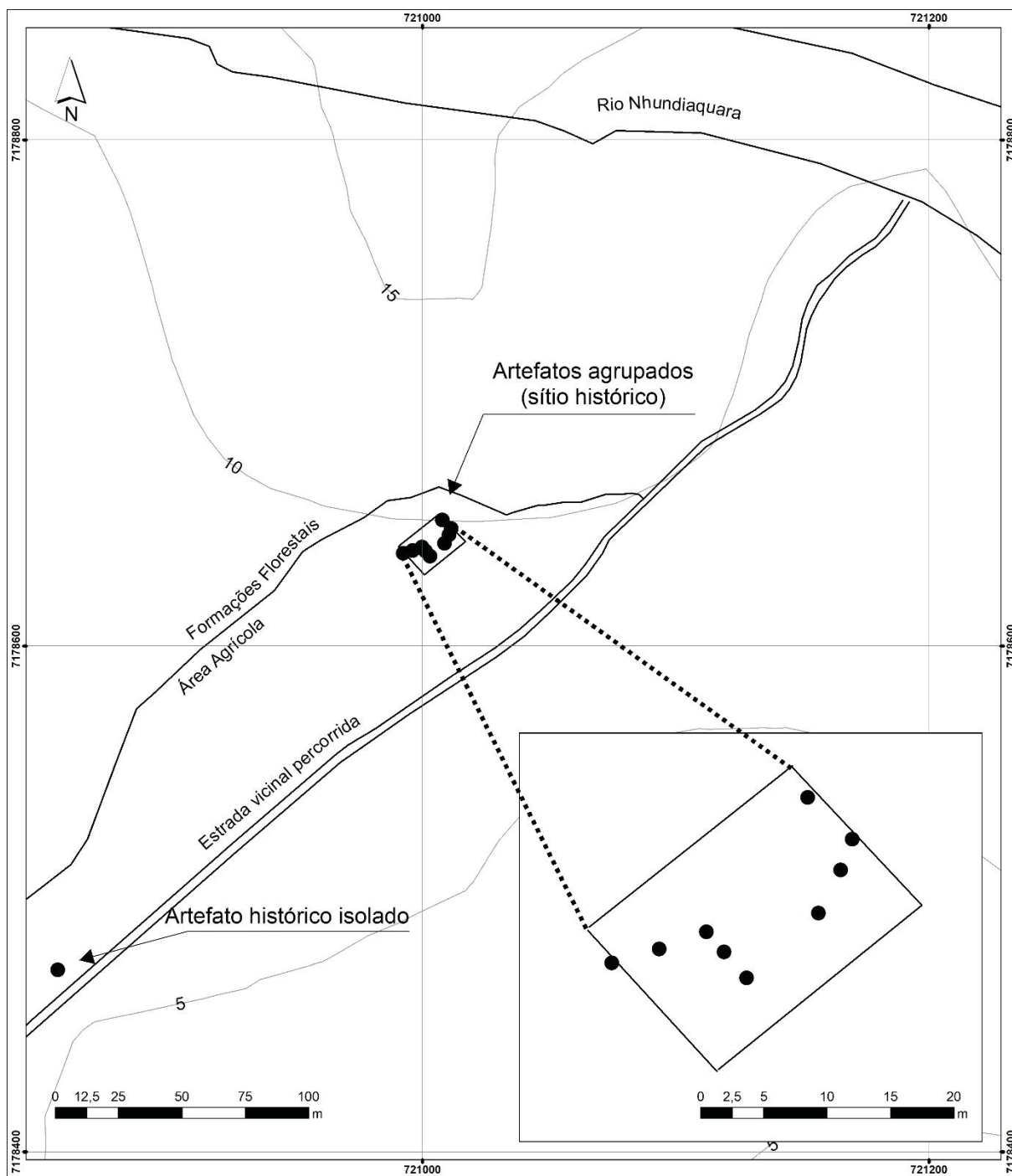
Fonte: Autor (2022).

Figura 4.10 Espacialização dos vestígios na região do possível Porto do Padre Veiga.



Fonte: Autor (2022).

Figura 4.11 Espacialização dos artefatos históricos.



Fonte: Autor (2022).

Estruturas em alvenaria de pedra e tijolos relativamente próxima ao Porto do Padre Veiga

Após uma primeira conversa com o sr. A, este também relatou existir algumas ruínas em meio a mata, não muito distante do local. Para chegar, considerando a PR-

408, sentido centro de Morretes, deve-se seguir por 1,3km a rua Jorge Matheus de Almeida, no qual deve-se então virar à direita e seguir por mais 340 metros até a entrada da mata. Lá foram encontradas pedras lavradas, muretas e algumas colunas em alvenaria de pedra (Figura 4.12), potencialmente coloniais, escondidas pela vegetação, no qual pode-se especular ser uma estrutura destinada a atividades comerciais.

As colunas aparentemente apresentam mais de dois metros de altura, enquanto que a mureta encontrada detém cerca de um metro de altura. Foram verificados alguns tijolos soltos, bem como foi possível observar que as estruturas foram construídas com os mesmos tijolos, porém sem ser possível observar alguma argamassa recente (Figura 4.13). Conforme foi possível observar nos materiais dispersos pelo chão, os tijolos são do tipo maciço, sem furos. O tamanho dos mesmos é de aproximadamente 30x12x6 centímetros e no local também foram identificados fragmentos de telhas “coloniais” ou “curvas” e fragmentos menores de tijolos (Figura 4.13).

Figura 4.12 Registro de colunas e muretas recobertas pela vegetação.



Continua



Fonte: Autor (2022).

Figura 4.13 Registro dos tijolos tanto nas estruturas quanto dispersos pelo chão.



Fonte: Autor (2022).

Considerando a conservação do local, este encontra-se em meio a porções conservadas de vegetação arbórea, relativamente protegido de impactos antrópicos, cuja mata provém alguma dificuldade de acesso regular.

Antigo Moinho de Cana

No trajeto pela Estrada do Anhaia existem algumas construções e edificações relativamente conservadas que estão correlacionadas a história de Morretes e seus diferentes ciclos econômicos. Dentre esses elementos destacam-se os engenhos como um que foi visitado durante o trabalho de campo (Figura 4.14).

Nesse caso, uma breve conversa com seu proprietário, o sr. V, indicou que o engenho hoje desativado, em meados do século XIX pertencia à família Sucato, posteriormente sendo passado para dois irmãos que moravam em Santa Catarina. Estes teriam batizado (adulterado) a pinga com uma mistura de São Paulo, alterando sua qualidade, fazendo com que o engenho caísse em desuso, passando então para outro proprietário que não reativou a instalação.

Considerando a conservação do local, o moinho trata-se evidentemente de resquício de atividade de engenho, localizado em uma propriedade rural e com falta de manutenção.

Figura 4.14 Registro de antigo moinho de cana.



Continua



Fonte: Autor (2022).

Propriedade em que se localizaria a Mina Penajóia

Conforme relato de Antônio Vieira dos Santos, a Mina Penajóia (ou Lavra Penajóia) teria sido uma das mais importantes da região, durante o ciclo do ouro responsável pela abertura e consolidação do Caminho do Arraial. No entanto, como não se tem uma descrição exata de onde se localizaria tal mina, durante conversas com interlocutores locais, estes foram questionados se sabiam de sua existência. Em

entrevista com o sr. *Ed*, responsável pelo Sítio Vanessa, no sopé da serra (ver item 4.2), este indicou que a lavra estaria em uma propriedade na região do Anhaia. Após questionar moradores, foi descoberto onde estaria tal propriedade, cujo dono indicou que a Mina Penajóia se tratava de diferentes lavras que estariam em parte de sua propriedade, atualmente desmembrada e atualmente sob posse de outra pessoa.

Em outra ida a campo, e ao realizar caminhamentos, foram encontrados alguns vestígios com potencial de serem de fato parte da antiga lavra. Estes correspondem a depressões ou valas na planície, no qual uma dessas, em formato circular (Figura 4.15), estava disposta em uma região de pastagem, evidenciava um desnível de aproximadamente um metro e diâmetro de 20 metros, podendo ser um antigo açude (em seu entorno o solo se mostrava hidromórfico), mas também uma área de extração, no qual são verificadas algumas valas, com largura de aproximadamente 1 metro (Figura 4.16).

Figura 4.15 Depressão identificada em meio a planície.



Fonte: Autor (2022).

A oeste e a cerca de 500 metros da vala mencionada, foi observado uma cavidade abrupta em meio a mata, para o lado de dentro da cerca (Figura 4.17). A cavidade detinha aparentemente mais de dois metros de profundidade, em local com relevo suavemente ondulado. Foi tentado realizar contato para solicitar permissão para o ingresso, porém sem sucesso devido à ausência de pessoas no local. Todavia, na estrada junto à cerca onde o buraco foi observado, foi contatado um senhor que passava pelo local, ao qual disse que em meio aquela mata existe muitos buracos como aquele e que, um caminhante desatendo poderia se acidentar em meio a vegetação. Nessa estrada, também foi encontrado fragmento de recipiente de ferro

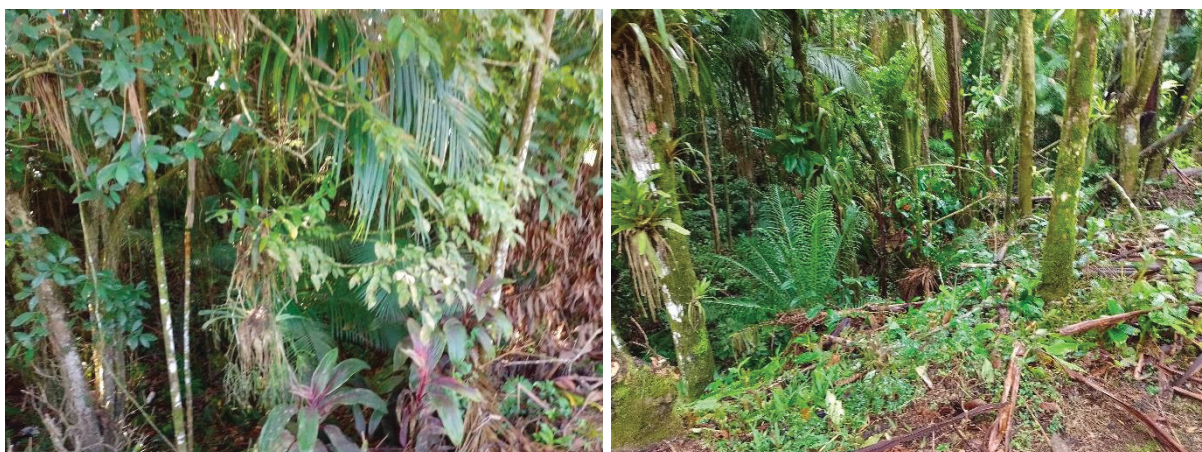
(Figura 4.18). Assim, embora não se tenha conseguido realizar uma prospecção mais detalhada, existe potencial para que aquela área seja parte da antiga Lavra Penajóia.

Figura 4.16 Valas próximas.



Fonte: Autor (2022).

Figura 4.17 Buraco em meio a vegetação, em relevo suavemente ondulado.



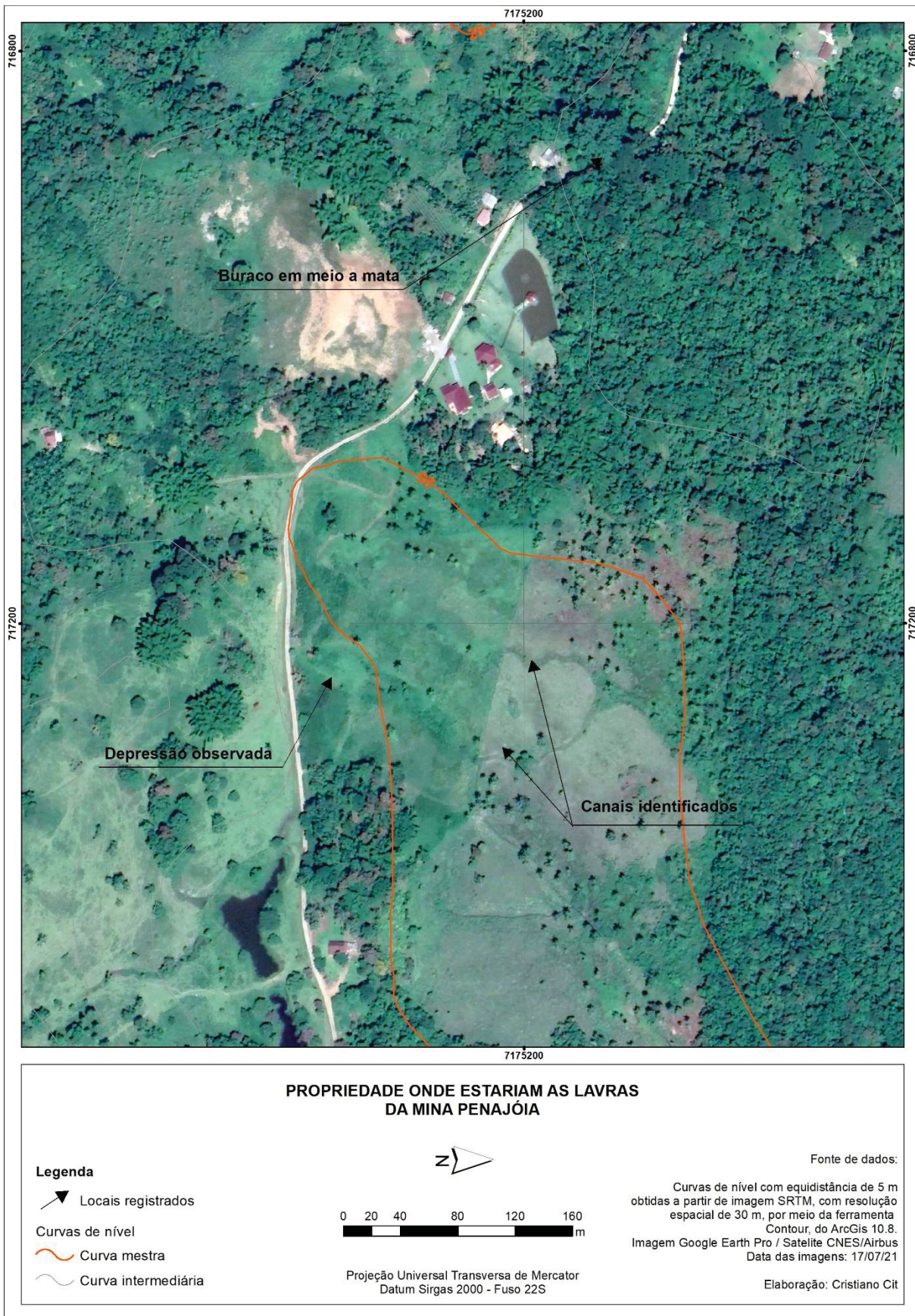
Fonte: Autor (2022).

Figura 4.18 Fragmento de recipiente de ferro encontrado.



Fonte: Autor (2022).

Figura 4.19 Propriedade onde estariam localizadas as lavras da mina Penajóia.



Fonte: Autor (2022).

Provável local do Pilão de Pedra (Arraial Grande)

Considerando que a descrição do local do Pilão de Pedra seria o mesmo do Arraial Grande, e que a localização deste seria após a travessia da Serra do Mar, foram observadas propriedades em imagem de satélite nas proximidades da área da faixa de domínio do Oleoduto Araucária-Paranaguá, cruzando com a rodovia BR-277.

Visando a obtenção de informações com moradores a respeito de possíveis calçamentos, foi feita uma parada em uma propriedade localizada no km 52 (sentido litoral). Neste local, foi realizada uma conversa com o sr. *F*, que trabalhava como caseiro e compartilhou conhecimentos sobre o local.

Conforme informações cedidas pelo sr. *F*, a propriedade teria pertencido aos irmãos Mauad e seria neste ali em que se encontrava o Pilão de Pedra (Figura 4.20), local de parada dos tropeiros que transitavam pelo Caminho do Arraial.

Figura 4.20 Matacão que formaria o Pilão de Pedra.



Fonte: Autor (2022).

Ao mostrar o referido Pilão de Pedra, foi possível verificar tratar-se de um matacão de rocha em que, segundo relatado, na parte superior existe um abaulamento que lembra o formato interno de um pilão. Nas proximidades do afloramento rochoso também ocorre uma depressão alongada na forma de um antigo trecho de estrada vicinal (com barrancos laterais mais elevados) atualmente coberto por gramíneas, no qual nos foi contado que ali se tratava de parte do caminho em que os tropeiros percorriam (Figura 4.21).

O sr. *F* também relatou que nos fundos da propriedade existe um calçamento que era conhecido como estrada dos Jesuítas e que este seria um ramal do Caminho

do Arraial, ligado a partir da região do viaduto dos Padres. Infelizmente devido às chuvas intensas e limitações de acesso (inclusive por se tratar de período de pandemia), não foi possível verificar nesta fase de levantamento o trecho do caminho calçado indicado pelo sr. *F.*

Figura 4.21 Registro de vala que teria sido parte do caminho usado por tropas de mulas.



Fonte: Autor (2022).

É importante destacar, no entanto, que existe outra versão sobre o estado de conservação do Pilão de Pedra, no qual, conforme dito anteriormente, a rocha teria sido destruída por pessoas que buscavam encontrar ouro dos jesuítas. Essa versão é contada por Júlio Estrala Moreira a partir de conversa com dr. Lysimaco Franco Ferreira da Costa, responsável pelo traçado e construção da autoestrada Curitiba-Paranaguá (atual BR-277), no qual teria montado escritório no local conhecido pelo Pilão de Pedra, uma rocha com superfície cavada em forma de pilão (MOREIRA, 1975). No livro escrito por Habitzreuter (2000), no entanto, existe um registro

fotográfico também relacionado ao km 52 da BR-277 que se assemelha ao verificado durante a conversa com o sr. *F* (Figura 4.22).

Figura 4.22 Registro do Pilão de Pedra, segundo Habitzreuter, também localizado no km 52.



Fonte: Habitzreuter (2000).

Tendo em vista a paisagem em que se encontra e a conservação do local, este apresenta-se em uma propriedade rural, cercada por gramíneas aparadas pela manutenção do sítio.

Capela da Antiga Fazenda Santo Antônio

Trata-se de uma pequena capela escondida em meio a vegetação, e que segundo alguns relatos teria sido construída pelos jesuítas, e também serviria para os viajantes fazerem suas orações pedindo proteção, durante a travessia da serra (JESS, 2005).

O local encontra-se atualmente sem uso e completamente abandonado. Trata-se de uma construção com mais de 2 metros de altura, entrada em arco, com menos de 1,6 metro de altura e sem janelas (Figura 4.23 e Figura 4.26). Conforme fotografia de publicação de 2012, na ocasião ainda havia telhado, porém, atualmente encontra-

se sem cobertura (Figura 4.23), com algumas telhas espalhadas em fragmentos pelo chão da capela (Figura 4.24).

A capela foi construída com rochas cortadas em blocos, presumivelmente do tipo basalto. Também foi utilizada uma argamassa para sustentar as pedras lavradas, formando as paredes da capela (Figura 4.25). A parte superior é de construção mais recente, segundo o sr. *Ed*. Nessa parte superior, ainda, que serviria para sustentação do telhado, existe um espaçamento em formato de cruz (Figura 4.26).

Segundo sr. *Ed*, com base em relato de seu tio, hoje falecido, a capela serviria para celebração da festa de São Pedro e, em certa ocasião, teria recebido o Interventor Manoel Ribas (que posteriormente viria a ser Governador do Estado do Paraná), juntamente com a banda da Polícia Militar, para a celebração da festa. O convite teria sido realizado pelo então dono da Fazenda Santo Antônio, onde a capela estaria localizada, o sr. Domingos Beraldin. Segundo Edmilson, o evento teria ocorrido entre os anos de 1933 e 1935.

Considerando a paisagem e a conservação do local, a capela encontra-se em meio a meio às formações florestais da Serra do Mar, cuja estrutura aparenta abandono, com muitos blocos jogados pelo chão.

Figura 4.23 Vista da frente da capela em 2012 (esquerda) e atualmente (direita).



Fonte: Registro de Priscila Forone, publicado por Castro, 2012 (esquerda) e registro do Autor (direita).

Figura 4.24 Registro de fragmentos de telhas no canto da capela, atualmente sem nenhuma cobertura.



Fonte: Autor (2022).

Figura 4.25 Registro das paredes no interior na capela.



Fonte: Autor (2022).

Figura 4.26 Registro do interior da capela, evidenciando cruz na parte superior e entrada em arco.



Fonte: Autor (2022).

Engenho de Erva Mate

Refere-se a uma estrutura em forma de vala (Figura 4.28) no qual, segundo o sr. *Ed*, teria sido usada para o encaixe de roda d'água de um local para o beneficiamento de erva mate. Nas proximidades, também foi encontrado fragmento de garrafa de vidro, aos quais pelas características não uniformes, presume-se que seja de fabricação artesanal (Figura 4.27).

Além da vala, no entorno também existem alguns vestígios que denotam a existência de uma estrutura possivelmente de espaço usado para o processo de beneficiamento, no qual sua disposição no terreno, em um pequeno platô em meio ao entorno declivoso, mostra o aproveitamento do relevo.

Figura 4.27 Fragmento de vidro manufacturado.



Fonte: Autor (2022).

Figura 4.28 Registro da vala, possivelmente parte de uma estrutura para beneficiamento de erva mate.



Continua



Fonte: Autor (2022).

Ao se observar mais de perto as rochas que sustentam as paredes, e o material que dá a liga para os blocos, pode-se observar alguns fragmentos de conchas, no qual pode ter sido usado como um tipo de argamassa durante sua construção. Um desses fragmentos pode ser observado na Figura 4.29.

Destaca-se, ainda, que Habitzreuter (2000) faz menção ao mesmo lugar como sendo utilizado para a prática de mineração, no qual em seu livro apresenta que “segundo relatam os moradores mais antigos da região, teria sido construído pelos mineradores da época para a lavagem do ouro encontrado na região” (p. 42). Durante conversa com o sr. *Ed*, no entanto, este relatou que essa informação não seria correta.

Levando em consideração a paisagem e a conservação do local, o vestígio encontra-se encoberto pelas formações florestais da Serra do Mar, bem como é perceptível o abandono com o qual o local se encontra.

Figura 4.29 Material usado para dar liga as rochas, sendo um tipo de argamassa com presença de fragmentos de conchas.



Fonte: Autor (2022).

Registros do Caminho

As porções calçadas do caminho apresentam-se atualmente dividido em trechos, cujas discontinuidades na parte da alta da serra (visto que nas partes baixas ela encontra-se atualmente recoberta pela estrada do Anhaia) são oriundas de diversos fatores: a construção do oleoduto, da BR-277, processos erosivos e de deposição, bem como o recobrimento da vegetação. Considerando os trechos expostos, ainda, o calçamento também apresenta diferentes situações quanto ao estado de conservação e exposição (Figura 4.33).

Partindo de baixo da serra para cima, considerando acesso pelo Parque Estadual do Pau Oco, seguindo por uma trilha de chão de terra que também fornece acesso à cachoeira do Salto da Fortuna, o segmento mais bem exposto da via histórica refere-se a um calçamento de cerca de 20 metros de extensão (1º trecho),

cujo início é precedido por uma placa que avisa sobre a condição escorregadia das rochas (Figura 4.30).

O calçamento é composto por rochas colocadas em blocos de tamanhos variáveis aproximados entre 30x15cm e 40x50cm (considerando largura e comprimento e desconsiderando a altura, uma vez que as mesmas não foram retiradas do lugar), dispostos em uma largura de aproximadamente um metro. O local em que se encontra apresenta a vegetação densa da Serra do Mar, bem como a umidade característica do ambiente.

Figura 4.30 Sr. *Ed* apontando para início do trecho com calçamento exposto (1º trecho).



Fonte: Autor (2022).

Conforme placa indicativa presente no local, apresentada na Figura 4.30, o trecho é bastante liso e escorregadio, requerendo cuidado por parte do caminhante. As rochas são diabásios ou basaltos e, por conta da umidade, apresentam partes recobertas por musgo, bem como folhas que, em decomposição, favorecem o caráter escorregadio do trecho em questão. Também é possível observar raízes de árvores atravessando o calçamento. Na sequência, a Figura 4.31 apresenta destaque para o primeiro trecho exposto do calçamento do Caminho do Arraial.

Figura 4.31 Destaque para porção exposta do calçamento.



Fonte: Autor (2022).

Seguindo por uma trilha que em alguns momentos desaparece em meio a mata, existem outros trechos aparentes logo a frente, porém com muitas discontinuidades. No segmento mais continuamente preservado (2º trecho), também com cerca de 20 metros de extensão, porém mais danificado, provavelmente por movimentos de terra oriundos de processos naturais, quanto mais recoberto pela vegetação (Figura 4.32). Outro fator que merece ser mencionado é que nesse trecho a disposição dos blocos não apresenta a mesma regularidade que no trecho anterior, característica essa que pode ser dada tanto por uma questão natural quanto por uma colocação menos cuidadosa do que no trecho anterior.

Considerando sobre esse trecho, ele próprio também apresenta discontinuidades muito provavelmente decorrentes de processos naturais como a erosão e a deposição de sedimentos.

Figura 4.32 Segundo trecho calçado do Caminho do Arraial.



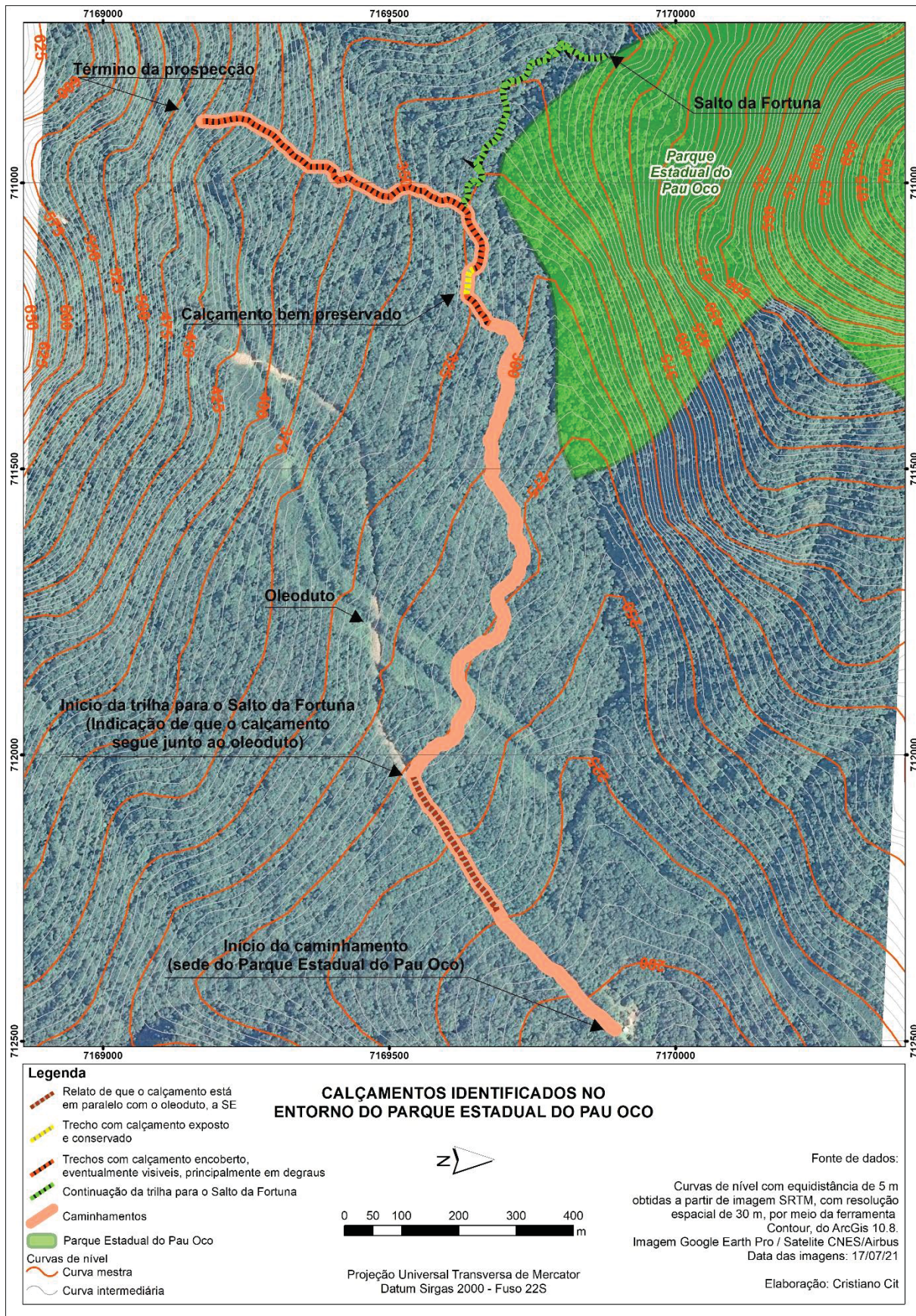
Continua



Fonte: Autor (2022).

A cobertura do solo no trecho em que o calçamento se encontra é marcada por formações florestais e, no local específico do registro, encontra-se bem preservado. Destaca-se, ainda, que deste ponto até o final da prospecção, existem locais que o calçamento aparece principalmente em meio a degraus na mata, de forma esporádica.

Figura 4.33 Trechos de calçamento verificados no Parque Estadual do Pau Oco.



Fonte: Autor (2022).

Possível local onde seria localizada a barreira de cobrança

Conforme apontado por Moreira (1975), após a abertura do Ramal de Paranaguá, também conhecido como Caminho do Gado, que teria ocorrido em meados do século XIX, no qual muitos usuários do Caminho do Arraial, ao utilizar o desvio, acabavam por evitar o pagamento da taxa em Morretes, foi instalada uma barreira de cobrança antes do ramal, na região do Anhaia, para evitar a inadimplência.

A área exata de onde ficava esse pedágio não é atualmente conhecida, porém o relato do sr. *Ed* traz um pouco do conhecimento local sobre essa questão. Tendo como base conhecimento de seu tio, atualmente falecido, e que também teria aprendido com seu parente, mais velho, o local onde ficava a barreira de cobrança seria no terreno de uma propriedade lindeira a atual estrada do Anhaia (Figura 4.34).

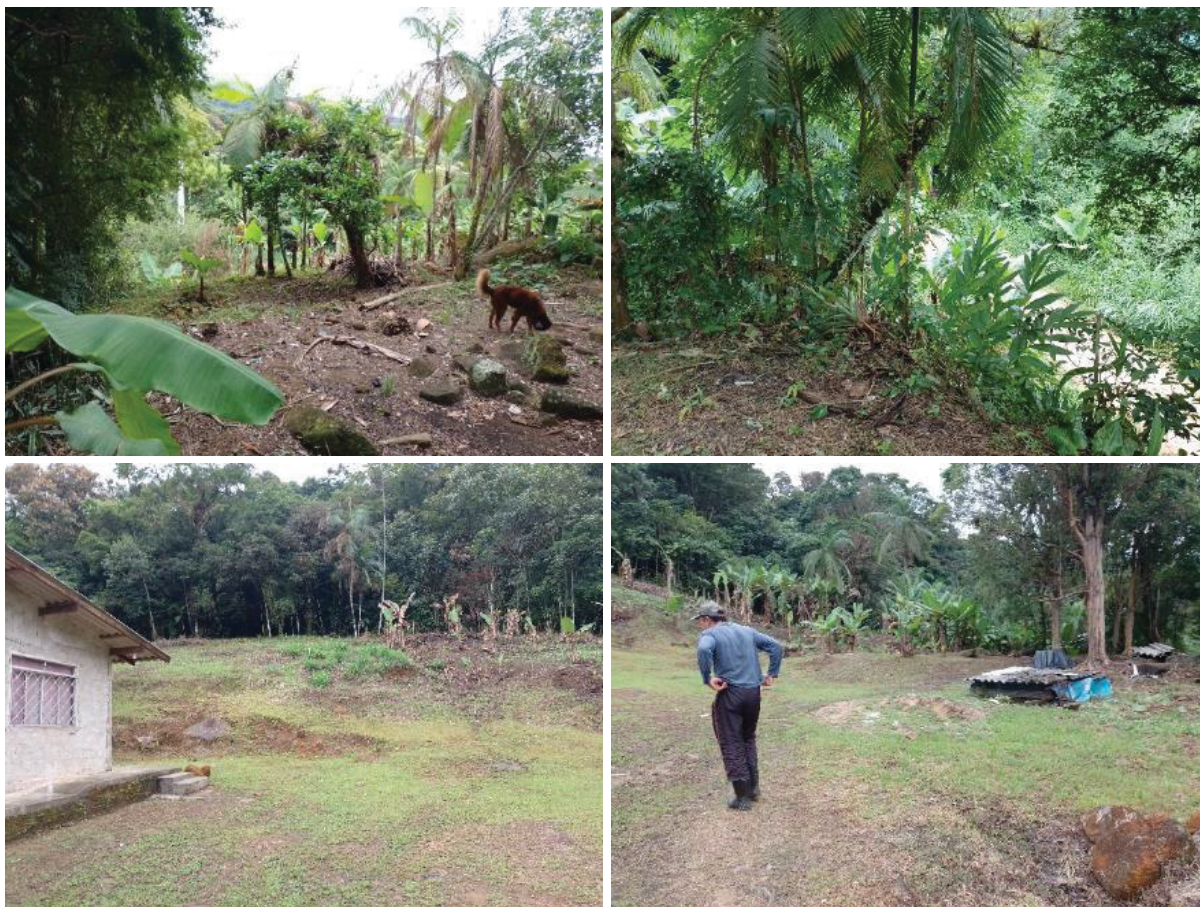
Figura 4.34 Local apontando como tendo abrigado a barreira de cobrança.



Fonte: Autor (2022).

Ao mostrar o local (Figura 4.35), nosso informante compartilhou o relato de seu tio, mostrando como aquele sítio seria ideal para a instalação da barreira, visto que pelo relevo propiciava que nenhum viajante conseguisse desviar da cobrança, pois em uma das laterais do caminho se mostrava bastante ingresso e, do outro lado, o rio do Pinto se aproximava bastante da estrada (Figura 4.36).

Figura 4.35 Aspectos gerais do terreno e do relevo do local onde estaria a antiga barreira de cobrança.



Fonte: Autor (2022).

A cobertura do solo no local visitado é marcada pela presença de gramado, uma residência, e usos agrícolas. A conservação não pode ser definida, pois o local trata-se de uma indicação, para o qual no momento em que o campo de prospecção foi realizado, não foi possível encontrar vestígios.

Figura 4.36 Representação do perfil de relevo do local.



Fonte: Autor (2022).

4.2 Moradores locais, registros materiais e identidade

Conforme dito no capítulo referente a metodologia da pesquisa, foram realizadas algumas conversas com moradores¹³ da região. Estas ocorreram em todas as idas a campo, sendo alguns deslocamentos mais direcionados à realização de diálogos, enquanto que em outros, com foco na busca por elementos materiais, de maneira mais oportunística, em que percepções fossem vislumbradas para a pesquisa. Na sequência, a Figura 4.37 apresenta a localização (georreferenciamento) das entrevistas.

Durante tais conversas, foi fácil notar que existe uma diferença de conhecimento dos moradores locais com base na proximidade ou distância destes para com as partes altas da serra, partes estas onde se localizam os vestígios propriamente ditos do caminho. Dessa forma, notou-se que para os moradores ou frequentadores das partes baixas (planícies) de Morretes, o conhecimento sobre o Caminho do Arraial é menos presente.

Dentre os entrevistados, destaca-se que o sr. A, morador do local onde seria localizado o antigo Porto do Padre Veiga, embora tenha mostrado desconhecimento sobre o calçamento, demonstrou interesse pela possibilidade de conhecer a história do caminho e de registros arqueológicos, inclusive sendo um colecionador dos

¹³ Serão apresentados somente a primeira ou as primeiras letras do nome para preservar o anonimato dos interlocutores.

materiais retirados do fundo do rio pela dragagem. Durante o trajeto para nos mostrar estruturas em meio a vegetação (item 4.1), em meio a conversas sobre o objetivo do presente trabalho, este relatou ser importante preservar os aspectos históricos do município, para que as pessoas possam conhecer mais sobre seu passado.

Também foi realizada uma breve conversa com sr. *P*, que trabalha na Prefeitura de Morretes, nesse caso buscando encontrar materiais que poderiam servir de referência para a pesquisa, cujo meu intuito era descobrir possíveis mapas que apresentassem a cartografia histórica da cidade e, por meio disso, fosse possível identificar com maior precisão as informações apresentadas por Antônio Vieira dos Santos, cronista do século XIX. Durante a abordagem, sr. *P* relatou desconhecer sobre o caminho e sua história, e também relataram a dificuldade que o município apresenta por não deter tais recursos cartográficos.

Seguindo a estrada do Anhaia, aproximadamente no meio do caminho entre a “cidade” (como os moradores da área rural chamam o centro de Morretes) e o final da estrada, já no início da subida da serra, posso compartilhar um pouco da percepção de meu tio, sr. *O*, cuja casa serviu de base para alguns dias de trabalho. Conforme conversa com sr. *O*, um senhor com mais de 80 anos de idade, este não detinha um conhecimento claro quanto ao caminho em si. Seu conhecimento residia mais no relato de que a Mineropar (Minerais do Paraná, uma empresa pública de direito privado e economia mista, controlada pelo governo do estado do Paraná para prestar serviços na área de mineração e geologia) teria feito algumas sondagens visando identificar o potencial aurífero na região (inclusive com uma dessas sondagens tendo sido realizada em sua propriedade). Também me compartilhando um conto de que o nome da localidade de Anhaia seria devido a uma história de que na região teria morado uma índia com esse nome, e que esta seria uma liderança, referência do local. Por ter sido tesoureiro de uma tradicional festa na região, a Festa da Igreja de São Pedro, que ocorre todos os anos no mês de julho, sr. *O* tem bastante conhecimento dos moradores da região, da mesma forma que também é muito conhecido. Dessa forma, a partir de informações do sr. *Ed*, a casa do sr. *O* pôde ser usada como referência.

Tomando a questão do potencial aurífero da região, como ressaltado pelo sr. O, e a contextualização histórica do Caminho do Arraial (item 2.2), o tema das minas e mineiros também se constituiu elemento para o diálogo. Neste sentido, ressalta-se as informações sobre a antiga mina Penajóia em Morretes. Conforme descrição de Moreira (1975), a mina Penajóia era uma das mais importantes durante o período aurífero e, por meio da conversa com o *Ed*, se localizaria em propriedade, próxima à casa do sr. O. Assim sendo, a partir de conversa com este, perguntei-o sobre onde se localizaria tal propriedade, recebendo como resposta que estaria mais à frente na estrada (sentido serra), a cuja entrada estaria a menos de um quilômetro de sua propriedade.

Conforme dito em outros momentos dessa pesquisa, embora em algumas ocasiões o deslocamento até a área de estudo tivesse um objetivo, oportunisticamente podia-se conseguir outros resultados. Dessa forma, embora na ocasião eu quisesse mais conversar com moradores, não podia deixar de tentar encontrar a mina Penajóia. Ao seguir pela estrada do Anhaia, parei em uma casa para perguntar sobre a propriedade, ao qual fui informado ser em um entroncamento muito próximo de onde estava. Aproveitando que havia parado para pedir informação nessa casa, também questionei a residente que me atendeu, sra. C, se ela detinha conhecimento sobre o Caminho do Arraial.

Durante nosso diálogo, a sra. C relatou ter ciência sobre um calçamento de pedra localizado na parte alta da serra, após a estrada do Anhaia. Esta me contou ter aprendido em seu tempo de colégio sobre o dito caminho, no qual lhe fora ensinado sobre o trânsito de mulas, responsáveis pelo comércio entre o litoral e a região de Curitiba. No entanto, não sabia exatamente sobre a história, nem sobre o ciclo do ouro responsável pela consolidação do trajeto, muito embora também relatado ser importante a preservação e o compartilhamento de conhecimento sobre o caminho. Também me indicou ser na proximidade de sua casa a estrada que daria acesso para a propriedade que procurava, ao qual segui, assim que me despedi.

A estrada de acesso para esse local fica em uma saída a esquerda da estrada do Anhaia (sentido serra), ao qual fui informado ser após uma porteira fechada (também me relataram que essa estrada poderia ser um desvio até a BR-277, caso não estivesse com uma porteira limitando a passagem). Um pouco antes desta porteira, perguntei em uma chácara se poderia passar pela porteira, ao qual fui

respondido que sim e, ao chegar na mesma, abri-a e logo a frente encontrei pessoas dentro do terreno cujo pude perguntar sobre a presença do proprietário.

Dentre as pessoas que estavam no local, o sr. *C*, funcionário, também relatou que o dono não se encontrava no local. Ao explicar sobre o motivo de minha presença, expliquei se tratar de uma pesquisa e minha intenção era saber se alguém tinha conhecimento sobre a mina de Pena Jóia. O sr. *C* relatou ter ouvido falar que teria sim existido uma mina no local, porém sem conhecimento exato de sua localização. Conforme me relatou, a fonte de tal informação teria sido seu primo, também morador da região, que lhe contou ter observado em Paranaguá um mapa sobre a localização das minas da região, em que constaria a dita mina Penajóia na propriedade.

Perguntei-o também sobre o Caminho Arraial, de modo que disse saber sobre um calçamento de pedras na parte alta serra, no entanto sem nunca ter visto o local. Dentre os moradores com qual pude conversar, o sr. *C* foi o único que disse não ver importância na preservação do calçamento, bem como ter interesse em conhecer o local. Como minha busca na ocasião era a de conversar com mais pessoas, optei por não fazer uma busca minuciosa pelo terreno, embora tenha potencial para ser pesquisado em propostas mais específicas. Ao final de minha conversa com o sr. *C*, este nos indicou conversar com seu primo, descrito como alguém com bastante conhecimento sobre as minas e entusiasta da mineração.

Após esse diálogo, voltei para a estrada do Anhaia e segui em frente rumo as porções mais elevadas da via, tentando encontrar a casa do primo do sr. *C*, porém, ao chegar próximo à entrada do Parque Estadual do Pau Oco, notei que provavelmente havia passado do local indicado, ao qual optei por voltar por onde vim. Desistindo de conversar com a pessoa recomendada, acabei parando ainda na parte final da estrada do Anhaia para tentar captar mais algumas percepções.

Foi assim que cheguei até a sra. *B*, de 75 anos, indicada por uma outra moradora, recém residente no local, ao qual me disse ser melhor conversar com ela, visto que ela conheceria mais sobre a região. Ao conversar com a sra. *B* e falar sobre o objeto de minha pesquisa, me aconselhou a conversar com o sr. *E*, irmão do *Ed*, outro morador com muito conhecimento sobre a minha temática. No entanto, como ela me respondeu conhecer o calçamento, fiz algumas perguntas sobre caminho, ao qual me respondeu não somente conhecer, mas ter sido uma usuária do mesmo para a subida da serra.

A sra. *B* me relatou usar o caminho em sua juventude, ao qual lembra dele ter muitos trechos com pedras expostas, e que em muitos trechos andavam por outras trilhas, cortando o calçamento quando este era muito sinuoso. Sua lembrança vem de uma época anterior à construção do Oleoduto Araucária-Paranaguá, no qual refere-se a ele antes de sua destruição pela obra. Durante seu relato, contou também o caminho ia até a região do então Pilão de Pedra (uma rocha em formato de pilão), agora não mais existente.

Nesse ponto, tentei cruzar as informações que tinha sobre o tal Pilão de Pedra com a que a sra. *B* me compartilhava. Comentei sobre o relato presente em Moreira (1975) de que não mais existiria vestígio no local, bem como o relato de Habitzreuter (2000) de que a rocha se localizaria no km 52 da BR-277, este segundo condizente com a conversa que tive com o sr. *F*, caseiro em uma propriedade localizada no mesmo km 52, ao qual nos teria mostrado uma rocha que seria o Pilão de Pedra. Ao compartilhar essas informações com a sra. *B*, me contou então poder ser o matacão, uma vez que este realmente estaria nas proximidades da BR-277, e que talvez apenas não soubesse mais da sua existência, visto não utilizar mais o caminho. Destaca-se ainda que, mesmo tendo me orientado a conversar com outro informante, o sr. *E*, minha então interlocutora tinha muito conhecimento sobre o caminho, ao qual sabia ter sido usada por carroceiros para o transporte de erva mate, também relatou a presença de jesuítas na região, sabia sobre a existência de uma localidade chamada Arraial, além de suas experiências vividas e presentes em sua memória. Ainda sobre seu relato, é importante revelar a forma como me contou ser conhecido o calçamento, no caso, calçada lisa, denominação essa extremamente pertinente com os trechos expostos que puderam ser observados. Ao finalizar minha conversa, a sra. *B* mostrou a casa do sr. *E*, ao qual fui logo na sequência.

Ao saber o motivo de minha visita à sua casa, o sr. *E*, de 64 anos, se mostrou muito atencioso e interessado em compartilhar um pouco de seu conhecimento sobre o caminho. Assim, como seu irmão *Ed*, o que sabe sobre o trajeto é uma soma tanto de leituras quanto de relatos de seu pai e seu tio, que por ventura também eram relatos de seus antepassados. A primeira coisa que o sr. *E* fez em nossa conversa foi mostrar o livro de Rubens Habitzreuter, ao qual se tornou amigo do autor e mostrou com orgulho tanto a dedicatória escrita à mão, quanto a menção de agradecimento que o autor fez as pessoas que lhe ajudara, no final do livro.

Durante nossa conversa, o sr. *E* relatou ser muito importante preservar o caminho, pois o progresso destruiu muitas partes do calçamento com a instalação do oleoduto Araucária-Paranaguá e a construção da rodovia BR-277. Comentou também que atualmente o local do calçamento está bloqueado em razão da suspensão de visitas no Parque Estadual do Pau Oco e que se as pessoas soubessem mais sobre o elemento histórico, a região poderia receber mais turistas e, conseqüentemente, a comunidade poderia vender mais seus produtos artesanais.

No entanto, destacou que para o turista poder visitar certos trechos de mata, este deve ter consciência e não degradar o local, seja por não levar seu lixo embora, seja por deslocar pedras das estruturas do lugar. É digno de nota também seu comentário sobre o fato de as pessoas mais jovens não conhecerem a história do caminho, bem como sua importância histórica. Para os mais velhos, segundo meu interlocutor, é comum o conhecimento sobre a existência de um calçamento em meio a mata, na parte alta da serra.

Dentre meus questionamentos, perguntei sobre a vala murada ao qual seu irmão me mostrou em meio a mata, próximo aos trechos do calçamento, cujo na ocasião o sr. *Ed* relatou ser uma estrutura para beneficiamento de erva mate e não para a lavagem de ouro, como apresentado por Habitzreuter (2000). Nessa ocasião, o sr. *Ed* falou que seu irmão havia contado para o Rubens se tratar de uma estrutura usada na mineração.

Ao comentar sobre esse fato, no entanto, falou que havia explicado para o Rubens Habitzreuter ser uma estrutura de engenho de erva mate, não sabendo o por que o autor teria apresentado a versão registrada no livro. Também comentou sobre a história da capelinha, próximo ao Sítio Vanessa, me confirmando a história que seu irmão havia me compartilhado, inclusive complementando algumas lacunas que na ocasião deixei passar.

No caso da capelinha, foi o sr. *E* que me falou ser uma construção relativamente recente, não possuindo mais do que cem anos, cuja parte de cima teria reconstruída com a ajuda de seu irmão sr. *Ed*, no qual no momento em que conversei com este, havia entendido ser somente o telhado. Também relatou a história de que Manoel Ribas teria em certa ocasião visitado a capelinha, em celebração, juntamente com a banda da Polícia Militar.

Ao passar pela estrada até sua casa, em muitos locais percebi alguns alinhamentos de rochas similares ao calçamento preservado no topo da serra e, por

ser já em uma região com declividades mais acentuadas, presumi se tratar de vestígios do calçamento que fora mantido junto a abertura da estrada do Anhaia (Figura 4.38 e Figura 4.39).

Figura 4.38 Exemplo de agrupamento de rochas similares ao calçamento exposto no alto da serra (coordenadas UTM 22S 716.590 e 7.174.375).



Fonte: Autor (2022).

Dessa forma, ao conversar com o sr. *E*, este me confirmou que existem sim muitos trechos de calçamento que foram parcialmente deixados expostos com o alargamento da atual estrada do Anhaia. Na ocasião não tive a oportunidade de andar com ele pelos trechos em que mencionou o calçamento, porém realizei alguns registros que podem ser melhor interpretados em campanhas futuras.

Figura 4.39 Registro de cascalhos em metade da largura, em trecho próximo ao alto da estrada do Anhaia. À direita, entre as linhas tracejadas é apresentada suposto calçamento (coordenadas UTM 22S 713.763 e 7.171.054).



Fonte: Autor (2022).

Ainda sobre os conhecimentos que o sr. *E* detém sobre a história do caminho, ele comentou ter sido aberto pelos bugres (índios) no qual sabia disso por causa dos restos de mariscos que deviam ser trazidos do litoral. Sobre a região conhecida como Cabrestante, contou que esse nome se deu pelo fato de o relevo ser muito íngreme, exigindo que o condutor de mulas seguro firme no cabresto para evitar que as mulas caíssem. Sobre as mulas, contou também que as tropas andavam com mulas descarregas que serviam de reserva caso alguma das carregadas quebrasse uma pata, por exemplo, e que a carga seria trocada na localidade de Rodeio, próxima a sua casa. Sobre isso, sr. *E* me disse que as mulas que faziam a travessia da serra não eram as mesmas que faziam o caminho entre o Rodeio e o restante do caminho, até o Porto do Padre Veiga.

Considerando esse sentido do caminho, do litoral para o planalto, os próximos dois relatos foram registrados antes das entrevistas mostradas até aqui, porém optei por apresentar depois para manter uma continuidade espacial da localização das conversas. Dessa forma, dentre as pessoas que conversei com maior proximidade do calçamento do Caminho do Arraial foi o sr. *Ed*, caseiro no sítio Vanessa, limítrofe ao Parque Estadual do Pau Oco.

Dentre todas as pessoas que conversei, juntamente com seu irmão, sr. *Ed* foi um dos entrevistados mais interessado na preservação do caminho, tanto considerando as estruturas físicas, quanto os relatos orais, oriundos de seu tio e seu pai.

Durante o trajeto em que este me levou até o calçamento, tivemos conversas sobre a necessidade de resguardar a memória do local, no qual comentou lamentar que seus familiares mais velhos não mais estivessem vivos para compartilhar seu conhecimento. A história sobre o Interventor Manoel Ribas ter visitado a capelinha no alto da serra foi primeiramente contada pelo sr. *Ed* que, assim como seu irmão, ouviu de seu tio. Além de me mostrar os locais onde existem calçamentos expostos, bem como a presença da ruína de engenho de erva mate, sr. *Ed* também me levou em um local onde estaria localizada uma antiga barreira de cobrança, instalada quando foi aberto o ramal de Paranaguá (Caminho do Gado) e as tropas se desviavam para não ter que pagar pelo uso da estrada em Morretes.

Ainda sobre os mecanismos de proteção do caminho, meu interlocutor me questionou sobre os meios de se viabilizar projetos para recuperação da estrutura do caminho, no qual devo apresentar alguma dessas ideias no próximo capítulo. De todo

modo, sr. *Ed* compartilhou comigo seu sentimento de desalento com a destruição que a construção do oleoduto Araucária-Paranaguá provocou no calçamento original. Em suma, o auxílio que me proporcionou tanto compartilhando suas opiniões e conhecimentos, quanto me mostrando diretamente locais de interesse foi fundamental para a presente pesquisa.

Por fim, o último relato que trago é o do sr. *F*, também conhecido como Índio, que compartilhou informações bastante relevantes para o conhecimento do caminho. Nossa conversa se deu na propriedade em que trabalha como caseiro, após a Serra do Mar, já no município de São José dos Pinhais. Não conhecia diretamente o Caminho do Arraial, mas sabia da existência de um caminho antigo, bem como da existência de um calçamento na parte alta da serra.

Por outro lado, foi este o interlocutor que nos mostrou a rocha que seria conhecida como Pilão de Pedra. Ao mostrar o matacão, sr. *F* também relatou se ali um local de passagem de tropas de mulas no qual parte do trajeto seria notado por um rebaixamento no terreno. Conhecedor da história recente do local, também comentou que na propriedade existe um calçamento de pedras similares ao existente no topo da serra e que este teria sido usado por jesuítas em tempos anteriores (não especificado) e que na região existiria ouro enterrado para evitar a atividade da pirataria.

4.3 Análise paisagística, conservacionista e de potencial arqueológico

As informações oriundas de referências secundárias apresentadas no Capítulo 2, bem como os registros primários presentes no Capítulo 4, dão subsídio para a compreensão de como a paisagem influencia e é influenciada na distribuição dos vestígios do Caminho do Arraial.

Considerando que a paisagem é uma construção social, ou seja, compreendida e interpretada pelas pessoas que vivem nela, a forma como é percebida e valorizada varia de acordo com as experiências, crenças, valores e expectativas das pessoas que a habitam.

Os aspectos geográficos são relevantes para o entendimento de como o meio físico interfere na forma como um caminho será percorrido. As partes mais baixas do traçado analisado estão em relevo mais plano, cujas formações geológicas são caracterizadas por sedimentos recentes do quaternário/holoceno. Tais características

estão também relacionadas ao estabelecimento do primeiro núcleo de povoamento de Morretes.

Muitos caminhos percorridos pelos europeus nos séculos XVI e XVII tratavam-se de trilhas indígenas, podendo ser essa também uma característica no contexto da presente pesquisa. A busca por ouro ainda na região do litoral foi realizada principalmente ao longo dos cursos hídricos, como apontado por Santos (2017 [1851]), Moreira (1975) e mostrado por Soares (2009), dando particular importância aos rios do Pinto e Nhundiaquara, este segundo utilizado para a navegação fluvial.

Os meios de transporte utilizados para deslocamentos são fundamentais para as transformações na paisagem. No período pré-colonial, os caminhos utilizados pelos povos indígenas eram realizados a pé, com trilhas que acompanhavam as margens dos rios e as encostas das montanhas. Com a chegada dos colonizadores europeus, a exploração de recursos naturais e a expansão da agricultura, foram abertos novos caminhos e trilhas.

Com o tempo, o uso de mulas se tornou comum para o transporte de mercadorias e pessoas, sendo que as trilhas e caminhos foram adaptados para permitir a passagem desses animais. A partir do crescimento da economia e novos fluxos migratórios, surgiram as carroças, que se tornaram um meio de transporte importante para a locomoção de produtos e pessoas. O uso de carroças permitiu o transporte de cargas maiores e mais pesadas, além de aumentar a velocidade de deslocamento (informação verbal¹⁴).

Com o avanço da tecnologia, o automóvel se tornou o meio de transporte predominante. As estradas foram construídas e adaptadas para receber os veículos motorizados, permitindo a circulação mais rápida e eficiente de pessoas e bens.

Não está claro em que momento o Caminho do Arraial passou a ser conhecido como Estrada do Anhaia, porém é certo que sua consolidação provocou mudanças na paisagem que, antes da chegada dos europeus, devia ser predominantemente composta pela vegetação natural, somadas aos usos de terra por indígenas, passando progressivamente a ser composta por propriedades rurais, de portes variados, mas que proporcionaram as paisagens rurais atuais.

O relevo também é fator condicionante quando se observa os usos e coberturas do solo nas porções mais elevadas. Ao passo que as porções mais baixas apresentam

¹⁴ Conforme explicação dada pelo Prof. Dr. Wolf Dietrich Gustav Johannes Sahr, durante exame de qualificação, em outubro de 2022, também mostrada no item 2.2.

maior adensamento de ocupações (observando a conformação atual), as porções mais altas apresentam menos edificações, até ser ausente já no entorno do Parque Estadual do Pau Oco. Nessa região, de mata fechada e sem usos agrícolas, são encontrados vestígios do passado em que os significados do caminho tinham outra conotação, mais relacionada ao cotidiano para aqueles que se deslocavam de cima a baixo (e vice-versa) entre litoral e planalto.

A combinação do relevo, uso do solo e cobertura vegetal marca distintas potencialidades para futuras prospecções. Nas áreas mais planas e com utilização agrícola, principalmente nas proximidades da foz do rio do Pinto, prospecções de superfície foram úteis para o achado de vestígios arqueológicos, e cujo exame mais detalhado e específico certamente poderia evidenciar outros achados. A área do Pilão de Pedra é outro local com alto potencial para a descoberta de evidências, sobretudo sobre registros das primeiras ocupações de São José dos Pinhais, mas também pelas histórias relacionadas.

Vale mencionar que a busca de interlocutores, tanto em São José dos Pinhais quanto em Morretes foi produtiva. Futuras pesquisas focadas nos registros da memória seriam promissoras para o estudo dos significados, sejam relacionados ao Caminho do Arraial ou a elementos imateriais que marcam a cultura local.

Em relação a esses significados, é marcante sua mutabilidade no decorrer do tempo e do espaço, pois se outrora o uso cotidiano do traçado marcou o transporte de bens e pessoas, também a memória desses usos é mais viva quanto mais se sobe a serra. Para esse últimos, as lembranças passadas de geração em geração acabaram se tornando parte da paisagem e de sua história.

5 POTENCIAIS PARA PROTEÇÃO E DIVULGAÇÃO COMO PATRIMÔNIO

Existem algumas possibilidades de transformar ao menos os trechos calçados e estruturas no alto da serra em locais protegidos. O presente capítulo apresenta potencialidades relacionadas ao reconhecimento, valoração e preservação do Caminho do Arraial, e enquanto diferentes sentidos de patrimônio possíveis, a saber:

- 1) como bem tombado;
- 2) como sítio arqueológico;
- 3) parte integrante de uma Unidade de Conservação;
- 4) como Paisagem, entendida na interação patrimônio cultural e ambiental, e como práticas sócio culturais de usufruto e conservação

Seria, no entanto, extremamente pertinente que a população que vive no entorno do traçado fosse convidada a dar suas contribuições nesse processo. Em um cenário ideal, ainda, a condição de salvaguarda dos bens materiais e imateriais deveria ser apropriada pela população ao qual representa e dá significado. Em que pese essa dificuldade, na sequência são abordadas as possibilidades institucionais mencionadas.

5.1 Reconhecimento enquanto bem tombado

O primeiro mecanismo a ser mencionado refere-se ao processo de tombamento, realizado pelo próprio IPHAN ou outro órgão similar em nível estadual, como a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), unidade da Secretaria de Estado da Comunicação e da Cultura, no Paraná.

O ato de tombamento visa impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras (IPHAN, s. d.). Nesse sentido, a presente pesquisa anseia em servir de base para aprofundamentos posteriores, seja em nível de pesquisas acadêmicas, estudos para licenciamento ambiental, estudos para o Plano de Manejo do Parque Estadual do Pau Oco, seja para trazer à discussão a sociedade, principal ente ao qual deve ser interessada a preservação do elemento histórico.

Conforme descrito na página do IPHAN, na internet, instituído em âmbito federal pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento é um meio

de reconhecer e proteger os patrimônios culturais. Segundo é apontado pelo Art. 1º do Decreto-lei nº25/1937 (BRASIL, 1937)

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Ainda conforme apresentado no site do IPHAN (s. d.), funcionando como um sinônimo para registro, a palavra tomo passou a ser usada pelo Arquivo Nacional Português em 1375, originalmente instalado em uma das torres da muralha no entorno de Lisboa. Esse local, ao passar dos anos, passou a ser reconhecido como Torre do Tombo, ao qual eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tomo. Em sinal de consideração, posteriormente, a legislação brasileira passou a utilizar essa expressão para todo o “bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do Tombo correspondente” (IPHAN, s. d.).

Sobre Livro do Tombo correspondente, a publicação do IPHAN refere-se aos quatro Livros do Tombo, descritos no Decreto-lei nº 25/1937, aos quais o Art. 4º apresenta o (1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com elementos relacionados às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; (2) o Livro do Tombo Histórico, contendo elementos de interesse histórico e as obras de arte histórica; (3) o Livro do Tombo das Belas Artes, com elementos de arte erudita, nacional ou estrangeira; e (4) o Livro do Tombo das Artes Aplicadas, considerando as obras que se incluem nas artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras (BRASIL, 1937).

Nesse sentido, destaca-se que parte do Caminho do Arraial podem se enquadrar quanto nas características do Livro 1, quanto do Livro 2.

IPHAN (s. d.) também aponta que qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar o tombamento de qualquer bem ao IPHAN, sendo necessário o

encaminhamento à Superintendência do estadual do órgão ou à Presidência do Iphan. O processo de tombamento passa pela verificação de sua importância em âmbito nacional, ao qual, após, o bem pode ser inscrito em um ou mais Livros do Tombo. Uma vez tombados, os bens ficam passíveis de serem fiscalizados pelo IPHAN para verificar suas condições de conservação, no qual qualquer intervenção deve possuir autorização prévia.

Uma vez protegidos legalmente pelo IPHAN, os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais tem-se conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos (IPHAN, s. d.). Vê-se, dessa forma, que existe a possibilidade de prover proteção legal a pelo menos algumas partes do calçamento do Caminho do Arraial.

5.2 Reconhecimento enquanto sítio arqueológico

Uma delas passa pela identificação do local como sítio arqueológico, cadastrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no qual passa então a ser salvaguardado como um local destinado a pesquisas acadêmicas e escavações científicas, que fazem parte da construção pretérita do território nacional.

Conforme exposto no Art. 18 da Lei nº 3.924/61 (BRASIL, 1961), a descoberta de elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, deve ser comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados. Nos demais trechos da referida lei, no entanto, são definidos por meio do Art 2º como monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

Dessa forma, nesse momento ainda não se tem uma definição clara sobre o caráter, definições, alcance e limites de sítios arqueológicos históricos (pós-contato), no qual, segundo Rossano Lopes Bastos (2007), a temática esteve muito atrelado a vestígios pré-históricos. Nesse aspecto, partindo das informações coletadas por meio da Arqueologia Histórica, o autor apresenta a recomendação de se incluir também, entre outras coisas

Vestígios das infraestruturas (vias, ruas, caminhos, calçadas, ruelas, praças, sistemas de esgotamento de águas e esgotos, galerias, poços, aquedutos, fundações remanescentes das mais diversas edificações, dentre outras que fizeram parte do processo de ocupação iniciados nos núcleos urbanos e em outros lugares) (BASTOS, 2007, p. 44)

Por meio da Portaria do IPHAN nº 375/2018, são estabelecidos os princípios da Política de Patrimônio Cultural Material no Brasil, bem como os procedimentos vinculado aos processos institucionais de preservação do patrimônio cultural, englobando a identificação, o reconhecimento e a proteção dos bens arqueológicos (BRASIL, 2018). No Art. 14 é descrito que tanto as ações e atividades de Identificação dos bens culturais, a serem realizadas, geridas ou contratadas pelo Iphan, bem como realizadas por outras metodologias, devem utilizar o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Seguindo o Art. 95 da Portaria nº 375/2018, o SICG visa

[...] colaborar com a gestão dos bens culturais assegurando que os tomadores de decisão, técnicos e sociedade em geral, tenham acesso a informação de qualidade e atualizada, em base informatizada única, acessível via internet, sobre o patrimônio cultural do Brasil. (BRASIL, 2018)

Assim, muito embora não se tenha uma definição precisa na legislação quanto a definição de sítios arqueológicos históricos, existe um debate sobre a importância destes na academia, no qual Bastos (2007) cita como exemplos o Seminário Internacional de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos, realizado em Brasília, e o Manual de Arqueologia Histórica para Projetos de Restauração, confeccionado pela arqueóloga Rosana Najjar, ambos do ano de 2002. Como resultado direto ou indireto desse processo de reconhecimento, no SICG são apresentados diversos registros de sítios arqueológicos históricos, no qual em Morretes podem ser observados três bens imóveis, sendo eles a Casa Rocha Pombo, e as Igrejas São Sebastião e São Benedito.

Conforme Everton Paulo Fogolari (2007), dessa forma, existe um esforço por parte dos arqueólogos em mostrar para entes que vão desde o poder público, até a sociedade em geral, a importância pela preservação do Patrimônio Cultural, ao qual está englobado o conhecimento arqueológico. O autor aponta uma necessidade de prover subsídios à políticos, autoridade e sociedade visando a conscientização para a existência de valores culturais arqueológicos, cuja não existência põe em risco a existência dos patrimônios culturais.

5.3 Reconhecimento enquanto parte de Unidade de Conservação

Outro mecanismo que pode prover proteção aos locais em estudo, podem ser verificados por meio das Unidades de Conservação. Para isso, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê, por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a construção de um Plano de Manejo, documento técnico que estabelece o zoneamento e as normas que devem vigorar o uso da área e o manejo dos recursos naturais, a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade, a forma como a área pode ser visitada, os locais com maior e menor necessidade de restrições e etc. (BRASIL, 2000).

Ainda antes do SNUC, no entanto, a região da Serra do Mar já detinha um mecanismo legal de proteção e zoneamento da área, identificado como Área Especial de Interesse Turístico (AEIT) do Marumbi, com abrangência sobre os municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras, criada pela Lei nº 7.919, 22 de outubro de 1984 (PARANÁ, 1984) e regulamentada pelo Decreto nº 5.308, de 18 de abril de 1985 (PARANÁ, 1985).

Conforme Artigo 4º da Lei Federal Nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, as AEITs são áreas a serem preservadas e valorizadas no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico (BRASIL, 1977). Ao observarmos o zoneamento relativo a AEIT do Marumbi, é notável a presença de uma poligonal linear identificando o traçado objeto do presente estudo, ao qual o enquadra como Zona Histórico-Cultural Complexo Caminho do Arraial. Conforme disposto no Art. 6º do Decreto 5.308/85, as Zonas Histórico-Culturais são

[...] aquelas onde são encontradas manifestações históricas e culturais ou arqueológicas que são preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servido ao turismo, a pesquisa, a educação e uso científico.

O objetivo geral do manejo é de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente. (PARANÁ, 1985)

Conforme pode-se observar, a área de estudo já detinha um certo nível de proteção legal e, segundo SEMA (1984), a classificação é considerada como área estratégica, constituída por antigo caminho colonial, onde predominam as atividades de turismo, que deverão ser reguladas para evitar práticas capazes de causar degradação do meio ambiente.

Mais recentemente, já enquadrado em um tipo de Unidade de Conservação abordado pelo SNUC, foi criado o Parque Estadual do Pau Oco, cujo entorno abriga ao menos pequenos trechos da área em estudo. O Parque Estadual do Pau Oco foi criado pelo Decreto nº 4.266, de 21 de novembro de 1994, ao aponta em seu Art. 4º a necessidade de criação de seu Plano de Manejo em até dois anos, “observando sua integração à Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi” (PARANÁ, 1994). Conforme exposto no Art. 11 do SNUC (BRASIL, 2000), a categoria Parque visa basicamente a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, propiciando pesquisas científicas e atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O parágrafo 2º do referido artigo descreve que a visitação pública deve ser condicionada pelo Plano de Manejo, bem como às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração (nesse caso sendo o Instituto Água e Terras – IAT), e àquelas previstas em regulamento. O Plano de Manejo deve considerar uma zona de amortecimento, isto é, uma área do entorno para servir de área intermediária entre seu limite e superfícies fora da UC.

Isto posto, em princípio não se tem uma definição para a proteção dos elementos históricos e arqueológicos referentes ao Caminho do Arraial, porém considerando os objetivos relacionados à pesquisa científica e a educação e interpretação ambiental, torna a área de estudo passível de ser reconhecida sua importância, favorecendo sua divulgação, desde que abordadas em seu Plano de Manejo.

Nesse sentido, destaca-se que o Parque Estadual do Pau Oco ainda não detém ainda um Plano de Manejo, mesmo apontada a necessidade de elaboração até 1996, documento este que deveria orientar as normas de uso da Unidade de Conservação. Conforme pesquisa na internet, todavia, existe um vislumbre de que o Plano de Manejo seja de fato realizado, uma vez que chegou a ser lançado edital para sua

construção, suspenso pelo então Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, no ano de 2019 (MAROS, 2021).

Tendo isso em mente, e considerando que a elaboração do Plano de Manejo deve apresentar em seu diagnóstico informações relacionadas aos meios físico, biótico e antrópico, tem-se então uma janela de oportunidade para melhorar a proteção do Caminho do Arraial. Trechos de calçamento e demais estruturas podem ser caracterizadas como locais em que o zoneamento da UC o enquadre como uma área destinada a preservação histórica, podendo-se recomendar em seu prognóstico, ações e propostas que permitam a conservação e divulgação do local.

5.4 Paisagem, interação patrimônio cultural e ambiental e práticas de usufruto

O reconhecimento do Caminho do Arraial como índice de processos históricos e sociais, e mediador no reconhecimento de identidades e protagonismos, ressignifica a paisagem, tornando-a parte do patrimônio cultural e ambiental da região. Resultado da interação entre os elementos naturais e culturais, a paisagem é construída ao longo do tempo pelas atividades humanas e pelo meio ambiente.

Conforme Tuan (2012), “o espaço pode ser experimentado de várias maneiras: como localização relativa de objetos ou lugares e, - mais abstratamente – como a área definida por uma rede de lugares (p. 22)”. Para a constituição das paisagens, a utilização de conceitos como espaço e lugar pode servir de guia para o entendimento da materialidade pelas pessoas. Entendendo o primeiro como a abstração do ambiente e o lugar como a referência para se conhecer o espaço, falas como a da sra. *B* (item 4.2) são interessantes para se verificar como marcos mentais contextualizam o Caminho do Arraial em suas memórias.

Representando a herança transmitida de geração em geração que se reflete na identidade e na história das pessoas e lugares, a preservação do patrimônio cultural e ambiental é um aspecto importante na construção da memória coletiva e na promoção da identidade e desenvolvimento social e econômico. Segundo Tuan (2012), “a memória e a intuição são capazes de produzir impactos sensoriais no cambiante fluxo da experiência, de modo que poderíamos falar de uma vida do sentimento como falamos de uma vida do pensamento” (p. 19).

No entanto, impactado pela modernidade, a destruição de parte do caminho provocou, para além do abandono físico, esquecimento para as gerações mais jovens, que já não mais fazem uso¹⁵. Segundo Ingold

(...) a redução da experiência do pedestre, que talvez tenha atingido o auge na atual era do carro, é o culminar de uma tendência que já estava estabelecida com a mecanização do pé através da bota, a proliferação da cadeira e o advento da viagem orientada para um destino. (INGOLD, 2015, p. 85)

Se no passado o ato de caminhar com os pés descalços representava uma prática cotidiana, as sociedades atuais não mais se ocupam dessa atividade. Trazendo para o contexto da pesquisa, o abandono em que o trecho calçado do Caminho do Arraial se encontra deve-se às mudanças nos meios de deslocamento e nas rotas utilizadas, em que o uso de partes do traçado está vinculado ao turismo, em detrimento da ligação entre localidades, como fora no passado.

Enquanto práticas de usufruto, a consolidação como patrimônio cultural e ambiental possibilita que o reconhecimento, desde o uso recreativo, a visitação e a educação patrimonial, auxilie na manutenção de identidades para as gerações futuras, bem como estimule novas pesquisas sobre a área e sobre o tema.

¹⁵ Enquanto meio de deslocamento, já que parte dele ainda é usado para acesso ao Salto da Fortuna, no Parque Estadual do Pau Oco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ora realizado partiu de um processo de inventário e levantamentos que tiveram por objetivo a caracterização de um conjunto de elementos materiais e imateriais associados ao Caminho do Arraial, e a verificação dos seus desmembramentos ou enlaces do ponto de vista arqueológico e público patrimonial.

A pesquisa partiu de um estranhamento sobre o relativo estado de abandono e desconhecimento desta importante via de ligação histórica entre o planalto e o litoral paranaense, mas também, do vislumbre sobre o seu potencial para novas pesquisas, gestão e usufruto. Embora o Caminho do Arraial possa ser caracterizado como um componente do patrimônio histórico, ambiental, paisagístico e arqueológico do Paraná, por variados processos não alcançou a visibilidade e importância dada as demais vias históricas que detinham usos similares, tais como o caminho da Graciosa e do Itupava.

Este aparente “descaso” teve seu ponto alto, na destruição de uma parcela calçada do Caminho do Arraial durante a implantação de obras do gasoduto Araucária-Paranaguá e possivelmente da BR-277, para as quais não houve nenhum tipo de estudo ou processo de reparação. Obviamente os outros caminhos também tiveram trechos impactados por diferentes tipos de obras e implantações de infraestruturas e aqui cabe perguntar como seria possível evitar processos similares no futuro? A legislação ambiental tem sido o veículo jurídico até o momento eficiente na medida que, a partir da década de 1980, incorpora a necessidade de levantamentos históricos e arqueológicos nos estudos de impacto do componente socio econômico. Entretanto, como lidar com um tipo de “bem” de características lineares e de grande extensão, cuja materialidade não apenas pode ser atravessada por obras de grande porte, mas que historicamente vem sofrendo sucessivos processos de transformação? E aqui sobressai talvez, a perspectiva arqueológica e geográfica como estudos essenciais para a melhor caracterização desses diferentes processos transformadores e seus variados significados.

Um dos primeiros pontos e que intercepta esses dois enfoques, diz respeito a necessidade de reconhecimento do traçado original do Caminho do Arraial, considerado aqui desde o trecho do antigo Porto do Padre Veiga até a localidade do Arraial Grande. Neste sentido, a presente pesquisa logrou êxito parcial, uma vez que parte do caminho foi bastante alterada pelos processos históricos de ocupação ou

ainda, por obras desenvolvimentistas e de infraestrutura, tanto no trecho em Morretes quanto em São José dos Pinhais. No entanto, mesmo havendo alterações na paisagem, com soterramento, destruição e supressão, pode-se observar que ainda existem porções, mesmo que fragmentárias, relativamente intactas do traçado original. Por sua vez, ainda que haja descaracterização total de trechos, com ou sem calçamentos de pedra e demais obras de arte (pontes, aterros, obras de escoamento, vias secundárias, etc.), subsiste um potencial histórico e arqueológico inerente ao entorno desta via. Este potencial pode ser parcialmente vislumbrado por meio de levantamentos prospectivos realizados sem intervenção em subsuperfície (arqueologia das superfícies, não intervencionista), onde variados tipos de registros puderam ser identificados.

Esses dados, ainda que parciais (resultado de estudos oportunistas, não intensivos e sem intervenção em subsuperfície), já sugerem a noção desenvolvida pela Arqueologia Histórica (e também pela legislação protetora) de encarar os caminhos históricos como verdadeiros sítios arqueológicos (BASTOS, 2007). Esses sítios, portanto, que não se encerram em si mesmos (na estrutura do caminho), mas a semelhança de vilas e cidades, compõe um conjunto de vestígios e processos, feições e dinâmicas, estruturas, edificações e reocupações, profundamente associadas e, por vezes, de difícil delimitação temporal, espacial, ambiental ou cultural.

Assim, a aproximação entre os enfoques geográficos e arqueológicos se fez necessária, de modo a possibilitar através da noção de Paisagem, uma maneira de analisar o caminho do Arraial como parte de uma totalidade material e imaterial constantemente apropriada, transformada e resignificada, sem limitação cronológica (FUNARI, 2006). Na definição pós processualista da arqueologia, a paisagem é sempre um conjunto de elementos dotados de significado e essencialmente ativos (vide Cap 1). Deste modo, os elementos físicos e naturais se integram às percepções e contextos socioculturais proporcionando recursos simbólicos, influenciando conhecimentos e técnicas, com consequências sobre o desenho do espaço geográfico, mas também, na articulação com o passado e com a memória.

Neste sentido, se procurou interpelar alguns moradores locais no entorno do Caminho do Arraial de modo a trazer aspectos da memória e dos variados sentidos que permitam um entendimento sobre os significados desta via no contexto local e suas conexões com os diferentes aspectos da materialidade reconhecida ou não por esses moradores. Esta abordagem foi fundamental para verificar o quanto a definição

de um patrimônio cultural por meio de conceitos científicos e preceitos jurídicos, pode-se distanciar significativamente dos conhecimentos, percepções, valores, memórias e significados locais deste patrimônio.

Por sua vez, pode-se observar que mesmo não sendo unânime, parte do calçamento está presente nas memórias de alguns dos moradores, seja como um conhecimento indireto, seja por meio de lembranças da infância, seja por ter sido ensinado na escola rural da região. Dessa forma, foi possível observar de forma individualizada elementos históricos que se relacionam com a contextualização que vincula o caminho a ocupação do território paranaense.

Dada a importância histórica/científica do Caminho do Arraial, o trabalho também é oportunístico quando se considera a possibilidade de preservação, para o qual o Parque Estadual do Pau-Oco pode proporcionar, por meio de seu Plano de Manejo (ainda para ser elaborado), a construção de um mecanismo para a salvaguarda legal, enquanto elemento histórico do entorno daquela Unidade de Conservação (zona de amortecimento). Somando-se a isso, esse trabalho também almeja ser um ponto de partida para o reconhecimento dos vestígios históricos e arqueológicos como patrimônios culturais materiais, uma vez que pode balizar anseios futuros, principalmente se em paralelo com o conhecimento dos moradores que, não obstante, devem ser os principais interessados nessa questão.

Outras possibilidades de estudo também podem ser extraídas a partir deste trabalho, seja com outros caminhos criados contemporaneamente, seja por outras questões como de identidades, não tratadas aqui. As pesquisas em arqueologia histórica, por exemplo, envolvem diferentes segmentos sociais e culturais, em que grupos muitas vezes não representados pela história tradicional ganham importância. Assim, o contexto regional e local tem grande potencial para estudos que incluam, entre outros, a análise dos conhecimentos e da herança ameríndia vinculada aos sistemas de caminhos e seus usos na paisagem costeira-serrana, mas também, do papel, muitas vezes esquecido, de indígenas e afrodescendentes escravizados durante os processos de construção e manutenção dessas vias histórico-coloniais. A interação com os variados grupos de colonos, os ciclos econômicos e políticos definidores das estratégias de ocupação, exploração e uso dos caminhos, o que inclui as práticas de mineração e seus impactos nos rios, vegetação e depósitos sedimentares, a entrada dos imigrantes europeus e os impactos das técnicas e meios de transporte sobre as características do caminho. Outros aspectos referem-se a

estudos sobre o planejamento topográfico e de engenharia utilizados (definição dos acessos, mapeamento de vales e cristas, cortes e aterramentos, vias secundárias, obras de arte para o escoamento, sistemas hidráulicos, etc.), o caminho como elemento agenciador na implementação de moradias, fábricas, engenhos, entre outros aspectos.

Também se verificou que existe grande potencial para pesquisas arqueológicas que se dediquem a investigar os arredores ou entorno do Caminho do Arraial, entendendo-o como elemento indutor aos deslocamentos humanos, do transporte de mercadorias, bens e serviços, seja na implantação de núcleos povoadores o incluindo moradias e pousos, arraiais e áreas de modificação da paisagem, ramais e vias secundárias, fábricas, engenhos e comércio, postos de pedágios, capelas e outros locais de função simbólica, etc. Quatro áreas se destacaram como importantes para futuras pesquisas: o local do provável Arraial Grande, nas proximidades ou junto ao chamado Pilão de Pedra, no Município de São José do Pinhais; o trecho do caminho calçado e seus entornos até a área do possível local da barreira; a área da antiga Mina Penajóia representante do ciclo de mineração, e; a foz do rio do Pinto, onde estaria o antigo Porto do Padre Veiga.

Espera-se, assim, que este trabalho possa também ser um ponto de partida para outros projetos relacionados à temática cultural e arqueológica, verificando o potencial do Caminho do Arraial como índice de processos históricos e sociais, e no reconhecimento de identidades e protagonismos, propiciando interpelar sobre os variados sentidos de patrimônio a ele vinculado, bem como, suas potencialidades para o uso e extroversão pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Q. X. Caminho e Poder: Uma análise arqueológica do Caminho Novo em Minas Gerais. Século XVIII. Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Volume 9, Número 2. Julho-Dezembro. 2015

ARAUJO, A. G. M. Por uma arqueologia cética: ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas. Astolfo Gomes de Mello Araújo – Curitiba: Editora Prismas, 2019.

BASTOS, R. L. Arqueologia Histórica ou História da Libertação. Em: BASTOS, R. L.; BRUHNS, K.; TEIXEIRA, A. A arqueologia na ótica institucional: IPHAN, contrato e sociedade. Erechim, RS: Habilis, 2007.

BRASIL (1937). Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto-Lei%20n%C2%B0%2025%20de%2030%20de%20novembro%20de%201937.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2022.

BRASIL (1961). Lei nº 3924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em 17 de abril de 2022.

BRASIL (1977). Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. Brasília, em 20 de dezembro de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6513.htm. Acesso em 4 de julho de 2019.

BRASIL (2000). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em 21 de abril de 2022.

BRASIL (2018). Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031. Acesso em 17 de abril de 2022.

BROCHIER, L.L. Diagnóstico e manejo de recursos arqueológicos em Unidades de Conservação: uma proposta para o litoral paranaense. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

CASTRO, F. Estrada da Anhaia permanece como rota alternativa entre Curitiba e Litoral. Portal de notícias G1, Paraná RPC. Publicado em 13 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/01/estrada-da-anhaia-permanece-como-rota-alternativa-entre-curitiba-e-litoral.html>. Acesso em 23 de março de 2022.

CHMYZ, I. A Pré-História Paranaense. História do Paraná. Ideias em Debate, Curitiba, v.5, p.7-26, 1986.

CAVAZZANI, A. L. M.; GOMES, S. A. R. A Memória Histórica de Morretes: condições sociais de produção e sumário de temas. In.: SANTOS, A. V. Memória histórica de Morretes / Antonio Vieira dos Santos; André Luiz Moscaleski Cavazzani e Sandro Aramis Richter Gomes (Orgs) –1 ed. – Curitiba, Ed UFPR, 2017 [1851], 516p. (Série Pesquisas n.304). Disponível em <https://www.editora.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/Mem%C3%B3ria-Hist%C3%B3rica-de-Morretes.pdf>. Acesso em outubro de 2022.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural / Paul Claval; tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Maragareth de Castro Afeche Pimenta. 2. Ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

COELHO, C. W. Transporte Dutoviário: Características do Sistema Viário Brasileiro. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2009.

CRIADO BOADO, F. Límites y posibilidades de la arqueología del paisaje. Spal – revista de Prehistoria y Arqueología. Universidad de Sevilla. Nº 2. 1993.

CUNHA, O. M. G. “Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos.” Estudos Históricos 36: 7-32. 2005.

DUARTE, A. P. M. P. Diálogos sobre o Patrimônio Cultural das Colônias localizadas próximas à área de Alagamento da Barragem do Rio Miringuava em São José dos Pinhais-PR/ Ana Paula Moreira Pinto Duarte, José Luiz Lopes Garcia. -- Goiânia: Fundação Aroeira, 2017.

ETCHEVARNE, C.; COSTA, C.; TAVARES, A. Arqueologia nas Cidades Coloniais Portuguesas. O Exemplo de Salvador. Em: Patrimônio Arqueológico da Bahia. / Carlos Etchevarne, Rita Pimentel (organizadores). – Salvador: SEI, 2011.

FAGNANI, J. P. Caminhos Coloniais da Serra do Mar. Curitiba : Natugraf, 2006.

FOGOLARI, E. P. Apresentação. Em: BASTOS, R. L.; BRUHNS, K.; TEIXEIRA, A. A arqueologia na ótica institucional: IPHAN, contrato e sociedade. Erechim, RS: Habilis, 2007.

FUNARI, P. P. A. Arqueologia e Patrimônio. Erechim/RS: Habilis, 2007.

GASPAR, M. D.; BIANCHINI, G. F.; ANDRADE, M.; ANDRADE, C. Patrimônio Arqueológico e a Renovação do Centro da Cidade do Rio de Janeiro. In.: Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso /Organização: Guadalupe do Nascimento Campos e Marcus Granato. --Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017.252p.

GIUMBELLI, E. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 17 (48). Fevereiro, 2002.

GHENO, D. A.; MACHADO, N. T. G. *Arqueologia Histórica – Abordagens*. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 58, p. 161-183, jan./jun. 2013. Editora UFPR.

GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

HABITZREUTER, R. R. *A Conquista da Serra do Mar* / Rubens R. Habitzreuter. -- Curitiba: Pinha, 2000.

HERBERTS, A. L. *Arqueologia do Caminho das Tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC.* / Ana Lucia Herberts. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2009. / Porto Alegre: PUCRS, 2009.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História* / Eric Hobsbawm: tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades – Morretes. História e Fatos. [2019?b] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/morretes/historico>. Acesso em 27 de junho de 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades – São José dos Pinhais. História e Fatos. [2019?a] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sao-jose-dos-pinhais/historico>. Acesso em 27 de junho de 2019.

INGOLD, T. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição* / Tim Ingold; tradução de Fábio Creder. – Petrópolis; RJ: Vozes, 2015.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens Tombados. Sem data. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 21 de abril de 2022.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão SICG. Sem data. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem>. Acesso em 22 de maio de 2022.

JESS, J. A fortuna do Antigo Arraial. *Jornal Gazeta do Povo*. Publicado em 22 de outubro de 2005. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-fortuna-do-antigo-arraial-9qpqbp55nxfa78mj5xpysfgu/>. Acesso em 23 de março de 2022.

JOHNSON, M. *Archaeological Theory: An Introduction*. Matthew Johnson. Wiley-Blackwell; 2nd edition. 2010.

JORGE, V. O. *Arqueologia, Patrimônio e Cultura*. 2ª edição. Instituto Piaget. Lisboa, 2007.

LEWANDOWSKI, A. O Direito em Última Instância: Uma Etnografia na Suprema Corte Brasileira. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. 2014.

LIMA, T. A. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*, 28(2), 7-23. 2002.

MAACK, R. Geografia física do Estado do Paraná. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. 2ª Ed.

MAROS, A. Planos de manejo de parques na Serra do Mar foram suspensos por Salles e estão parados desde 2019. Portal de notícias Plural Curitiba. Publicado em 18 de agosto 2021. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/planos-de-manejo-de-parques-na-serra-do-mar-foram-suspensos-por-salles-e-estao-parados-desde-2019/>. Acesso em 22 de abril de 2022.

MARTINS, G. O. Patrimônio, herança e memória. In.: *Participação: Partilhando a Responsabilidade*. Coordenação: Ana Carvalho. Edição: Acesso Cultura, 2016.

MARTINS, R. História do Paraná. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MENDES, B.; DINIPOTI, C.; RICHTER, H. S. Morretes: 260 anos de memória. Prefeitura Municipal de Morretes, 1993.

MENESES, U.T.B. O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas. Conferencia Magna, I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto. IPHAN, 2009.

MINEROPAR, Minerais do Paraná S/A. Carta Geológica da Folha de Curitiba. Escala 1:250.000. Geossistema. 2005.

MONTEIRO, John. M. Negros da Terra – Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

MORAIS, J. L. Tópicos de Arqueologia da Paisagem. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 10. 3-30, 2000.

MOREIRA, Júlio E. Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá; até a emancipação da Província do Paraná. Curitiba. 2º volume. Imprensa Oficial, 1975. 3 v.

MOTA, L. T. História do Paraná: relações socioculturais da pré-história a economia cafeeira / Lúcio Tadeu Mota. -- Maringá: Eduem, 2012.

MYASHITA, F. S. Procedimentos de Resgate Arqueológico em Contextos “Perturbados”: O caso do Sítio Arqueológico Capão Grosso 3. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização lato sensu em Análise Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

OKA-FIORI, C.; SANTOS, L. J. C. Atlas geomorfológico do Estado do Paraná. Escala base 1:250.000, modelos reduzidos 1:500.000 / Minerais do Paraná; Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

PARANÁ, Governo do Estado (1984). Lei nº 7.919, 22 de outubro de 1984. Considera Área de Especial Interesse Turístico a área que especifica, situada nos Municípios de Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-7919-1984-parana-publicado-no-diario-oficial-n-1895-de-24-de-outubro-de-1984>. Acesso em 21 de abril de 2022.

PARANÁ, Governo do Estado (1985). Decreto nº 5.308, de 18 de abril de 1985. Regulamenta a Lei n. 7.919, de 22 de outubro de 1984, referente a Área Especial de Interesse Turístico de Marumbi. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/decreto-n-5308-de-180485-regulamenta-lei-n-7919-de-2210-84-referente-area>. Acesso em .21 de abril de 2022.

PARANÁ, Governo do Estado (1994). Decreto nº 4.266, de 21 de novembro de 1994. Dispõe sobre a criação do Parque Estadual do Pau-Oco, localizado no Município E Comarca De Morretes Estado Do Paraná. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1994/dec_4266_1994_parqueestadualpauoco_pr.pdf. Acesso em .21 de abril de 2022.

PARELLADA, C. I. Arqueologia Regional e o salto Paiquerê. Museu Paranaense, SEEC-PR. 2013.

_____. Arqueologia do Peabiru: entrelaçando caminhos e conflitos. *Habitus*. Goiânia, v. 19, n.2, p. 276-301, ago./dez. 2021.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140 - 2006

PICANÇO, J. L. A pesquisa mineral no século xvii: o mapa da baía de Paranaguá, de Pedro de Souza Pereira (1653). *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*. v. 20 n. 2 (2011): Cartografia Histórica - Tomo II. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnpj/article/view/19193>. Acesso em 15 de março de 2022.

PONTES FILHO, A.; KLÜPPEL, C. C.; THOMAZ, J. C. T. Caminho do Itupava: Patrimônio Histórico Arqueológico da Serra do Mar, Estado do Paraná, Brasil. *Arqueologia*, Curitiba, v. 10, p. 23-42, 2006.

SAÉZ, Oscar C. Esse obscuro objeto da pesquisa - Um manual de método, técnicas e teses em Antropologia. Edição do Autor. Ilha de Santa Catarina, 2013.

SANTI, J. D. Comparação do traçado do caminho do Arraial com o terreno atual. 2013. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Caminho_do_Arraial_Vs_Geografia_De_Hoje.jpg. Acesso em 15 de março de 2023.

SANTOS, A. V. Memória histórica cronológica, topografia e decriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Município. Curitiba: Museu Paranaense, 1951 /1952, v.1. Publicação dos mms. de Antônio Vieira dos Santos, 1850.

SANTOS, A. V. Memória histórica de Morretes / Antonio Vieira dos Santos; André Luiz Moscaleski Cavazzani e Sandro Aramis Richter Gomes (Orgs) –1 ed. – Curitiba, Ed

UFPR, 2017 [1851], 516p. (Série Pesquisas n.304). Disponível em <https://www.editora.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/Mem%C3%B3ria-Hist%C3%B3rica-de-Morretes.pdf>. Acesso em outubro de 2022.

SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Plano de Manejo da AEIT Marumbi. 1987. Disponível em: <https://pesquisaemmontanha.wordpress.com/2009/07/29/plano-de-manejo-da-aeit-do-marumbi/>. Acesso em 4 de julho de 2019.

SGANZERLA, E. M.; CHMYZ, I.; VOLCOV, J. E.; MIGUEL, R.; CAVALHEIRO, A. C. M. Arqueologia do Contorno Leste de Curitiba. *Arqueologia*, Curitiba, v.7, p.1-79, 1996. Disponível em <<http://journals.kvasirpublishing.com/arq/article/view/52>>. Acesso em 8 de junho de 2019.

SILVA, R. R. S. Turismo e patrimônio em área natural: Caminho do Itupava (PR). *Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro*, v. 14, n. 1, p.68-78, abr. 2014.

SNEAD, J. E.; ERICKSON, C. L.; DARLING, J. A. Making Human Space: The Archaeology of Trails, Paths, and Roads. In: *Landscapes of Movement: Trails, Paths, and Roads in Anthropological Perspective*. EDITED BY James E. Snead, Clark L. Erickson, J. Andrew Darling. University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology – Philadelphia. 2009.

SOARES, C. R. Baía de Paranaguá: mapas e histórias / Carlos Roberto Soares, Paulo da Cunha Lana. - Curitiba: Ed. UFPR, 2. ed. 2009.

SOUSA, A. C. Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. *Habitus*. Goiânia, v. 3, n. 2, p. 291-300, jul/dez. 2005.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: *Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira*. Org.: Walter Fagundes Morales e Flavia Prado Moi. Editora Annablume/Acervo. 2009. P. 279-310.

TRIGGER, B. G. História do pensamento arqueológico / Bruce G. Trigger: tradução Ordep Trindade Serra: [revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado]. São Paulo: Odyseus Editora, 2004.

TUAN, Yu-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente / Yu-Fu Tuan; tradução: Lívia de Oliveira. – Londrina: Eduel, 2012.

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM UC



**INSTITUTO
ÁGUA E TERRA**



AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PARANÁ

Número: 11.22	Data de emissão: 11/04/2022	Protocolo: 18.778.848-0
----------------------	------------------------------------	--------------------------------

Dados do pesquisador e da pesquisa:

Nome: Cristiano Cit		
RG: 97.XXX.XXX-4	CPF: 044.XXX.XXX-82	
Título do projeto: Caminhos antigos da Serra do Mar paranaense: Uma proposta de reconhecimento do Caminho do Arraial como patrimônio Arqueológico.		

Unidade(s) de Conservação:

Parque Estadual do Pau Oco

Equipe de Trabalho:

Cristiano Cit	RG: 97.XXX.XXX-4	CPF: 044.XXX.XXX-82
---------------	-------------------------	----------------------------

Observações:

1. Não é permitida a coleta de espécies ameaçadas ou em risco de extinção;
2. As gerências da(s) UC(s) devem ser comunicadas com antecedência sobre os trabalhos em campo a serem realizados na Unidade;
3. Esta autorização tem validade até 11/04/2023 , podendo ser renovada no final do período, ficando condicionada à emissão de relatórios e à nova solicitação de autorização a cada soltura de espécimes.
4. Esta autorização não dá o direito do uso das imagens oriundas desse trabalho.
5. O pesquisador titular fica inteiramente responsável por qualquer integrante da sua equipe de trabalho, sendo ele brasileiro ou estrangeiro.

ESSA AUTORIZAÇÃO NÃO DÁ O DIREITO DO USO COMERCIAL DE IMAGENS.
Para demais finalidades, deve-se consultar a Portaria nº 89 de 16/03/2021

Rafael Andreguetto
Diretor de Patrimônio Natural
Curitiba, 11 de abril de 2022

Rua Engenheiro Rebouças, 1206 | Rebouças | Curitiba/PR | CEP 80215.100

Assinatura Avançada realizada por: **Rafael Andreguetto** em 12/04/2022 08:09. Inserido ao protocolo **18.778.848-0** por: **Hudson Mota Lima Pereira** em: 11/04/2022 10:16.
 Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **6aa3b2a633c7bcfc7f8e533dc181214**.